O JORNAL DE ECONOMIA DO BRASIL DESDE 1920

GAZETA MERCANTIL

ANO LXXXIX | Nº 24.047 | R$ 3,00

SEGUNDA-FEIRA, 6 DE ABRIL DE 2009 | EDIÇÃO NACIONAL

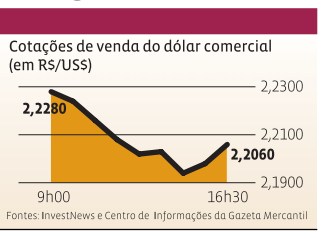
gzm.com.br

ENERGIA
Cuba quer EUA como sócios em projetos petrolíferos **C3**

AGRONEGÓCIOS
Inovação e sustentabilidade ajudaram a vencer a crise, diz usineiro Jairo Balbo **B9**

CÂMBIO
Novo leilão do BC gira US$ 1,25 bilhão **B2**

Cotações de venda do dólar comercial (em R$/US$)

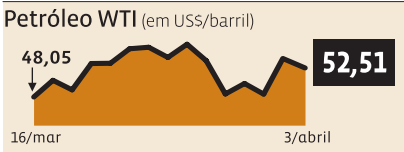


Fontes: InvestNews e Centro de Informações da Gazeta Mercantil

INDICADORES

Dólar Ptax (R$/US$)		2,2064 / 2,2072
Dólar Mercado (R$/US$)		2,2040 / 2,2060
Euro (R$/€)		2,97357 / 2,97531
Euro (US$/€)		1,34770 / 1,34800
Risco-Brasil Embi (pontos/var. %)		383,57 / -6,98
Risco-Brasil CDS (pontos/var. %)		284,28 / -5,70
Selic (meta/efetiva % a.a.)	▲	11,25 / 11,16
Bovespa (var. %/pontos)	▲	1,50 / 44.390,98
Dow Jones (var. %/pontos)	▲	0,50 / 8.017,59
Nasdaq (var. %/pontos)	▲	1,20 / 1.621,87
Tóquio (var. %/pontos)	▲	0,34 / 8.749,84

Petróleo WTI (em US$/barril)



Para mais informações veja a seção Indicadores no Caderno B

PRIMEIRO PLANO

WALDEMAR VERDI GANHA O EMPREENDEDOR DO ANO 2009
Em 1949, Waldemar Verdi inaugurou uma concessionária de caminhões em São José do Rio Preto (SP). Hoje, o Rodobens é um dos mais importantes grupos empresariais do Brasil. Essa trajetória rendeu ao empresário o Prêmio Empreendedor do Ano, concedido pela Ernst & Young. Agora, Verdi representará o País na etapa mundial do evento. **D7**

Waldemar Verdi

AGÊNCIAS DIGITAIS RUMO AO SUDESTE
As agências digitais do Sul ganharam projeção nacional e agora abrem filiais no Sudeste. Este ano, quatro expandem seus domínios para a região. **C8**

FUNDIÇÕES ADIAM INVESTIMENTOS
As fundições brasileiras, que previam investir US$ 1 bilhão até 2012, adiaram ou cancelaram 50% dos projetos devido à queda na demanda. **C7**

BRIGA PELA NUTRIÇÃO ESPECIALIZADA
Pequenas e médias empresas nacionais preparam-se para disputar com as multinacionais o mercado brasileiro de nutrição especializada. **INVESTNEWS.COM.BR**

OPINIÃO

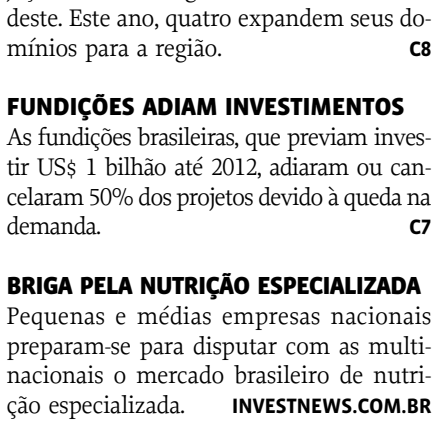
OZIRES SILVA
Devemos abandonar a ideia de que as iniciativas para a melhoria da educação devem partir unicamente do governo. Toda a sociedade brasileira deve se envolver nesse esforço. **A3**

LILIANA LAVORATTI
PAC, desoneração de tributos e moradia popular aquecem a economia e a popularidade do governo. A política nunca andou tão próxima da economia como nos últimos tempos no Brasil. **A3**

RIVADAVIA SEVERO
Já não temos o complexo de vira-lata como tão bem nos retratou Nelson Rodrigues. Se o presidente Lula é o cara ou não, como disse Barack Obama, pouco importa. **A13**

PLANO PESSOAL

FERNANDO MUCCI/CPDOC JB



Orquestra e música eletrônica, uma combinação genial

CESAR GIOBBI | SÃO PAULO

O maestro João Carlos Martins vai fazer um concerto no dia 9 de maio, na Sala São Paulo, misturando o som de sua orquestra Bachiana Filarmônica com o suingue do DJ Anderson Noise, o único brasileiro eleito em uma lista de 100 melhores pela revista inglesa DJ Magazine. No mundo da música, Martins é o cara! Ou não? **D8**

Executivos recorrem à Justiça do Trabalho

FERNANDA BOMPAN
SÃO PAULO

Uma nova demanda, provocada pela crise financeira mundial, está sendo verificada pelos escritórios de advocacia brasileiros. Segundo especialistas, aumentou o número de executivos que estão buscando a Justiça do Trabalho para assegurar os seus direitos. O Demarest & Almeida, por exemplo, entrou com 20 processos de funcionários do alto escalão nos últimos três meses. "Antes, era um executivo a cada três anos que nos procurava", afirma Antonio Carlos Vianna de Barros, sócio da banca. "É um exemplo de que a crise está afetando a todos, não somente a camada mais simples, que processava mais pelo não pagamento de horas extras, por exemplo."

PRINCIPAIS PLEITOS

- Gratificações
- Bonificações
- Indenizações
- Verbas rescisórias

O advogado Augusto Rodrigues Jr., sócio do Rodrigues Jr. Advogados, conta que, do crescimento de 30% no número de ações trabalhistas do escritório, 25% referem-se a processos de diretores. Para Rodrigues Jr., o impacto da crise pode ser ainda maior. "As empresas culpam esses altos executivos pelos prejuízos. Muitas multinacionais no Brasil demitem seus diretores brasileiros por esse motivo, o que pode provocar um alto volume de ações por danos morais", avalia.

Além do alto escalão, funcionários de outros níveis também estão recorrendo à Justiça. Em média, dizem os advogados, houve aumento de 30% no número de processos trabalhistas. E o impacto maior pode ocorrer nos próximos meses, quando os funcionários que foram demitidos recentemente deixarem de receber o seguro-desemprego. **A12**

ROMUALDO RIBEIRO/GAZETA MERCANTIL

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA Num mundo em que a crise forçou a norte-americana Eaton a reduzir em 10% a sua força de trabalho, o presidente da multinacional de autopeças, Alexander M. Cutler, disse que o investimento na inovação tecnológica é a saída para sobreviver, inclusive no Brasil, onde tem unidade em São José dos Campos. **C6**

Vilã da crise, AIG sobrevive no País e vai mudar de nome

LUCIANO MÁXIMO
SÃO PAULO

Enquanto a gigante norte-americana dos seguros AIG segue sendo bombardeada por notícias negativas nos Estados Unidos, a unidade brasileira aparece com destaque na emissão de apólices que somam cerca de R$ 10 bilhões para a construtora Odebrecht, mesmo depois da dissolução, em novembro último, da sociedade de 11 anos com a Unibanco Seguros e Previdência. Agora como AIG Brasil Companhia de Seguros, a seguradora opera em apenas dois negócios — garantia e aviação —, mas deverá solicitar permissão para atuar em todas as linhas sob o nome American Home Brasil. No resseguro, a marca já foi trocada para AIU.

Em audiência na Câmara dos Deputados dos EUA, na sexta-feira, o ex-presidente global da AIG, Maurice Greenberg defendeu a falência da empresa. "Os contribuintes não terão retorno do socorro do governo." **B1**

Empresas estão revendo modelo de negócios

JAIME SOARES DE ASSIS
SÃO PAULO

Os empresários projetam forte ajuste em suas operações e enfrentam um processo de revisão de seu modelo de negócios. Estas medidas se tornaram essenciais para adaptar a estrutura das companhias à desaceleração da economia, de acordo com sondagem da consultoria Ernst & Young.

O corte de custos está nos planos de 85% dos líderes consultados pela empresa. A pesquisa mostra também que 53% deles pretendem reduzir investimentos e 47% devem diminuir o número de vagas nos próximos 12 meses.

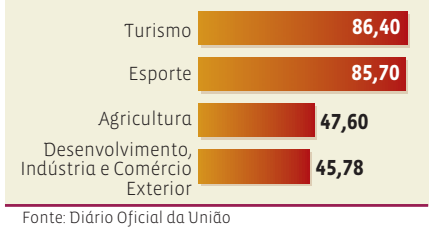
A falta de contorno claro da crise influencia a formação das expectativas. Esta indefinição mexe com a confiança do empresário e altera seus planos de ação, diz Carlos Miranda, da Ernst & Young. **A4**

Economistas sugerem corte orçamentário ampliado

ANA CECÍLIA AMERICANO
SÃO PAULO

Os ajustes do Orçamento Geral da União, que envolveram o contingenciamento de R$ 21 bilhões, foram necessários, mas especialistas em contas públicas questionam os cálculos do governo baseados em um crescimento de 2% do Produto Interno Bruto (PIB). "A meta de resultado primário prevista no Orçamento enviado ao Congresso no ano passado é inconsistente com o cenário de inflação mais baixa e crescimento do PIB inferior em curso", diz Amaury Bier, ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda. Para Bier, no próximo bimestre o governo provavelmente terá de rever seus números. Para o economista Adriano Biava, da Fea/USP, o corte de 17% do Orçamento é significativo, mas a tendência é deste percentual ser ampliado. **A5**

QUEM MAIS PERDEU
Áreas mais atingidas pela revisão do Orçamento do governo (em %)



Fonte: Diário Oficial da União

Preços do açúcar seguem os do álcool e também caem

FABIANA BATISTA
SÃO PAULO

A mesma crise de crédito que obrigou as usinas a liquidarem álcool para levantar recursos e pagar dívidas, agora mina as cotações do açúcar. Sem dinheiro para iniciar a safra e com o álcool fechando no vermelho, a saída para as indústrias vem sendo ofertar mais açúcar no mercado. O resultado é que em dez dias o preço da saca de 50 quilos em São Paulo caiu 5,4%, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/Esalq/USP), de R$ 49,53 para R$ 46,82.

A pressão nos preços fica mais intensa porque, do outro lado do balcão, o comprador está mais retraído, à espera de preços menores. "A usina está precisando vender e, neste momento, somente o açúcar traz retorno. O álcool está abaixo do custo de produção", avalia Arnaldo Luiz Correa, da Archer Consulting. De acordo com a União dos Produtores de Bioenergia (Udop), o custo de produção e financeiro do álcool está em torno de R$ 0,95 por litro, enquanto o mercado está pagando em torno de R$ 0,63. **B10**

ARNALDO CORREA

Obama diz que míssil da Coreia foi "provocação"

BLOOMBERG NEWS, REUTERS E AFP
PRAGA, TÓQUIO, SEUL E NOVA YORK

Durante discurso em Praga, o presidente dos EUA, Barack Obama, prometeu ontem defender o fim das armas nucleares em todo o mundo e classificou de "provocação" o lançamento de um míssil, horas antes, por parte da Coreia do Norte. Para Obama, os norte-coreanos violaram a Resolução nº 1.718, que proíbe o país de realizar atividades relacionadas a mísseis balísticos. Ontem, o Conselho de Segurança da ONU realizou uma reunião emergencial, mas não chegou a um acordo sobre sanções à Coreia do Norte. **D7**

Os esqueletos no armário do Ministério da Justiça

VASCONCELO QUADROS
BRASÍLIA

Não é trocadilho e nem frase de efeito. O governo deixou um esqueleto no armário. Aliás, um não. São 11 esqueletos que assombram o Anexo do Ministério da Justiça, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, desafiando os mortais a apontar uma solução para seus casos. A maioria das ossadas, dez, foi retirada do Cemitério da Xambioá (TO) em 1991, 1996 e 2001, sem que até hoje as autoridades tenham se esforçado para identificá-las ou, então, devolvê-las às sepulturas que há 19 anos continuam abertas.

As ossadas repousam em caixas de papelão guardadas num armário da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, que funciona no prédio do Ministério da Justiça, mas estão sob a responsabilidade do ministro Paulo Vanucchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). Ao que tudo indica, segundo informações fornecidas à época por moradores da região, podem ser os restos mortais de guerrilheiros do PCdoB dados como desaparecidos em todas as listas divulgadas pelas entidades de direitos humanos há mais de 30 anos. **A11**

Com esta edição circula a revista **GazetaInveste**

EDITORIAIS

CBM | CiaBrasileira DeMultimídia

Conselho de Administração
Presidente **Nelson Tanure**

Diretoria Executiva
Diretor Editorial **Augusto Nunes**
Diretor Geral de Gestão **Eduardo L. Jácome**

GAZETA MERCANTIL

Direção Geral
Jackson Fullen
Marcello D'Angelo

Editores-executivos **Costábile Nicoletta, Nelson Rocco e Cinthia Rodrigues**
Coordenadores Editoriais **Klaus Kleber** (Opinião) **e João Bittar** (Imagem)

A exportação caiu, mas interesse no País avançou

Apesar dos tempos difíceis enfrentados pela economia mundial, o Brasil se transformou em significativo ponto de atração para consecutivas missões comerciais. No primeiro trimestre deste ano, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) recebeu 18 delegações estrangeiras para contatos comerciais; no mesmo período do ano passado foram apenas oito missões com essa finalidade. Apesar da piora do cenário internacional, o número de missões mais que dobrou, um sinal de que a economia brasileira desperta muito interesse mesmo quando a expansão é menor do que a de 2008. É menor, mas ainda é mais promissora do que a dos países industrializados.

Há outra forma de observar esse interesse externo. O forte ingresso de capital estrangeiro fez com que a Bovespa registrasse sessões consecutivas de alta. Há consenso entre os analistas do mercado que a recuperação da bolsa brasileira ocorreu pela entrada de investidores internacionais. Esses especialistas notam que apenas em março os estrangeiros injetaram US$ 1,4 bilhão no mercado doméstico de títulos, o melhor resultado em onze meses. Uma explicação consistente para esse continuado fluxo de investimento é a força do mercado interno brasileiro e a aposta feita por muitos empreendedores no chamado consumo de baixa renda, que apenas começa a revelar seu potencial. Essa confiança, obviamente, também guarda relação com a preservação dos bons fundamentos na economia nacional. Os sinais emitidos pelo governo de que preservará a meta fixada do superávit, apesar da crise, mantém a atenção desse investidor externo na economia brasileira.

Porém, como uma espécie de outro lado desse interesse do mundo no Brasil, a corrente de comércio do País, a soma das exportações e importações, sofreu forte recuo nos primeiros meses do ano. O saldo da balança comercial de março alcançou US$ 988 milhões, mas representou uma queda de 17,2% em relação a fevereiro, utilizado o critério da média exportada por dia útil. Em relação ao saldo obtido em março de 2008, esse resultado é até maior; porém, as exportações no mês passado foram 14,9% menores do que as de março de 2008, enquanto as importações foram 21,4% menores. Resultado: a corrente de comércio foi bem menor, mas como as importações caíram mais, o saldo cresceu.

Vale notar também a significativa mudança nos principais parceiros do comércio exterior brasileiro. Como mostraram os dados da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) o Brasil acumulou, de forma surpreendente, um déficit comercial com os Estados Unidos neste ano. No primeiro trimestre de 2008, o Brasil obteve superávit de US$ 482 milhões no relacionamento comercial com os norte-americanos. No mesmo período deste ano, esse relacionamento gerou déficit para o Brasil de US$ 1,77 bilhão. Curiosamente, enquanto as exportações brasileiras para os Estados Unidos despencavam 37,8% de janeiro a março deste ano em relação a 2008, as exportações para a China cresceram 62,7% na mesma comparação. Ou seja, pela primeira vez na história do comércio exterior brasileiro, a China ultrapassou os EUA como o maior destino das exportações brasileiras. Em números absolutos, no mês passado, os chineses compraram US$ 1,73 bilhão, e os norte-americanos US$ 1,27 bilhão.

Essa mudança em relação à China pode não ser uma tendência. A direção da AEB alertou que ocorreu uma antecipação em março de embarques para a China para garantir preços de commodities. Essa tendência não se confirmou no sentido das importações porque as vendas da China para o Brasil caíram 12,8% no primeiro trimestre em relação ao mesmo período de 2008. Sem contar a sensível mudança no perfil da pauta exportada. De janeiro a março ocorreu forte aumento nas exportações de commodities, mesmo com a queda abrupta dos preços desses produtos. Em março, as vendas externas de produtos básicos aumentaram sua fatia na pauta para 39%, quando eram 29% em março de 2008. Em relação a fevereiro as commodities também avançaram nas exportações. Por outro lado, os manufaturados tiveram redução de participação em março: eram 47,4%, enquanto em 2008 eram 55,3%.

Vale lembrar que é também consensual que a entrada de investimento estrangeiro irá equilibrar a conta de transações correntes do País neste ano. Esse ingresso, porém, não compensará nem essa mudança na pauta de exportações, nem a grave perda de posições no comércio com a maior economia do planeta. Esse fato exige a atenção tanto dos empresários como do governo.

PERSONAGEM **Waldemar Verdi,** Empreendedor do Ano

Gian Paolo La Barbera

GAZETA NO TEMPO

06/04/79

AUMENTA A CAPTAÇÃO DE EURODÓLARES

A presença do Brasil torna-se novamente evidente no mercado de eurodólares. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, por exemplo, está preparando uma captação de US$ 250 milhões, a Cimento Mauá levanta US$ 75 milhões e a Alcan-Alumínio do Brasil assinou recentemente um empréstimo de US$ 80 milhões.

Poucas vezes o Brasil conseguiu tantos empréstimos como nos primeiros meses deste ano. A última grande captação foi a da Eletrobrás, de US$ 400 milhões.

06/04/85

EXPORTAÇÃO SUSTENTA A INDÚSTRIA ALEMÃ

Uma dependência potencialmente perigosa das encomendas externas parece constituir a única ameaça à contínua expansão da indústria de manufatura da Alemanha Ocidental nos próximos meses.

Pesquisas recentes apresentam um panorama otimista sobre a recuperação do país. De acordo com o Ministério da Economia, as novas encomendas recebidas pela indústria de manufaturas registraram aumento de 4% em volume em janeiro e fevereiro, em comparação ao mesmo período de 1984.

06/04/02

ARGENTINA EXPORTA MAIS PARA O BRASIL

A falta de mercado interno e a vantagem competitiva obtida com a desvalorização do peso, em torno de 65% desde janeiro, estão garantindo à Argentina um superávit recorde no comércio bilateral com o Brasil.

O saldo em favor do país vizinho no primeiro trimestre beirou os US$ 800 milhões, 160% maior do que o do mesmo período do ano passado. O resultado projeta um déficit para o comércio brasileiro ao final deste ano superior a US$ 3 bilhões.

CARTAS E OPINIÕES

E-mail: cartasdoleitor@gazetamercantil.com.br

Sua rede corporativa é segura?

No atual cenário altamente competitivo do mercado corporativo, as empresas vêm encontrando sérios desafios. Não apenas nos negócios, mas também na segurança da informação. Os maiores riscos são as "armadilhas" da rede corporativa, a propagação de vírus e o uso inadequado dos sistemas de informática pelos colaboradores.

Nos últimos anos, os ataques virtuais se tornaram financeiramente vantajosos para os hackers. Este tipo de ameaça tem se mostrado mais constante e, por esse motivo, a preocupação com a proteção das informações deve existir tanto interna quanto externamente.

Prova disso é que, de acordo com pesquisa realizada pela Frost & Sullivan, o mercado de segurança da informação movimentará US$ 598,4 milhões até 2013 na América Latina. Este valor é bastante considerável para o setor de tecnologia, levando-se em consideração que a tendência do momento é a redução de custos. Indústria, manufatura e varejo terão participação significativa neste montante financeiro.

As novas tecnologias de segurança permitem que as informações sejam distribuídas de maneira mais fácil e eficiente. Portanto, aproximar-se das companhias e, ao mesmo tempo, criar políticas de segurança é o grande desafio dos administradores de rede.

Devemos levar em consideração que, cada vez mais, as redes disponibilizam novos serviços e, com isso, o número de usuários corporativos, como colaboradores contratados e trabalhadores temporários, aumenta cada vez mais. Além disso, há a questão do acesso remoto, em que os usuários acessam a rede a distância, de qualquer computador ou dispositivo móvel. É o caso de quem trabalha no sistema home office e de parceiros, revendas e clientes, entre outros. Enfim, cada usuário possui suas próprias características de acesso aos recursos tecnológicos e as organizações precisam facilitar o acesso deles às aplicações da empresa de maneira rápida, fácil e segura.

Devido ao enorme tráfego de informações, as companhias devem investir em dispositivos de comunicação que suportem altas capacidades de processamento, uma vez que o uso de aplicações tecnológicas — como VoIP, telefonia IP e videoconferências — cresce rapidamente e exige mais recursos de segurança.

A gestão da rede é constituída por cinco etapas: autenticação do usuário, autorização do usuário, controle de acesso, controle de tráfego e qualidade de serviço.

A partir destas etapas, o diretor de tecnologia deve se aproximar ainda mais das estratégias corporativas e das necessidades do mercado, com o objetivo de cuidar das questões que estão além da tecnologia.

A gestão da segurança passa por um novo processo, no qual questões essencialmente técnicas — tais como redimensionamento de rede e de ferramentas — têm se afastado do centro de planejamento de TI.

Um sistema de segurança avançado protege a rede dos ataques virtuais, garantindo o controle e o monitoramento de tarefas que impeçam a perda de dados corporativos. Por meio deste controle, é possível ter uma plataforma tecnológica que trabalhe de forma proativa com a estrutura corporativa.

Com este cenário, as atenções ficam voltadas novamente para a rede local. Se antes o gerenciador da rede costumava se preocupar apenas com as ameaças externas, hoje deve redobrar os cuidados com os problemas internos, o que explica a demanda crescente por mais gerência nos switches de segurança na borda da rede, cuja tecnologia pode reduzir o risco de prejuízos em até 80%.

Ignorar esta nova realidade significa perder prestígio, orçamento e espaço. Os problemas da segurança da informação são muito mais abrangentes do que se pensava.

Jonathan Fratta, gerente de produtos da D-Link Brasil para o segmento corporativo, São Paulo

LULA NO PALCO EXTERNO

Acredito ser aflitivo e constrangedor perceber o esforço que Lula faz para vir a ser um líder mundial. Gordon Brown, com o pouco contato que teve com o nosso presidente, teve a sagacidade de perceber o quanto ele se utiliza e sempre se utilizou do mecanismo da projeção para culpar os outros pelo que não lhe agrada ou finge não lhe agradar. Brown e Obama riram. Mas riram de quê? Acho que de nós brasileiros por confundirmos ficção com realidade e riram de Lula, como sendo uma piada. Eu não acho graça, acho triste.

Eliana França Freire, São Paulo

ÍNDICE DAS **146** EMPRESAS CITADAS NESTA EDIÇÃO

A
A2C **C8,** AG2 **C8,** AIG **A1, B1, B2,** AIG Brasil Companhia de Seguros, **A1, B1,** Air France/KLM **C5,** ALL Amer Lat **B3,** Allianz **B1,** AlmapBBDO **C8,** Alvorada do Oeste **B10,** AmBev **B3,** American Home **B1,** American Home Brasil **A1,** American International Underwriters **B1,** Anhanguera Educacional **C1,** Anhanguera Educacional Participações **B3,** Aracruz, **B3,** Archer Consulting **A1, B10**

B
Banco Azteca **C1,** Banco do Brasil **B3,** Banco Investcred **C1,** Banco Schahin **B3,** Bank of America **B2,** Barclays Capital **A15,** Baú Crediário **C1,** Bear Stearns **B2,** BHP Billiton **C7,** Bloomberg **B2,** BM&F Bovespa **B2, B3,** BNDES **B3, C3,** BNP Paribas SA **C3,** Bradesco **B1**

C
Caixa Econômica Federal **B3,** Citigroup **B2,** Claro **C2,** Coca-Cola, **C6,** Cosan **B3,** Credit Suisse Group AG **C3,** Cyrela Realt **B3**

D
DataSul **C8,** David Lloyd Resorts **A16,** DCP Internacional **A16,** Dell **B2,** Dell Anno **C8,** Deluma Indústria e Comércio **C7,** Demarest & Almeida **A1,** Demarest e Almeida Advogados **A12**

E
Eaton **A1,** Eaton Corporation **C6,** eBay **B2,** Elektra **C1,** Embraer **A12, C6, C7, C8,** Ernst & Young **A1, A4,** Estúdio Web **C8**

F
Fairmont **A16,** Fannie Mae **B2,** Federal Express **C6,** Fitch **B1,** Formaplas **A1, C1,** Fractional Ownership Consultancy **A16,** Freddie Mac **B2,** Fundo de Investimentos Pamplona **C5**

G
Gazeta Mercantil **A6, B1, B9, C3, C5,** General Motors Corp **A15,** Genomic Egenharia Molecular Ltda **A11,** Global Quarters **A16,** GM **C8,** Gol Linhas Aéreas. **C5,** Goldman Sachs **B2,** Google **B2,** Gradual Corretora **B2,** Grendene **C8,** Grupo TMD Friction **C5,** GrupoPinar **A16**

H
Homero Costa Advogados **A12,** Honda **B2,** HSBC **A15, C8**

I
Insinuante **C1,** IOB **C2,** IRB-Brasil Re **B1,** Israel Aerospace Industries **A8,** Itaipu **C3**

J
JBS, **B3,** JP Morgan **B2,** JPMorgan **B2**

K
Kraft **C8**

L
Lojas Americanas **C1**

M
Magazine Luiza **C8,** MasterCard **B3,** Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr e Quiroga Advogados **A12,** MCF Consultoria & GFK Indicator **C7,** Mídia Digital **C8,** Morgan Stanley **B2**

N
Nissan **B2,** Nugali **C7,** Nutecnet, que originou o portal Terra **C8**

O
OceanAir **A8,** Oceanico Group **A16,** Odebrecht **A1, B1,** Oi **C2,** Organização Balbo **B9**

P
Patriarch Partners **C7,** Peixoto e Cury **A12,** Polaroid **C7,** Ponto Frio **A1, C1,** Porsche **C5**

R
Randon **C8,** RC Consultores **B9,** Redecard **B3,** Renault **B2,** Reuters **A10,** Ritz-Carlton **A16,** Rodobens **A1,** Rodrigues Jr. Advogados **A1, A12,** Royal Bank of Scotland **B2**

S
Santa Fé Idéias **A11,** SulAmérica **B1,** Synergy Group **A8**

T
Tata **A15,** Tecnisa **C8,** Tendências Consultoria **B2,** TGT Consult **C2,** TH Consultoria e Estudos de Mercado **B9,** Tigre **C8,** TIM **C2,** Totvs **C8,** Toyota **B2,** TozziniFreire Advogados **A12,** Tramontina **C8,** Tupy **C7,** Turner **C8**

U
UIB Re Brasil **B1,** Unibanco Seguros e Previdência **A1, B1,** Universidade de Columbia **B2,** UPS **C6,** Usiminas **A12,** Usina da Pedra S/A **B9**

V
Valmet Automotive **C5,** Varig **C5,** VCP **B3,** Vertuz Development **A16,** Vivo **C2,** Vulcabras **C8**

W
W3haus **C8,** Wal-Mart **C6,** Wells Fargo **B2**

Z
Zorgvliet Group **A16**

OPINIÃO

O mais importante é começar de novo

OZIRES SILVA*

A expressão do título deste artigo é forte em conteúdo e em sua forma e se aplica muito bem nestes momentos quando muitos, perplexos com o que se observa nos cenários gerais da economia mundial, ficam a perguntar o que aconteceu na esteira da chamada crise internacional que já reduz a demanda e o volume de negócios. Nosso conterrâneo, Chico Xavier, acentuou em várias oportunidades, ao longo de sua vida de pregador obstinado, que "embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim".

Quando vemos iniciativas importantes para a sociedade e para o País, se depararem com ameaças à sua sobrevivência, é importante a atitude de não fraquejar. É preciso colocar um bom grau de racionalidade no nosso comportamento e, para tanto, colocar em jogo a sempre superior capacidade de cada um de voltar às coisas simples, à razão, a partir de valores positivos que carregamos no nosso interior. É possível, por vezes, ocorrer a sensação do vazio, de falta, por vezes de tristeza, mas também pode, num dado momento, aliviar tensões e expectativas, abrindo caminhos para novos caminhos e estradas.

O horizonte do pensamento produtivo da atualidade pode ser caracterizado pela descontinuidade, por vezes passando por quebras de valores e crenças, em face das pressões impostas pelas mudanças de modelos tradicionais de como produzir e fazer negócios. Enfim muito tem sido mudado em relação a um passado até bem recente, hoje afetando até as fronteiras da ética.

Muito se perguntam o porquê disto tudo. As explicações são várias, no entanto, a que encontra maior consenso é aquela ligada a espantosa expansão das telecomunicações. Por todos os lados as pessoas hoje se comunicam, desde os pequenos telefones celulares, com alcance no raio da próxima antena, até as grandes centrais capazes de se conectar com satélites e com as extensas redes de fibras ópticas. Em outras palavras e, embora pouco entendido, essa imensa e ampla comunicabilidade transformou-nos de cidadãos nacionais para muito de cidadãos do mundo.

> Em um mundo competitivo, não podemos ficar distantes de novos talentos

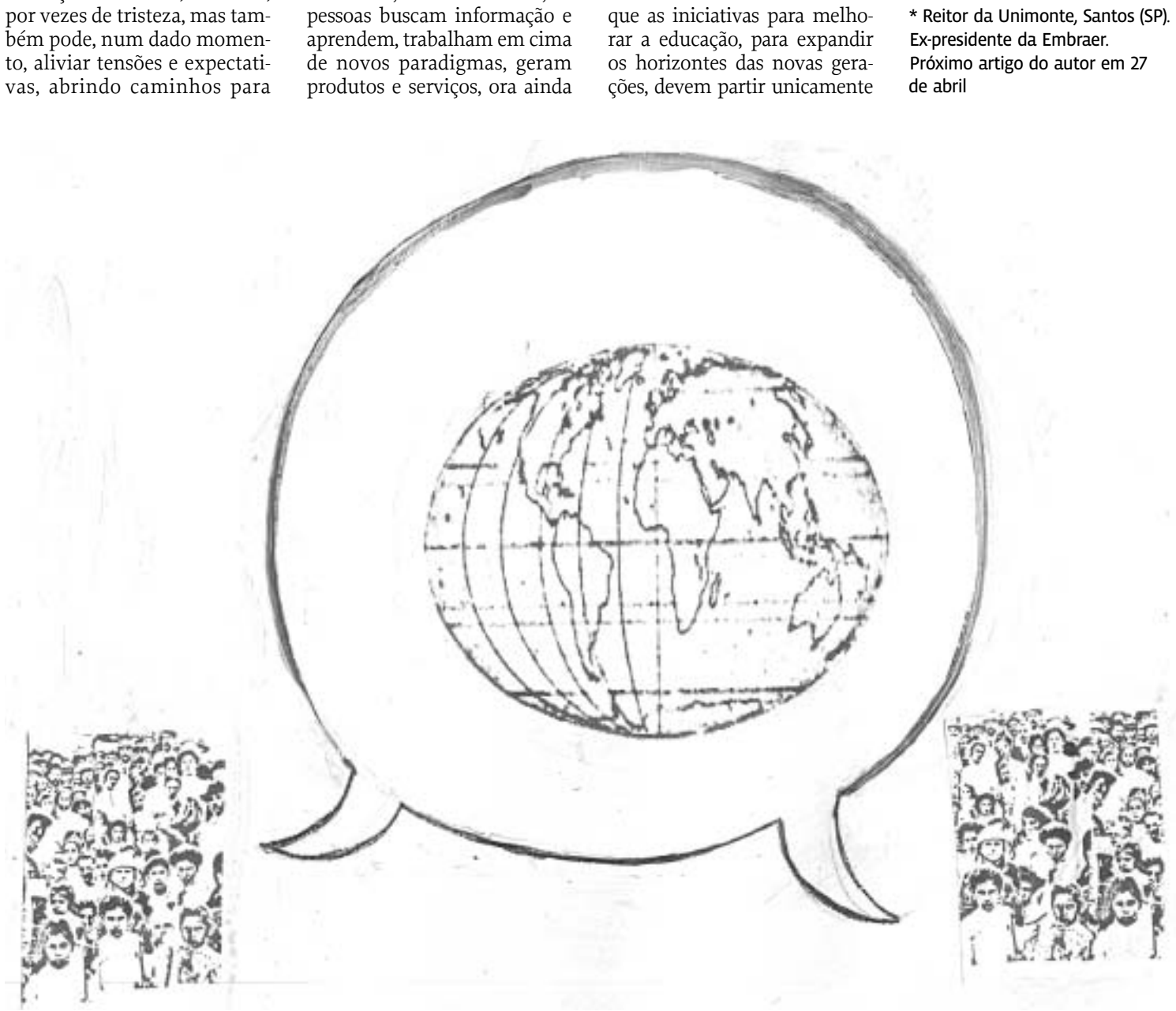
Com esta crescente habilidade de conversar com qualquer parte do mundo instantaneamente, de trocar idéias, as pessoas buscam informação e aprendem, trabalham em cima de novos paradigmas, geram produtos e serviços, ora ainda não oferecidos ou sob formas mais inovadoras e atrativas.

Como consequência, todos nós, produtores ou consumidores de bens ou de serviços, somos levados à necessidade de pensar diferentemente e encarar os desafios por via das alavancas para a transformação. Em resumo, existem estímulos, e precisam ser aproveitados, para olhar o futuro proativamente, deixando para trás o conforto do tradicionalismo substituído pela busca de horizontes e oportunidades a serem explorados. Mesmo que não se dê conta disto, a nova atitude pode gerar bases para a inovação e para o crescimento das empresas, organizações e das pessoas.

A base para chegarmos lá está na educação, englobando o treinamento constante, pois a competição hoje é mundial e os brasileiros não podem ficar distantes dos melhores talentos onde quer que estejam. Novos processos e técnicas de ensino já são exigidos, fixados que estão nos melhores parâmetros de qualidade, de mais eficiência nos ciclos de formação e pela permanente conectividade que deve empolgar alunos e treinandos. Assim, devemos abandonar a idéia de que as iniciativas para melhorar a educação, para expandir os horizontes das novas gerações, devem partir unicamente dos governos. Não podemos acreditar que governantes possam pensar como os pais, preocupados que precisam estar com a preparação dos filhos para serem vencedores no mundo competitivo da atualidade. O conhecimento é o mais importante atributo do mundo moderno e não podemos nos permitir a ficar na esteira do que está acontecendo em todos os recantos deste mundo de hoje, definitivamente mais global.

O mundo de hoje é global e as iniciativas pertencem aos mais capazes. Não podemos nos pensar como isolados, pois isolamento não mais existe. Nas condições de vida, das relações entre os povos e do comércio mundial vemos exemplos todos os dias de comunicação e de discussões amplas. A vida moderna pode ser marcada como uma sucessão de obrigações, de encontros, de conversas, sempre sujeitas a mudanças e a interrupções. Infelizmente não há fórmulas mágicas. Em vez de resistir, de tentar organizar o que pode acontecer, a sugestão seria procurar transformar cada excitação externa, principalmente aquelas que podem alterar o curso dos acontecimentos, em ferramentas sólidas para melhorar o desempenho das pessoas e das organizações, sempre no sentido de ser melhor para cada um e para a sociedade.

* Reitor da Unimonte, Santos (SP). Ex-presidente da Embraer.
Próximo artigo do autor em 27 de abril



A política cada vez mais próxima da economia

LILIANA LAVORATTI*

A política nunca andou tão próxima da economia como nos últimos tempos no Brasil, e vice-versa. Taxa de juro é uma palavra comum nas páginas políticas, assim como eleição frequenta o noticiário econômico. Não é por menos. O governo lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) antes mesmo da marola virar tsunami. A iniciativa produziu um canteiro de obras e, com isso, fez girar a roda da fortuna e da popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, além de embalar a candidatura da "mãe" do programa, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, à eleição do próximo ano.

O PAC calhou bem na atual conjuntura desfavorável à atividade econômica, em decorrência da crise financeira global. A propaganda das obras e os números do programa, tudo de dimensão gigantesca, tornaram o governo um ator relevante para evitar prejuízos ainda maiores para o emprego, a renda, a produção de riquezas do País. Com isso, o presidente da República está provando que é possível — embora raro — se dar bem na adversidade. Tratando-se de Lula, isso nem chega a surpreender, pois a trajetória do nordestino que deixou o sertão de Pernambuco em um pau-de-arara e algumas décadas depois foi eleito para sentar na principal cadeira da República tem lances até mais surpreendentes.

> PAC e moradia popular aquecem a economia e a popularidade do governo

Quando a recessão econômica na Europa e Estados Unidos surtiu os primeiros efeitos negativos na avaliação do governo e nos índices de popularidade do presidente da República, lá vem outra vez a dobradinha política-economia. Em meio a uma série de números evidenciando mais claramente que o Brasil sofrerá sim o impacto da turbulência mundial, o governo lança um novo pacote — nome este que o próprio governo evita usar.

O programa de moradia popular Minha Casa, Minha Vida, anunciado na última semana com a ambiciosa meta de construir 1 milhão de casas para população de baixa renda, outra vez mistura os dois ingredientes que parecem andar cada vez mais lado a lado. O plano foi apresentado pouco depois que a pesquisa CNT-Sensus, realizada de 23 a 27 de março, apontou queda na avaliação positiva do governo do presidente Lula — 62,4%, contra 72,5% em janeiro. A avaliação negativa cresceu de 5% para 7,6%, enquanto o desempenho pessoal de Lula teve aprovação de 76,2%, contra 84% em janeiro último.

O que resta saber é como as coisas vão ficar daqui para frente. Ainda levará algum tempo para aferir se a estratégia de fazer política na economia dará os frutos esperados para a candidatura de Dilma Rousseff na corrida presidencial, confirmando a melhora da posição da ministra em relação aos demais concorrentes, detectada nas últimas sondagens.

Até aqui, o governo deu respostas rápidas às demandas internas criadas pela situação da economia mundial. Outro exemplo de atitude proativa foi a renovação da desoneração tributária para o setor automotivo e de material de construção. A única peça que não se encaixa é a intenção do Planalto de mexer no rendimento da poupança, colocando em risco a parceria política-economia.

A experiência ainda viva na memória dos brasileiros — surpreendidos pelo sequestro da poupança e outros depósitos, no governo Collor — não traz bons presságios. Segundo o Banco Central, em junho passado, o saldo em contas de poupança era de R$ 187,9 bilhões. Os clientes totalizavam 81 milhões — destes, 62 milhões possuíam até R$ 1.000 de saldo. Ou seja, quase 80% dos poupadores nesta modalidade de investimento.

Mexer nos ganhos da poupança é mexer com uma faixa da população que apoia Lula e poderá votar na candidata do presidente. A mudança está sendo estudada sob a alegação de que é necessária para tornar esse tipo de aplicação financeira menos atraente para grandes investidores e, com isso, levá-los de volta para os títulos da dívida pública brasileira, cujos rendimentos foram afetados negativamente pela redução dos juros. Em um país que precisa emprestar no mercado alguns bilhões para financiar seu déficit, não dá para abrir mão dessa fonte.

Mesmo assim, parece contraditório um governo fazer um programa de moradia popular, capaz de agradar empresários e a sociedade em geral e, um dia depois, falar em corte do rendimento da poupança, um dos símbolos dos sonhos dos brasileiros.

* Editora de Política
E-mail: llavoratti@gazetamercantil.com.br

O Brasil tem condições de sair mais forte no mundo pós-crise

ABRAM SZAJMAN*

Comparar o que nos acontece hoje com o que ocorreu há 80 anos, em decorrência da crise que levou o mundo à Grande Depressão, pode ser útil para entender qual será nosso lugar no cenário internacional, quando a turbulência amainar.

Em 1929, a quebra do sistema financeiro mundial atingiu o Brasil fazendo desabar o preço do café, então responsável por 70% das nossas exportações. Foi uma tempestade de tal ordem que varreu da noite para o dia o modelo agrário exportador vigente desde a época da colônia, carregando consigo, por meio da Revolução de 1930, a República Velha comandada pelos estados cafeicultores.

Da noite para o dia, o País teve de acelerar sua industrialização, pela simples razão de que não dispunha mais de recursos para importar os produtos manufaturados de que necessitava como fizera até então.

Entre 1933 e 1939, o setor industrial brasileiro cresceu 11,2% ao ano concentrando-se em metalurgia de pequeno porte e bens de consumo como papel e papelão, têxteis, vestuário e calçados. O resultado das medidas adotadas fez com que o PIB, que caíra 2% em 1930 e outros 3% em 1931, se recuperasse em 1932, superando o nível de 1929 no ano seguinte. A recessão, apesar de profunda, durou entre nós apenas dois anos.

A situação brasileira hoje, felizmente, é bem diferente, e para melhor. Embora a crise atual, como a de 1929, também tenha começado no setor financeiro dos EUA e daí espalhado-se pelos cinco continentes e para a economia real, o mundo do século XXI é outro: a simples existência de países emergentes com grandes mercados internos, como é o caso do Brasil, Rússia, Índia e China (Bric), oferece a perspectiva de que, desta vez, os países ricos é que serão os mais afetados.

> Se se livrar de suas mazelas, o País pode ser um protagonista decisivo no futuro

Integrante do mundo globalizado, o Brasil de 2009 não está imune aos efeitos da crise, que terá como provável consequência imediata não a recessão, mas uma redução no crescimento impetuoso do PIB. A saúde econômica atual do País — expressa pela boa posição externa, pelo menor nível de exposição ao comércio exterior, baixa inflação e relativo controle das contas fiscais — permite olhar tanto para o futuro como para as oito décadas decorridas desde a crise de 1929 com uma visão confiante em nossa capacidade de dar a volta por cima nas adversidades.

Com a inflação sob controle desde a implementação, em 1995, do Plano Real, hoje o Brasil, além de estar livre da questão da dívida externa — um tormento para os sucessivos governos durante todo o século passado — exibe reservas superiores a US$ 200 bilhões. A dívida pública, embora elevada em razão da política de juros altos em prática desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, mantém-se abaixo de 40% do PIB.

Outro trunfo importante foi a persistente redução das desigualdades regionais — com a indústria deixando de ser uma exclusividade do Sul e do Sudeste — e, mais recentemente, das sociais.

Diante dessa trajetória, creio que o Brasil chegou ao século XXI em condições de atravessar a presente crise em condições mais suaves do que os EUA, a Europa ou o Japão, mergulhados na recessão, colocando-se mesmo à frente dos demais países emergentes como opção de investimentos, para a exploração do etanol ou do petróleo do pré-sal. Afinal, ao contrário de Rússia, Índia e China, o nosso País exibe instituições democráticas cada vez mais sólidas e não enfrenta separatismos, conflitos étnicos e problemas graves com seus vizinhos.

Porém, se é certo que o nosso sistema bancário é hoje mais sólido do que no passado e menos exposto à quebradeira que se verifica no Hemisfério Norte, é igualmente verdade que entre nós o grande escândalo financeiro reside na própria taxa oficial de juros, durante tanto tempo a maior do mundo. Outro freio quase permanente ao progresso sustentado é o nosso arcaico sistema tributário, montado para sustentar um Estado que arrecada não para investir na área social ou em infraestrutura, mas, sobretudo, para custear seu gigantismo ineficiente.

Se superar estas mazelas por meio de uma reforma tributária simplificadora, retornando ao mesmo tempo sua taxa de juros a patamares civilizados, o Brasil estará habilitado para firmar-se no cenário internacional como um protagonista decisivo na construção e consolidação de uma nova ordem econômica no mundo pós-crise.

* Presidente da Federação e Centro de Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio) e dos conselhos regionais do Sesc e do Senac

BRASIL

*Para 73% dos executivos, a crise deve se estender por **um a dois anos***

SONDAGEM

Maioria das empresas planeja cortar custos

Para enfrentar crise, 53% dos executivos pretendem reduzir investimentos

JAIME SOARES DE ASSIS
SÃO PAULO

Os empresários preparam um forte ajuste para adaptar suas operações ao quadro de desaceleração econômica e enfrentam um processo de revisão de modelo de negócios. De acordo com pesquisa realizada pela Ernst & Young, o corte de custos está nos planos de 87% dos líderes empresariais ouvidos pela consultoria, 53% pretendem reduzir investimentos e 47% preveem diminuir o número de vagas nos próximos 12 meses.

A compressão da estrutura das operações a um patamar mais baixo revela uma contradição em relação às projeções relativas ao desempenho das vendas e faturamento. A sondagem, realizada com 15 empresas com faturamento anual de até R$ 1,5 bilhão, mostra que 53% confiam que serão capazes de manter ou melhorar os resultados neste ano. "As contradições demonstram que ainda há dúvidas e os empresários não sabem exatamente qual o contorno da crise e seu impacto", afirma Carlos Miranda, sócio da Ernst & Young.

A dificuldade de delinear o alcance e de saber a exata extensão da turbulência econômica são componentes que atuam na formação das expectativas. "Esses são componentes que podem mexer com a confiança do empresário e nos planos de ação", assinala. A medida que a crise se define, as empresas começam a dimensionar os cortes.

A pesquisa mostrou que as medidas para reduzir o ritmo e o peso da folha de pagamentos convivem com a perspectiva de sustentar parte da força de trabalho que será útil para a empresa quando ocorrer uma retomada. A adoção alternativas para evitar as demissões estão entre as prioridades de 100% dos líderes empresariais. A concessão de férias antecipadas, programas de treinamento e revisão dos níveis de estoque integram a lista de recursos adotados pelas companhias. O congelamento de vagas, gerenciamento da reposição de pessoal, adiamento de projetos e aumento da força de vendas completam o conjunto de medidas apontadas pelos empresários para reduzir o volume de cortes de mão-de-obra.

"O empreendedor tem metas agressivas, defende as pessoas que trabalham com ele, mas sabe que há uma pressão externa", comenta Miranda. A decisão de cortar pessoas e custos está relacionada ao tempo que durar a crise. Segundo ele, os empresários, mesmo que não cresçam, planejam mudar o mix de produtos e começam a promover um rearranjo interno e a olhar outros mercados. "Há uma revisão no modelo de negócio."

A abertura de capital está fora dos planos de 53% dos entrevistados. Uma parcela das empresas (13%) diz ter abandonado os planos de abrir o capital com a crise.

Se existe dificuldade para se saber o tamanho da crise, há uma forte convergência em relação a sua duração. Para 73% dos executivos, a desaceleração econômica deve se manter pelo prazo de um a dois anos. "Essa é a média mais comum e confortável", avalia. Uma parcela de 13% da amostra se mostra mais otimista e espera uma reação em menos de um ano.

Os empresários não subestimam os efeitos da crise internacional e 60% esperaram um impacto severo na economia brasileira e 33% acreditam que os danos serão baixos para a atividade do País.

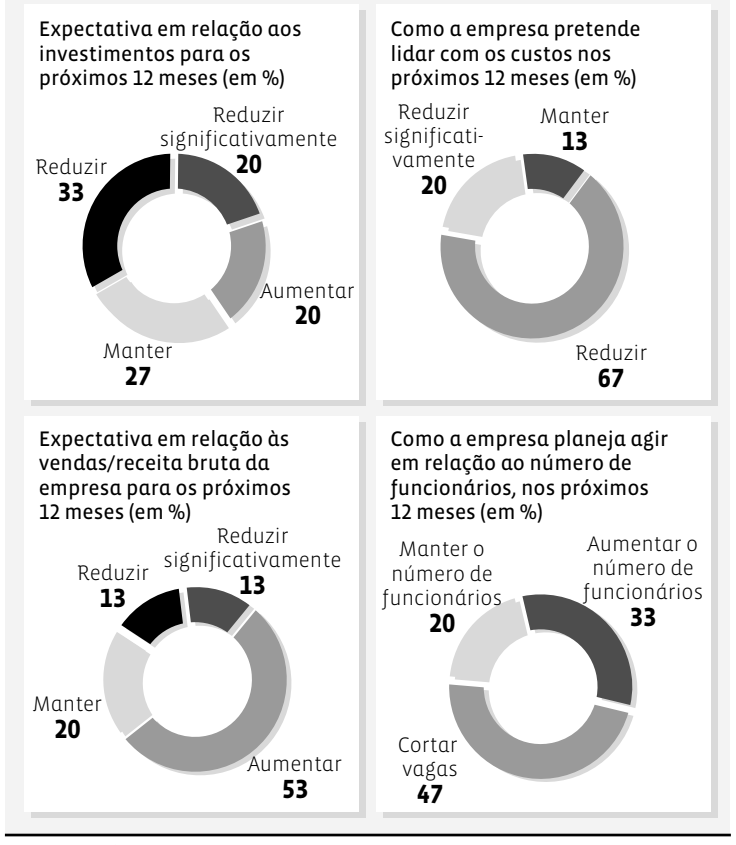
A redução das taxas de juros básicos, adoção de políticas de crédito, cortes de gastos governamentais e expansão dos investimentos em infraestrutura são pontos de convergência entre os empresários. "No Brasil, há um aspecto efetivo e psicológico da crise. Muitos acreditam que o papel do empresariado e do governo pode ajudar a mudar um pouco a visão pessimista", diz.

Estas ações deveriam ser incrementadas por incentivo ao consumo interno, desoneração fiscal, gerenciamento da crise e flexibilização dos contratos de mão de obra. A redução do tamanho do Estado na economia, por meio de privatizações, e do custo Brasil foram considerados fatores importantes para ampliar o nível de atividade.

Para Miranda, se o governo " sinalizar que está fazendo seu dever de casa" o humor dos empresários pode começar a mudar. As publicações dos balanços e o comportamento da Bolsa de Valores terão efeito também nas expectativas.

Do ponto de vista de gestão, a criatividade, estímulo ao diálogo interno, objetividade, simplicidade e capacidade de reter talentos aparecem como características principais. A transparência e a ética foram citadas também como elementos importantes em um período de turbulência.

PROJEÇÕES


Expectativa em relação aos investimentos para os próximos 12 meses (em %)
Reduzir 33
Reduzir significativamente 20
Aumentar 20
Manter 27
Como a empresa pretende lidar com os custos nos próximos 12 meses (em %)
Reduzir significativamente 20
Manter 13
Reduzir 67
Expectativa em relação às vendas/receita bruta da empresa para os próximos 12 meses (em %)
Reduzir 13
Reduzir significativamente 13
Manter 20
Aumentar 53
Como a empresa planeja agir em relação ao número de funcionários, nos próximos 12 meses (em %)
Manter o número de funcionários 20
Aumentar o número de funcionários 33
Cortar vagas 47

Fonte: Ernst & Young

DANIEL TEIXEIRA/GAZETA MERCANTIL

Empresários não sabem exatamente qual o contorno da crise e seu impacto, diz Miranda, da Ernst & Young

INDICADORES NACIONAIS

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO

(Fluxos acumulados em 12 meses — em R$ milhões)

Conceito/Esfera de Governo	Fev/2008	Nov/2008	Dez/2008	Jan/2009	Fev/2009
Primário	-109.099	-123.050	-118.037	-104.563	-99.704
Governo central	-78.558	-91.449	-85.344	-72.717	-69.050
Governos regionais	-30.669	-30.576	-30.575	-29.432	-28.956
Empresas estatais	127	-1.025	-2.119	-2.413	-1.698
Juros nominais	163.172	157.820	162.344	163.651	158.386
Governo central	112.107	85.689	93.142	101.137	98.777
Governos regionais	48.851	68.763	65.784	59.101	56.154
Empresas estatais	2.214	3.369	3.418	3.413	3.455
Nominal	54.072	34.771	44.307	59.088	58.683
Governo central	33.549	-5.760	7.798	28.419	29.727
Governos regionais	18.182	38.187	35.209	29.669	27.199
Empresas estatais	2.341	2.343	1.299	1.000	1.757
PIB	2.607.616	2.882.978	2.889.719	2.899.799	2.909.535

Fontes: Banco Central e Centro de Informações da Gazeta Mercantil.

AGREGADOS MONETÁRIOS E ARRECADAÇÃO

(R$ milhões)

	Fev/2008	Dez/2008	Jan/2009	Fev/2009	% em 12 Meses
Base monetária	132.524	145.742	142.042	135.861	2,52
Papel moeda emitido	91.169	112.142	107.203	104.319	14,42
Reservas bancárias	41.355	33.600	34.839	31.542	(23,73)
Meios de pagamento	187.311	218.328	209.096	198.902	6,19
Papel moeda em poder do público	73.353	90.584	86.882	84.068	14,61
Depósitos à vista	113.958	127.743	122.214	114.834	0,77

	Fev/2008	Dez/2008	Jan/2009	Fev/2009	R$ em 12 Meses
Arrecadação da Receita Federal	48.144	66.229	61.442	45.106	681.484
Imposto de Renda	12.747	18.480	21.053	11.622	191.600
Receita Previdenciária	13.164	24.006	14.911	14.440	182.883
IPI	2.210	2.158	1.706	1.471	27.770
Imposto sobre Importações	1.834	2.599	2.227	1.849	27.896
Contribuições*	15.045	15.432	16.760	12.930	198.526
Outras receitas	3.143	3.555	4.786	2.794	52.808

Fontes: Banco Central, RFB e Centro de Informações da Gazeta Mercantil.
* CPMF, Cofins, PIS/Pasep, CSLL, Cide-combustíveis e Seguridade Social dos Servidores Públicos.

BALANÇO DE PAGAMENTOS - CONTA CORRENTE

(US$ milhões)

	Balança comercial		Serviços				Transfer.	Trans. correntes	
Período	Export.	Import.	Juros	Viagens	Outros (1)	Total	Unital.	12 meses	% PIB
Fev/08	12.800	11.918	-595	-317	-2.382	-3.293	321	-4.367	-0,32
Mar/08	12.613	11.601	-307	-233	-5.250	-5.790	349	-8.945	-0,64
Abr/08	14.059	12.315	-348	-500	-4.483	-5.331	276	-13.826	-0,98
Mai/08	19.306	15.229	-130	-585	-4.276	-4.990	264	-14.455	-1,01
Jun/08	18.593	15.875	-565	-621	-3.863	-5.049	320	-17.783	-1,22
Jul/08	20.451	17.149	-1.288	-838	-3.658	-5.785	372	-19.205	-1,30
Ago/08	19.747	17.478	-387	-523	-2.740	-3.650	291	-21.627	-1,44
Set/08	20.017	17.263	-502	-656	-4.688	-5.846	323	-24.942	-1,63
Out/08	18.512	17.305	-515	-295	-2.408	-3.219	504	-26.249	-1,70
Nov/08	14.753	13.140	-459	-128	-2.476	-3.063	420	-25.876	-1,65
Dez/08	13.817	11.517	-946	-101	-4.600	-5.647	424	-28.300	-1,80
Jan/09	9.782	10.306	-1.347	-251	-943	-2.542	312	-27.024	-1,76
Fev/09	9.586	7.821	-701	-120	-1.808	-2.629	273	-25.734	-1,73

Fontes: Banco Central e Centro de Informações da Gazeta Mercantil.
(1) Inclui lucros reinvestidos

SALÁRIO MÍNIMO E FGTS

					Acumulado	
	Jan/09	Fev/09	Mar/09	Abr/09	no Ano	12 Meses
FGTS (%) *	0,4310	0,2918	0,3907	0,2921	1,41	4,85
Salário mínimo (R$)	415,00	465,00	465,00	465,00	22,37	12,05

Fontes: CEF, Ministério da Fazenda e Centro de Informações da Gazeta Mercantil.
* Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + juros de 3% ao ano).

BALANÇO DE PAGAMENTOS - CONTA CAPITAL

(US$ milhões)

Contas	Fev/06	Jan Fev/06	Fev/07	Jan Fev/07	Fev/08	Jan Fev/08	Fev/09	Jan Fev/09
Conta capital e financeira	-176	2.845	9.630	15.146	5.606	14.688	587	1.051
Conta capital	48	123	70	110	71	96	105	209
Conta financeira	-224	2.721	9.560	15.036	5.536	14.593	481	842
Investimento direto líquido	-924	-640	753	7.202	-121	3.357	2.648	4.580
No exterior	-1.778	-2.969	-625	3.402	-1.011	-2.359	679	682
No País	854	2.329	1.378	3.800	890	5.716	1.968	3.898
Investimentos em carteira	4.380	4.919	3.576	5.208	2.187	456	-1.881	-4.255
Ativos	688	998	19	-158	-430	-391	-212	-242
Ações	-13	-15	-133	-228	-474	-434	3	1
Títulos de renda fixa	701	1.012	152	70	44	43	-215	-243
Passivos	3.691	3.921	3.557	5.365	2.617	847	-1.669	-4.013
Ações	1.700	2.795	2.302	2.677	-270	-3.351	-343	-885
Títulos de renda fixa	1.991	1.126	1.256	2.689	2.886	4.198	-1.327	-3.128
Derivativos	122	110	-53	-93	-158	-204	140	208
Outros investimentos	-3.801	-1.668	5.283	2.720	3.629	10.984	-425	309

Fontes: Banco Central e Centro de Informações da Gazeta Mercantil.

ÍNDICES DE PREÇOS (EM %)

	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Acumulado no Ano	Acumulado 12 Meses
IGP-DI (FGV)	1,09	0,07	-0,44	0,01	-0,13	-	-0,11	7,50
IPA-DI (FGV)	1,36	-0,17	-0,88	-0,33	-0,31	-	-0,64	7,39
IPA-Agro (FGV)	-0,02	-0,64	-1,30	2,07	-0,36	-	1,70	1,94
IPA-Ind. (FGV)	1,86	0,00	-0,73	-1,16	-0,29	-	-1,45	9,49
IPC-DI (FGV)	0,47	0,56	0,52	0,83	0,21	-	1,05	6,15
INCC-DI (FGV)	0,77	0,50	0,17	0,33	0,27	-	0,60	11,67
IGP-M (FGV)	0,98	0,38	-0,13	-0,44	0,26	-0,74	-0,92	6,27
IPA-M (FGV)	1,24	0,30	-0,42	-0,95	0,20	-1,24	-1,98	5,62
IPC-M (FGV)	0,25	0,52	0,58	0,75	0,40	0,43	1,58	6,24
INCC-M (FGV)	0,85	0,65	0,22	0,26	0,35	-0,17	0,44	10,89
INPC (IBGE)	0,50	0,38	0,29	0,64	0,31	-	0,95	6,25
IPCA (IBGE)	0,45	0,36	0,28	0,48	0,55	-	1,03	5,90
IPCA-E (IBGE) *	0,30	0,49	0,29	0,40	0,63	0,11	1,14	5,65
IPC-SP (Fipe)	0,50	0,39	0,16	0,46	0,27	0,40	1,14	6,29
ICV-SP (Dieese) **	0,43	0,53	0,10	0,69	0,02	-	0,71	5,96
IPC-RJ (FGV)	0,54	0,85	1,17	0,99	0,16	-	1,15	7,00

Fontes: FGV, IBGE, Fipe, Dieese e Centro de Informações da Gazeta Mercantil.
* Divulgação trimestral. ** Referente a famílias com renda de 1 a 33 salários mínimos.

PRODUÇÃO/EMPRESAS

	Dez	Jan	Fev	Variação % Mês	Ano	12 Meses
Indústria geral (1)	99,38	98,05	94,81	-3,30	-4,60	-16,96
Indústria têxtil (1)	73,05	86,35	87,53	1,37	19,82	-16,26
Nível de emprego (2)	107,81	106,21	104,10	-1,99	-3,44	-2,25
Falências (unidades) (3)	9	14	6	-66,67	-47,37	-33,97
Autoveículos (unidades)*	96.586	184.765	201.685	-20,60	-24,11	0,67

Fontes: IBGE, Fiesp, ACSP, Anfavea e Centro de Informações da Gazeta Mercantil.
(1) Produção industrial, Base: média 2002 =100; (2) Total de pessoal ocupado na indústria paulista, Base: Jan/2006=100 ; (3) Decretadas na Capital/SP.
*Produção total de autoveículos(montados e CKD). Dados revisado a partir de Jan/04.

IMÓVEIS — ÍNDICE DE CUSTO DE FINANCIAMENTOS

	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Acumulado no Ano	Acumulado 12 Meses
CUB/SP % *	1,69	0,21	-0,04	0,21	0,42	-0,09	-	0,54	10,83
UPC/R$ **	21,53	21,53	21,53	21,67	21,67	21,67	21,75	1,02	1,87

Fontes: Sinduscon, Caixa Econômica Federal e Centro de Informações da Gazeta Mercantil.
* Custo Unitário Básico ** Unidade Padrão de Capital.

IMPOSTO DE RENDA

Rendimentos em Abril - R$	Alíquota (%)	Deduzir (R$)
Até 1.434,59	Isento	-
Acima de 1.434,60 até 2.150,00	7,5	107,59
Acima de 2.150,01 até 2.866,70	15,0	268,84
Acima de 2.866,71 até 3.582,00	22,5	483,84
Acima de 3.582,00	27,5	662,94

Fontes: Secretaria da Receita Federal e Centro de Informações da Gazeta Mercantil.
Deduções: R$ 144,20 por dependente; R$ 1.434,59 por aposentadoria a quem já completou 65 anos; pensão alimentícia judicial; valor da contribuição paga, no mês, à Previdência Social e a entidades de Previdência Privada no Brasil.

EMPRÉSTIMOS DO SISTEMA FINANCEIRO *

(Saldos em fim de período — Em R$ milhões)

	Fev/2008	Dez/2008	Jan/2009	Fev/2009	% 12 Meses
Total do setor privado	940.725	1.200.077	1.201.570	1.202.970	27,88
Indústria	218.842	296.435	294.021	299.500	36,86
Habitação	47.169	63.268	64.372	66.078	40,09
Rural	90.618	106.365	106.333	106.115	17,10
Comércio	98.918	124.802	122.699	119.123	20,43
Pessoas físicas	326.881	389.541	394.472	399.384	22,18
Outros serviços	158.296	219.666	219.673	212.769	34,41
Total do setor público **	18.816	27.217	27.658	27.896	48,26
Governo federal	3.509	9.336	9.549	9.618	174,11
Governos estaduais e municipais	15.307	17.881	18.108	18.278	19,41
Níveis de risco ***	AA	A + B	C + D	E + F	G + H
Participação % sobre o total em Fev/2009	22,99	58,61	12,38	2,47	3,85

Fontes: Banco Central e Centro de Informações da Gazeta Mercantil
* Inclui operações de arrendamento mercantil. ** Inclui adm. direta, indireta e atividades empresariais. *** As operações com atraso de pagamento têm a seguinte classificação: entre 15 e 30 dias, nível B; de 31 a 60, nível C; de 61 a 90, nível D; de 91 a 120, nível E; de 121 a 150, nível F; de 151 a 180, nível G; e acima de 180 dias, nível H de risco.

CORREÇÃO DE IMPOSTOS (R$)

	2008	2009
Ufesp (SP)	14,88	15,85
UFMSP (São Paulo)	87,20	92,35
Rio de Janeiro	1,0436	1,0610
Ufir (RJ)	1,8258	1,9372
FCA (PR)	1,4403	1,5434
UPF (PR)	54,29	58,18
UPF (RS)	10,4257	11,0617
UFEMG (MG)	1,8122	2,0349

Fontes: Secretarias de fazenda municipais e estaduais e Centro de Informações da Gazeta Mercantil.

CORREÇÃO DAS COTAS DO IRPF/2008

Pagamento no prazo legal

Cota	Vencimento	Valor da cota (Darf campo 07)	Juros sobre o valor da cota (Darf campo 09)	Total (Darf campo 10)
1ª	30/04/2008	Valor declaração	-	campo 07 + campo 09
2ª	30/05/2008		1%	
3ª	30/06/2008		1,88%	
4ª	31/07/2008		2,84%	
5ª	29/08/2008		3,91%	
6ª	30/09/2008		4,93%	
7ª	31/10/2008		6,03%	
8ª	28/11/2008		7,21%	

Taxa Selic

Abr/08 = 0,90	Mai/08 = 0,88	Jun/08 = 0,96
Jul/08 = 1,07	Ago/08 =1,02	Set/08 = 1,10
Out/08 = 1,18	Nov/08 = 1,02	Dez/08 = 1,12

Pagamento com atraso

Utilize no Darf o código 0211.
Multa = (Darf campo 08) sobre o valor apurado na declaração, aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia útil após o vencimento até o limite de 20,0%
Juros = (Darf campo 09) aplicar os juros equivalentes à taxa Selic calculados a partir de Maio/08 até o mês anterior ao do pagamento e mais 1% no mês do pagamento
Total = (Darf campo 10) informar a soma dos valores dos campos 07, 08 e 09.

Fontes: Secretaria da Receita Federal e Centro de Informações da Gazeta Mercantil.

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (INSS) — Março*

Contribuintes individuais e facultativos

Salário base (R$)	Alíquota (%)	Contribuição (R$)
465,00	11,00	51,15
de 465,01 a 3.218,90	20,00	de 51,16 a 643,78

Empregados, empregados domésticos e trabalhadores avulsos

	Alíquotas (em %)
Salário contribuição (R$)	INSS**
Até 965,67	8,00
de 965,68 até 1.609,45	9,00
de 1.609,46 até 3.218,90	11,00
Empregador	12,00
Salário família	
Remuneração	Quota (R$)
até R$ 500,40	25,66
de R$ 500,41 até R$ 752,12	18,08

Fontes: Ministério da Previdência Social e Centro de Informações da Gazeta Mercantil.
* Pagamento até o dia 13/4/09 (empresas) e até o dia 15/4/09 (pessoas físicas).
Obs.: Tabela válida a partir de 1/2/2009, de acordo com a Portaria Nº 77, de 12/2/2009.

IMPOSTOS

Agenda tributária

Tributos/contribuições	Data de vencimento	Código Darf	Código GPS	Período do fato gerador (FG)
1) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRFF)	Diária			
Rendimentos do Trabalho				
Tributação exclusiva sobre remuneração indireta		2063		FG ocorrido no mesmo dia
Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior				
Royalties e pagamentos de assistência técnica		0422		FG ocorrido no mesmo dia
Renda e proventos de qualquer natureza		0473		FG ocorrido no mesmo dia
Juros e comissões em geral		0481		FG ocorrido no mesmo dia
Obras audiovisuais, cinematográficas e videofônicas		5192		FG ocorrido no mesmo dia
Fretes internacionais		9412		FG ocorrido no mesmo dia
Remuneração de direitos		9427		FG ocorrido no mesmo dia
Previdência privada e Fapi		9466		FG ocorrido no mesmo dia
Aluguel e arrendamento		9478		FG ocorrido no mesmo dia
Outros Rendimentos				
Pagamento a beneficiário não identificado		5217		FG ocorrido no mesmo dia
2) Imposto sobre a Exportação (IE)	Diária	0107		Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha-se verificado 15 dias antes
3) Cide - Combustíveis - Importação - Lei 10.336/01				
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	Diária	9438		Importação, cujo registro da declaração tenha-se verificado no mesmo dia.
4) Contribuição para o Pis/Pasep	Diária			
Pis/Pasep - Importação de Serviços (Lei 10.865/04)		5434		FG ocorrido no mesmo dia
5) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)	Diária			
Cofins - Importação de Serviços (Lei 10.865/04)		5442		FG ocorrido no mesmo dia
6) Associação Desportiva que Mantém Equipe de Futebol Profissional- Receita Bruta de Espetáculos Desportivos - CNPJ - Retenção e recolhimento efetuado por entidade promotora do espetáculo (federação ou confederação), em seu próprio nome	Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	2550		Data da realização do do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
7) Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	4316		Data da realização do do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
8) Reclamatória Trabalhista - NIT/PIS/Pasep	Data de Vencimento do tributo na época da ocorrência do fato gerador (vide art. 11 do ADE Codac nº 19/2009	1708		Mês da prest.do serviço
Reclamatória Trabalhista - CEI		2801		Mês da prest.do serviço
Reclamatória Trabalhista - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.)		2810		Mês da prest.do serviço
Reclamatória Trabalhista - CNPJ		2909		Mês da prest.do serviço
Reclamatória Trabalhista - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.)		2917		Mês da prest.do serviço
9) Comprev - recolhimento efetuado por RPPS - órgão do poder público - CNPJ	7/4	7307		1º a 31/Mar./2009
Comprev - recolhimento efetuado por RPPS - órgão do poder público - CNPJ - estoque	7/4	7315		1º a 31/Mar./2009
10) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	9/4			
Outros rendimentos		5299		
Juros de empréstimos externos				Março/2009
11) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ)	13/4			
Pagamento Unificado - Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)		4095		Fevereiro/2009
Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias		4112		Fevereiro/2009
12) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	13/4			
Pagamento Unificado - Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias		4095		Fevereiro/2009
CSLL - Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias		4153		Fevereiro/2009
13) Contribuição para o PIS/PASEP	13/4			
Pagamento Unificado - Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias		4095		Fevereiro/2009
PIS/PASEP - Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias		4138		Fevereiro/2009
14) Contribuiçao para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)	13/4			
Pagamento Unificado - Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)		4095		Fevereiro/2009
Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias		4166		Fevereiro/2009
15) Reclamatória Trabalhista - NIT/PIS/Pasep	13/4 (dia 10 do mês subsequente ao mês da homologação do acordo ou do pagamento (vide paragrafo único do art. 11 do ADE Codac nº 19/2009	1708		Mês da homologação
Reclamatória Trabalhista - CEI		2801		do acordo ou mês do
Reclamatória Trabalhista - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.)		2810		pagamento, se não houver vínculo e não houver indicação de
Reclamatória Trabalhista - CNPJ		2909		período da prestação
Reclamatória Trabalhista - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.)		2917		do serviço

Data em que se esgota o prazo legal para pagamento dos tributos e contribuições federais.
Fontes: Departamento da Receita Federal e Gazeta Mercantil.

CONTAS PÚBLICAS

Cortes no orçamento podem ser revistos

Queda da arrecadação deve forçar o governo a ampliar os ajustes no próximo bimestre

ANA CECÍLIA AMERICANO
SÃO PAULO

Por mais doloroso que possa se apresentar, o ajuste no orçamento Geral da União – contingenciando R$ 21,6 bilhões – anunciado semana passada foi absolutamente necessário, garantem economistas. Mas economistas com especialização em finanças públicas questionam o cálculo do orçamento, baseado na premissa de um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2% em 2009; e o engessamento da atuação do estado na área, devido à obrigações com o custeio, com repasses constitucionais à Saúde e à Educação e com o pagamento da dívida pública.

"A meta de resultado primário prevista no orçamento enviado ao Congresso em 2008 é inconsistente com o cenário de inflação mais baixa e crescimento do PIB inferior em curso", diz Amaury Bier, ex-secretário executivo do Ministério da Fazenda no governo Fernando Henrique e sócio da Gávea Investimento. Ou seja, as receitas em 2009 tenderão a ser bem menores do que as inicialmente previstas em 2008. Para Bier, portanto, seria desejável que o corte dos gastos do governo fosse muito maior.

"É bom lembrar que estados, municípios e estatais terão resultados piores este ano, e o que interessa nas contas públicas é a meta consolidada, levando em conta todas essas variáveis". Bier acredita que a revisão da estimativa de crescimento do PIB em 2009 feita pelo governo de 4,5% para 2% falha por ser muito otimista. O ex-secretário, ao contrário, trabalha com estimativas de um recuo do PIB em 1% este ano.

Bier pondera que, em função da demanda reprimida no País, "daria para gastar até três vezes o orçamento, dadas as carências sociais, em infraestrutura e em outras áreas". Ele admite a extrema dificuldade de se fazer cortes nesse contexto. Tarefa que se torna ainda mais complexa devido ao "pequeno espaço de manobra que sobra para o governo atuar". De um lado, lembra, houve nos anos recentes uma "expansão generosa" dos gastos correntes, principalmente em função dos aumentos dados ao funcionalismo e às regras de indexação do salário mínimo, as quais onerariam a Previdência. "O que sobra para se cortar é exatamente o que não é recomendável suprimir, ou seja, os investimentos".

Para o ex-secretário do Ministério da Fazenda, é muito provável que o governo se veja obrigado a divulgar novo reajuste no Orçamento já no próximo bimestre, quando, devido à inflexibilidade de boa parte do orçamento, até as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) correrão o risco de serem sacrificadas – seja por contingenciamento, seja por meio de adiamentos.

De acordo com Bier, outras alternativas para a adequação do orçamento à nova realidade estariam nos recursos do Fundo Soberano e dos Projetos Pilotos de Investimento (PPIs). "Esses últimos são investimentos prioritários que não são computados como despesas", explica. Na prática, os PPIs são gastos que podem ser abatidos da meta de Resultado Primário do Governo Federal.

Nem todas as análises são tão críticas. O professor Adriano Biava, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, acredita que o contingenciamento proposto pelo governo é significativo. "17% do orçamento já é um grande corte", afirma.

Para Biava, a grande questão sobre o contingenciamento está desfocada. "O que importa é saber se a carga tributária de cerca de 35% do PIB está bem dimensionada para as necessidades do País", comenta. "Para alguns, ela é absurda. Para outros, um País como o Brasil, que necessita de um estado com maior presença, de forma a gerar mais serviços à população carente, não tem como fugir de uma tributação mais pesada", argumenta.

Outro problema levantado pelo professor é o fato de, na redução de estimativa de gastos, a área financeira ser preservada, ao contrário do que ocorreu com diversos ministérios, notadamente o da Cidades – que detinha uma participação de 6,5 % do orçamento, caindo para 4,9% – e a área da Defesa, que participava do bolo com 7,4% e cuja fatia minguou para 6,6%.

"O Brasil, independente do cenário econômico, tem pago religiosamente a sua dívida, sem sequer questioná-la", diz ele. "Exceto por alguns espasmos no governo Sarney, todos os governos pagaram a dívida sem discutir o seu montante, os prazos e condições de pagamento", critica. Segundo ele, a tabela divulgada pelo Ministério do Planejamento com os valores a serem destinados a cada área do governo não deixa claro, ainda, qual será a economia a ser feita com a queda da taxa de juros ao longo do ano. "Os números divulgados, somando os encargos e operações, não refletem o peso da dívida sobre o orçamento público", avalia.

Outro professor, Francisco Vignole, da Fundação Getúlio Vargas, vê o compromisso com o pagamento da dívida um mérito. "O resultado primário desse governo mostra o seu esforço fiscal", diz. Ele próprio ex-secretário de Finanças dos municípios de Diadema e Santo André (ambos em SP) em administrações petistas, Vignole lembra que a gestão Lula conseguiu diminuir a dívida interna de um patamar de 56% do PIB, em 2003, para os atuais 36%. Segundo o economista, o governo tem agido seriamente, também, levando em conta os repasses constitucionais para Saúde e Educação. "O cobertor está curto", frisa. "Assim, é natural que algumas áreas sejam priorizadas em detrimento de outras", diz. Para o economista, a distribuição do ônus não é uma decisão técnica. "Ao contrário, é essencialmente política". E, neste caso, a decisão estaria correta ao preservar as áreas sociais e as voltadas ao investimento em infraestrutura, que minimizariam os efeitos da crise.

CONTINGENCIAMENTO NO ORÇAMENTO DA UNIÃO POR ÁREAS E MINISTÉRIOS

(em R$ mil)

Órgão e/ou unidade orçamentária	Previsto	Disponível	Corte	Corte percentual (em %)
Agricultura	2.222.370	1.164.494	1.057.876	47,60
Cidades	9.711.231	6.218.018	3.493.213	35,97
Ciência e Tecnologia	4.210.749	3.936.392	274.357	6,52
Comunicações	449.540	309.037	140.503	31,25
Cultura	939.205	650.000	289.205	30,79
Defesa	11.084.970	8.371.721	2.713.249	24,48
Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	1.000.429	542.451	457.978	45,78
Desenvolvimento Agrário	3.503.862	2.400.000	1.103.862	31,50
Desenvolvimento Social e Combate à Fome	14.119.956	13.542.380	577.576	4,09
Educação	16.149.279	14.900.200	1.249.079	7,73
Esporte	1.375.870	196.818	1.179.052	85,70
Fazenda	3.187.004	2.560.972	626.032	19,64
Integração Nacional	4.899.362	3.155.660	1.743.702	35,59
Justiça	2.966.437	1.722.685	1.243.752	41,93
Meio Ambiente	891.889	510.165	381.724	42,80
Minas e Energia	718.238	661.870	56.368	7,85
Planejamento	1.192.808	773.956	418.852	35,11
Previdência Social	1.186.130	1.297.049	519.081	28,58
Relações Exteriores	860.966	860.966	--	--
Saúde	48.338.439	47.659.420	679.019	1,40
Trabalho e Emprego	1.386.811	770.941	615.870	44,40
Transportes	10.795.348	10.737.948	57.400	0,53
Turismo	2.982.869	405.718	2.577.151	86,40
Advocacia-Geral da União	233.297	174.697	58.600	25,12
Gabinete da Vice-Presidência da República	3.117	3.002	115	3,69
Encargos financeiros da União	369.603	257.805	111.798	30,25
Operações oficiais de crédito	96.537	54.991	41.546	43,04
Presidência da República	2.886.991	2.120.690	766.301	26,54
Transferências para estados e municípios	81.959	54.948	27.011	32,96
Reserva de contingência	2.595.921	-	2.595.921	100

LOCOMOTIVAS QUE ECONOMIZAM

COMBUSTÍVEL, REDUZEM

EMISSÕES DE GASES POLUENTES

E TRANSPORTAM PRODUTOS

PARA ONDE FOR MAIS

NECESSÁRIO.

HOJE.

GE imagination at work

BRASIL

*Com contribuições previdenciárias, recursos devem somar **R$ 662 bi** em 2009*

RECEITA FEDERAL

Fisco projeta queda de 1,92% na arrecadação

Perda de tributos pode chegar a R$ 13,4 bi neste ano devido à crise internacional

VIVIANE MONTEIRO
BRASÍLIA

A Receita Federal prevê arrecadar este ano R$ R$ 662 bilhões, considerando as arrecadações administradas pelo próprio órgão e as contribuições previdenciárias. A cifra representa um recuo de 1,92% sobre o resultado recorde de R$ 675 bilhões registrado em 2008, esclareceu uma fonte do Fisco à **Gazeta Mercantil**. As projeções do órgão indicam que a perda de tributos pode chegar este ano a R$ 13,4 bilhões, puxada pela crise financeira internacional que deve reduzir a rentabilidade das empresas e a massa salarial, duas importantes fontes de recursos para a Receita.

Segundo a fonte, a previsão oficial do Fisco para a arrecadação proveniente somente das contribuições previdenciárias – consideradas um termômetro que medem o comportamento do mercado de trabalho – é de R$ 177 bilhões em 2009. Isso representaria uma queda de 4,01%, ou perda de R$ 7,4 bilhões, em relação aos R$ 184,4 bilhões registrados em 2008.

Já a previsão para a arrecadação dos tributos administrada pelo Fisco é de R$ 485 bilhões, segundo já havia informado a secretaria da Receita Federal, Lina Maria Vieira. Caso esse número se confirme, ocorrerá uma queda de 1,02% em relação ao montante de R$ 490,9 bilhões apurado no ano anterior.

São levados em conta nas estimativas os números corrigidos pela inflação oficial do governo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

No ano passado a arrecadação total do Fisco, incluindo as contribuições administradas, previdenciárias e receitas diversas, foi de R$ 701 bilhões. Este ano a cifra estimada é de R$ 662 bilhões. Se for confirmada será a segunda maior da história, mesmo diante do arrefecimento da economia brasileira que deve levar o Produto Interno Bruto (PIB) que cresceu 5,1% no ano passado para o patamar de 2%, conforme a estimativa oficial do governo. Previsão considerada otimista, uma vez que o mercado espera crescimento zero para a economia este ano.

O Fisco atribui a queda da arrecadação aos impactos da crise financeira internacional que derrubam a atividade econômica e, consequentemente, reduzem a arrecadação. Para contornar o problema a Receita Federal pretende intensificar a fiscalização para os grandes contribuintes. A queda das contribuições previdenciárias está relacionada à redução da massa salarial do trabalhador que deve cair por causa da crise gerada no mercado de trabalho. O emprego formal acumula queda de 0,29% no primeiro bimestre deste ano, o equivalente a 92,569 mil vagas, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

CENÁRIOS

Aníbal Teixeira*

O desafio do emprego no período de crise

Em uma época de crise as atenções se voltam naturalmente para o emprego. O trabalhador se inquieta, os que estão chegando ao mercado de trabalho ficam pessimistas.

Os empresários sabem que desemprego é menos produção, menos vendas e, consequentemente, menos lucro. Mesmo o governo, retardatário tradicional no diagnóstico, se inquieta. Menos emprego representa menos imposto, mais seguro desemprego e, sobretudo, menos eleitores.

Assim, trabalhadores, empresários e governo são unânimes em desejar mais e mais empregos. Na época do capitalismo selvagem as atitudes eram diversas. O capitalista vibrava. Mais desempregados representavam mão de obra mais barata e transigente nas condições de trabalho.

O governo nada tinha com o assunto, pois vigorava a ortodoxia do estado não intervencionista. Hoje, tudo mudou. Na crise de 1930, Roosevelt com o New Deal fez nos Estados Unidos marcantes intervenções. Regulou as finanças, fez obras e gerou empregos.

Agora temos menos preconceitos ideológicos e também novos fatos. Na ponta da corrente, a globalização e, mesmo com ela, uma ideia ancorada na realidade que é o mercado interno. Hoje o Brasil entre os emergentes tem um dos melhores.

Com todos os livros e discursos da esquerda, os Estados Unidos são fortes economicamente em razão do mercado interno. Reunidos recentemente, os governos da esquerda do Mercosul só fizeram uma exigência: os Estados Unidos voltarem a comerciar com Cuba. Vale dizer retomar a exploração que sempre denunciaram.

Apenas 15% do PIB americano dependem de troca, vale dizer importação e exportação, e o Brasil tem números próximos.

Assim, são elementares o diagnóstico e o receituário. Manter empregos e renda, o resto é discurso. Para tanto, temos de ter consumo, especialmente interno.

No Brasil temos um desafio semelhante. Levamos vantagem em não ter resistências a uma maior ação do estado e desvantagem porque muito da crise depende do governo.

O custo Brasil é um escândalo e as despesas do governo em custeio, mastodontes. Aqui o desemprego pega o governo de calças na mão em diversos itens.

Primeiro o seguro desemprego de onde só em 2008, ainda sem a crise, saíram R$ 13 bilhões.

Os impostos vão reduzir naturalmente por um lado, além de serem usados para contornar crises setoriais como no caso do IPI dos veículos.

Em tudo há que montar uma estratégia e unificar o comando. O governo – vale dizer os três poderes – já está na contramão. Aumentos no Legislativo, novos cabides sem concurso no Executivo e o fim do teto salarial no Judiciário.

Aumentos desmedidos de salários de funcionários nos três poderes. Tudo como se a crise não fosse aqui.

A burocracia desestimulou nossa ideia do primeiro emprego que apresentei em livro sobre emprego e renda e o levou ao fracasso. Exigências, formulários, burocracia e corporativismo fizeram naufragar a iniciativa.

Os estágios foram regulamentados e com isto estão reduzidas em 30% as vagas.

Vem agora a ideia da obrigatoriedade de vagas para o menor. A burocracia vai matar no berço com formulários exigências e tudo mais mesmo porque o emprego dela, que é público, está garantido.

Em uma época de crise, o que importa é gerar emprego, vagas, salário e renda mas a "máquina" não pensa assim.

No esforço de formalizar o trabalho sazonal, especialmente a colheita de cana, café, algodão e outros, os fiscais do ministério foram à luta.

Com isto, fecharam 500 mil postos de trabalho. O café em Minas Gerais empregava por 4 meses 200 mil pessoas. Agora com 300 máquinas emprega 20 mil.

Na cana o efeito foi mais grave e teremos 400 mil desempregados.

Assim, na busca de uma formalização na contramão do custo Brasil, perdemos quase 1 milhão de vagas.

O resultado é um só. Mais migração para as cidades, favelas e massa de manobra para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Por sinal trabalho eles têm já contratado. Apoiar os nossos concorrentes agrícolas da Europa com a grana da Via Campesina.

Proteger a celulose de fibra longa combatendo o eucalipto e, ultimamente, colocando-se à disposição de Evo Morales para expulsar da Bolívia os latifundiários brasileiros.

Dar suporte à luta do Bispo Paraguaio (Fernando Lugo) para não pagar o débito de Itaipu e ficar com eletricidade de graça para vender a quem quiser.

O governo elimina empregos, com burocracia e entrega ao MST e seus sócios estrangeiros 1 milhão de desempregados. Para infernizar o agronegócio brasileiro e garantir a agricultura subsidiada e protegida da Europa e América.

*Presidente do Instituto JK e ex-ministro do Planejamento

REGISTRO

MENOS CASOS DE DENGUE

As notificações de casos de dengue no Brasil caíram 28,6% nas primeiras dez semanas deste ano em relação ao mesmo período de 2008. Segundo o Ministério da Saúde, até o dia 7 de março foram registrados 114,3 mil casos contra 160,1 mil em 2008. Para o coordenador do Programa Nacional de Controle da Dengue, Giovanini Coelho, é necessário analisar os dados com cautela, pois o período entre janeiro e maio é o mais crítico. Este ano também foram registrados 235 casos de febre hemorrágica causada pela dengue, com 16 mortes e 368 casos de dengue com complicação, com sete mortes.

Exposição
Leonardo Da Vinci
O Gênio do Futuro
De 20 de março a 22 de abril na Unimonte.
segunda a sexta, das 10h às 21h.
aos sábados, das 10h às 17h.
A exposição "Leonardo da Vinci: O Gênio do Futuro" conta com modelos artesanais, produzidos a partir de desenhos originais do artista. Venha conhecer no presente as obras desse gênio do futuro!
Rua Brás Cubas. 344 . 3º andar
Vila Mathias - Santos/SP
Informações: 13 3228.2100
www.unimonte.br/davinci
Entrada Franca
Realização:
unimonte
TV TRIBUNA
SANTOS
Unimed Santos
Casa Brasil

BAESA - ENERGÉTICA BARRA GRANDE S.A.

COMPANHIA ABERTA | CNPJ nº 04.781.143/0001-39

www.baesa.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

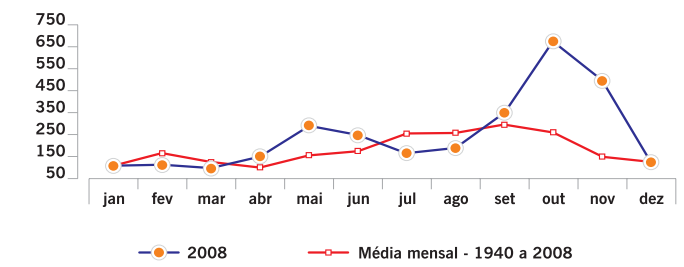
Senhores Acionistas,
A Administração da BAESA – Energética Barra Grande S.A. submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Cenário Macroeconômico

O ano de 2008 foi marcado pelo aprofundamento da crise financeira mundial no segundo semestre, cujos reflexos no Brasil podem ser percebidos pela alta de 31,94% na taxa cambial do dólar norte-americano, pela inflação de 9,81%, medida pelo IGPM, e pela elevação da taxa SELIC de 11,25% (Dez.07) para 13,75% (Dez.08).

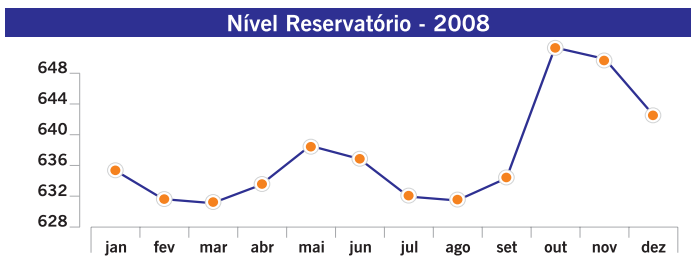
Desempenho Operacional

Afluência Média



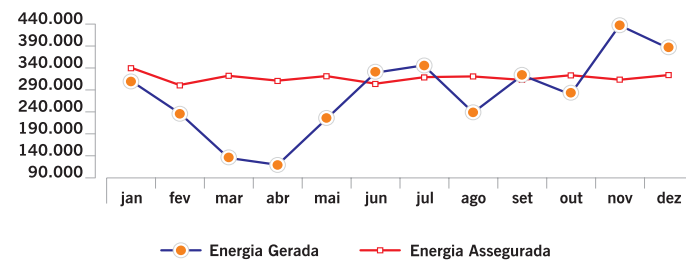
Em 2008 a incidência de chuvas na região Sul ficou abaixo da média histórica. No mês de outubro, entretanto, a ocorrência extraordinária de chuvas na bacia do Rio Pelotas levou a vazão afluente a um pico de 8.550 m³/s no dia 26 e, por conseqüência, vertimento de 3.937 m³/s. O reservatório da UHE Barra Grande atingiu no dia 28 de outubro, a sua cota máxima de 647 metros.

Nível Reservatório - 2008



Em 2008, as Unidades Geradoras 1 e 3 foram liberadas para operar como compensador síncrono após implementação de melhorias acertadas com o fabricante Alstom. A implementação das melhorias na UG 2 será concluída em Março de 2009.
A geração de energia atingiu 2.950.761 MWh, quantidade equivalente a 88,3% da energia assegurada (3.334.056 MWh). Já a energia comercializada atingiu 3.239.896 MWh, totalmente alocada segundo determinação dos acionistas da BAESA que, conforme Acordo de Acionistas, possuem o direito e a obrigação de adquirir, para si ou terceiros, toda a produção na proporção de sua participação no Capital Social da Companhia.

Geração Mensal



Desempenho Econômico e Financeiro

Receita Operacional
Em 2008 a receita operacional bruta da BAESA totalizou R$ 329 milhões, e a líquida R$ 269 milhões. Foram recolhidos impostos da ordem de R$ 34 milhões incidentes sobre a Receita da Companhia (ICMS, PIS e COFINS).
Desempenho Operacional
A BAESA no exercício de 2008 apresentou EBITDA de R$ 197 milhões, serviço da dívida de R$ 175 milhões e impostos de R$ 15 milhões sobre o resultado, que atingiu R$ 29 milhões no exercício, fortemente influenciado pela alta da taxa cambial.
Endividamento

Passivo Atual		31/dez R$ mil	% Dívida
BNDES - TJLP	R$	319.333	35%
BNDES - Cesta	R$	168.023	18%
BNDES - TJLP - Sup.	R$	286.765	31%
Total BNDES	**R$**	**774.121**	**85%**
Debêntures 1ª Série	R$	100.195	11%
Debêntures 2ª Série	R$	39.438	4%
Total Debêntures	**R$**	**139.633**	**15%**
Dívida Total	**R$**	**913.754**	**100%**

A BAESA detém nível de recursos necessário à substituição das garantias corporativas prestadas ao BNDES por recebíveis da Companhia, aguardando a formalização da transferência pelo Banco.
Compartilhamento de Infra-Estrutura de Serviços
A BAESA concluiu estudos conjuntos com a Consultoria KPMG para compartilhamento de infra-estrutura de serviços com empresas com Acionistas em comum, a exemplo da ENERCAN – Campos Novos Energia S.A. e MAESA – Machadinho Energética S.A. A implantação do compartilhamento depende da aprovação da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Tal compartilhamento objetiva a melhoria na qualidade dos processos de gestão com simultâneo ganhos de escala nas empresas participantes.

Impostos e Contribuições Pagos
No exercício de 2008 foram pagos pela BAESA R$ 98 milhões a título de impostos, contribuições e compromissos a organismos Federais, Estaduais e Municipais, a saber:

	R$ mil
COFINS	16.681
Uso do Bem Público	14.968
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	23.018
Compensação Fin. pela Util. de Recursos Hídricos	11.787
ICMS	14.145
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	8.827
PIS	3.607
Pesquisa e Desenvolvimento	1.208
Financiadora de Estudos e Projetos	1.205
Taxa de Fiscalização - ANEEL	1.058
INSS	975
Ministério das Minas e Energia	603
ISS	162

Ações Sociais, Ambientais e Culturais

A BAESA despendeu R$ 20,2 milhões no ano de 2008 em ações socioambientais, distribuídos da seguinte da forma:

Ações	R$ (mil)
Comunidades Rurais	3.804
Projetos Sociais	2.082
Carta de Crédito	1.027
Assistência Técnica e Social	1.006
Adequação da Infra-Estrutura dos Municípios	7.781
Pesquisa & Desenvolvimento	1.807
Educação Ambiental	129
Monitoramento de Fauna e Flora	939
Monitoramento do Reservatório	246
Arqueologia	486
Meio Ambiente	880
Total	**20.187**

Ações Sociais

Em 2008 a BAESA concluiu a construção e a entrega das benfeitorias comunitárias em mais três Comunidades Rurais - Santa Catarina, em Anita Garibaldi/SC; São Francisco de Assis, em Esmeralda/RS; e Laranjeira, em Capão Alto/SC, cumprindo integralmente seu compromisso em todas as sete Comunidades Rurais implantadas na região. Além disso, 515 das 551 famílias beneficiadas estão com seus imóveis rurais escriturados.
Também em 2008 a BAESA assinou com a Prefeitura do Município de Esmeralda/RS, o Termo de Entrega e Aceitação das Estradas e Pontes construídas pela Companhia nas Comunidades Rurais Nossa Senhora da Salete e São Francisco de Assis.
Em 2008 as prefeituras de Anita Garibaldi/SC e Cerro Negro/SC construíram 23 casas populares com a madeira retirada da área do reservatório e doada pela BAESA. Toda a madeira retirada da área ocupada pelo reservatório foi entregue ao MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens, conforme Acordo Social assinado em 2004.
Outra atividade desenvolvida durante o exercício de 2008 foi o trabalho de assistência social oferecido às famílias beneficiárias de remanejamento. Ao todo, 431 famílias, beneficiárias das modalidades "Reassentamento Rural Coletivo", "Carta de Crédito" e "Reassentamento em Áreas Remanescentes", foram assistidas permanentemente por psicólogos, assistentes sociais e pedagogos da UNOESC (Universidade do Oeste de Santa Catarina). A assistência às famílias compreende a execução de atividades que vão desde o acompanhamento individual sobre planejamento familiar, auxílio natalidade, auxílio funeral, pagamento de contas e acessos a serviços públicos, tais como consultas médicas e odontológicas, até a participação em cursos de capacitação, ações de integração comunitária e eventos culturais, como exibição de filmes nacionais e apresentação de peças teatrais.
O importante trabalho de assistência técnica e social desenvolvido pela BAESA com as famílias rurais tornou-se uma referência na área. Prova disso é que, em 2008, a empresa apresentou seu Projeto de Assistência Técnica e Social para analistas ambientais do Ibama em Brasília, atendendo convite do próprio órgão ambiental.
A atuação social da BAESA e de seus acionistas, durante o ano de 2008, possibilitou a concretização de antigas reivindicações da região. Vários projetos sociais receberam recursos mediante aplicação de percentual do Imposto de Renda das empresas. Os recursos foram repassados ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, entidade responsável por gerenciar um fundo especial criado para assegurar ações de atendimento a crianças e adolescentes em áreas prioritárias, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.
Em 2008 foram aprovados 36 projetos sociais, cujo montante alcançou cerca de R$ 2,1 milhões em investimentos. Esses projetos sociais foram viabilizados com recursos próprios, de empresas acionistas da BAESA e também de incentivos fiscais, através da Lei Rouanet e FIA (Fundo para Infância e Adolescência). Destaque para projetos como a construção da sede da Liga Feminina de Combate ao Câncer de Vacaria/RS, criação da Orquestra de Câmara de Anita Garibaldi/SC, construção do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor em Capão Alto/SC, publicação do livro "Garibaldi e Anita: os amantes da liberdade em dois mundos de guerras", modernização da Escola Marcírio Marques Pacheco, de Esmeralda/RS, instalação de academias de ginástica ao ar livre, apoio ao projeto teatral "Horário de Verão/Horário de Cultura" e parceria com o Instituto Guga Küerten para concretizar projetos nas organizações sociais com sede nos municípios da Serra Catarinense, além de capacitar seus dirigentes e professores.
A capacitação das famílias rurais também foi uma das principais ações realizadas durante o ano de 2008. O objetivo é repassar informações e oferecer condições para que as famílias possam desenvolver novas atividades econômicas, de modo a gerar renda e melhorar a qualidade de vida. Nesse sentido, além dos projetos já concretizados, como produção leiteira, fruticultura, artesanato e piscicultura, foram iniciadas atividades de apicultura e criação de galinha caipira. Na Comunidade Santa Catarina, em Anita Garibaldi/SC, a BAESA e o Instituto Alcoa repassaram recursos para a construção da Casa do Mel, instalada com vários equipamentos destinados à apicultura. Já na Comunidade Laranjeira, em Capão Alto/SC, foi entregue um botijão de sêmen para inseminação artificial do gado leiteiro, fortalecendo assim a produção de leite entre as famílias.
Em 2008, a BAESA, em parceria com o Sebrae, deu continuidade às ações referentes ao PDR – Plano de Desenvolvimento Regional. Após identificar um total de 100 profissionais, entre professores, comerciantes e prestadores de serviços que comprovaram queda na receita mensal em decorrência da conclusão das obras de construção da Usina Hidrelétrica Barra Grande, a empresa firmou parceria com o Sebrae para capacitar esses profissionais. Eles aprovaram a proposta da BAESA para que o Sebrae ministrasse o curso Saber Empreender. Dividido em duas etapas, o curso foi ministrado para 99 pessoas e consistiu em aulas teóricas, elaboração de planos de negócios e repasse de R$ 5,4 mil para cada aluno investir como desejasse. A segunda etapa, em andamento, prevê o apoio financeiro da BAESA para os melhores projetos. A empresa vai financiar até 80% do valor do projeto, sendo que esse montante está obrigatoriamente limitado a R$ 7 mil.
Infra-estrutura e serviços dos municípios
Em 2008, em apoio ao desenvolvimento dos municípios localizados em sua área de abrangência, a BAESA realizou obras como a ampliação do Posto de Saúde de Capão Alto/SC, instalação de equipamentos no Centro Cirúrgico do Hospital Nossa Senhora do Patrocínio, em Campo Belo do Sul/SC, construção do escritório municipal da EMATER (Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural) em Pinhal da Serra/RS, e do Centro de Educação Ambiental, em Anita Garibaldi/SC, além da continuidade das obras de pavimentação asfáltica do trecho que liga Anita Garibaldi/SC à Usina Hidrelétrica Barra Grande.
A pavimentação asfáltica, quando concluída em junho de 2009, vai permitir a integração rodoviária entre os dois municípios-sede do empreendimento – Anita Garibaldi/SC e Pinhal da Serra/RS, distantes cerca de 30 quilômetros e integrados desde 2006 graças à barragem da Usina Hidrelétrica Barra Grande. Ao concluir a obra, a BAESA terá pavimentado cerca de 28 quilômetros de estrada, possibilitando melhores condições rodoviárias, acesso entre os municípios dos dois Estados e melhoria na qualidade de vida da população.
A ampliação do Posto de Saúde de Capão Alto/SC, onde foram investidos aproximadamente R$ 170 mil, proporcionou a criação de 14 novas salas de trabalho, entre consultórios médico, odontológico e psicológico, sala de reuniões e sanitários.
Em Campo Belo do Sul/SC, a BAESA repassou quatro equipamentos para funcionamento do Centro Cirúrgico do Hospital Nossa Senhora do Patrocínio. Foram entregues um monitor multiparamétrico, aparelho de anestesia, desfibrilador cardíaco e bisturi eletrônico.
A BAESA repassou também recursos para construção do escritório municipal da EMATER em Pinhal da Serra/RS, fundamental para oferecer assistência técnica aos produtores rurais do município.
O Centro de Educação Ambiental foi construído graças a uma parceria entre a BAESA, Fundação Alcoa Internacional, IBENS (Instituto Brasileiro de Educação em Negócios Sustentáveis) e a prefeitura de Anita Garibaldi/SC. O local conta com 273 metros de área construída, onde estão dispostos um auditório com 100 lugares, escritório, cozinha, dois quartos para alojamentos e quatro banheiros, sendo dois equipados para pessoas com deficiência. A estrutura do prédio contém diversos aspectos ecologicamente corretos. O pavimento onde está o auditório, por exemplo, foi erguido com sacos de terra, em vez de tijolos tradicionais. Além disso, foram colocadas telhas ecológicas, sistema de aproveitamento da água da chuva e aberturas maiores para captação da luz natural.

Ações Ambientais

No âmbito das ações ambientais, em 2008, cumpre destacar o sucesso do programa de reintrodução da bromélia Dyckia distachya no entorno do reservatório da Usina Barra Grande. Da condição de potencialmente extinta, a Dyckia distachya tornou-se uma espécie menos vulnerável e adaptável a locais diferentes até então desconhecidos.
O bom trabalho realizado motivou até a elaboração de estudos acadêmicos, como a dissertação de mestrado que conferiu à bióloga Manuela Wiesbauer o título de Mestre em Recursos Genéticos Vegetais pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Orientada pelo professor Ademir Reis, um dos maiores especialistas no assunto, a dissertação "Biologia Reprodutiva e diversidade genética de Dyckia distachya no viveiro e relocações da UHE Barra Grande" foi aprovada com conceito "A" e relata as atividades desenvolvidas pela BAESA visando à preservação da bromélia.
O interesse em aprofundar estudos e análises sobre temas intrínsecos à construção de empreendimentos hidrelétricos levou a BAESA a encaminhar, em 2008, sete projetos de Pesquisa e Desenvolvimento para avaliação da ANEEL, sobre aspectos sociais e ambientais, como o remanejamento das famílias, viabilidade do cultivo de araucárias e criação de peixes em tanques-rede no reservatório. A idéia é enfatizar temas de cunho socioambiental, priorizando pessoas e meio ambiente.
O investimento nesses projetos é de aproximadamente R$ 4,8 milhões, e serão executados em períodos que variam de um a cinco anos, com início em Maio de 2009. A maioria das pesquisas será desenvolvida por universidades de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
Outra ação ambiental relevante foi o início do pagamento da indenização aos proprietários de terras do Parque Nacional de São Joaquim. Em 2008, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) efetuou o pagamento de R$ 7,4 milhões do total de R$ 12,5 milhões compromissados pela BAESA para custear a regularização fundiária do Parque.
Em 2008, a BAESA alcançou o número de 442 mil mudas de espécies florestais nativas plantadas no entorno do reservatório. Parte dessas mudas foi utilizada em comemoração ao Dia da Árvore e no projeto "Plante um jardim; decore sua alma", realizado em mutirão pelas famílias residentes nas Comunidades Rurais implantadas pela BAESA. Desse total, aproximadamente 10% são mudas de araucária, a árvore símbolo da Serra Catarinense.
Também em 2008 a BAESA iniciou quatro atividades relacionadas ao meio ambiente: a implementação do Sistema de Gestão Ambiental na Usina Hidrelétrica Barra Grande; melhorias e plantio de mudas no Aterro Sanitário de Pinhal da Serra/RS, elaboração do Projeto de Crédito de Carbono para o Mercado Voluntário e a participação da BAESA no Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica Apauê-Inhandava, na categoria "Usuários da Água – Energia".
Boa parte dos programas ambientais iniciados na implantação da UHE - Barra Grande foi mantida, destacam-se as atividades de recuperação da APP (Área de Preservação Permanente) e os monitoramentos de qualidade da água do reservatório, de fauna, de Estabilidade dos Taludes Marginais, de Ictiofauna, Aqüíferos, de Macrófitas Aquáticas e Sismológico.

Ações Culturais

A BAESA apoiou diversas iniciativas culturais em 2008, como a realização do "5º Esmeralda Canta Zé Mendes", tradicional evento nativista em Esmeralda/RS, e o lançamento dos livros "Garibaldi e Anita: os amantes da liberdade em dois mundos de guerra", "Solos do Rio Grande do Sul" e "Oficinas de Educação Patrimonial na Usina Hidrelétrica Barra Grande".
Os filhos das famílias beneficiadas pela BAESA foram contemplados com um kit escolar, contendo mochila, estojo, caderno, lápis, apontador, caneta e borracha. Ao todo, 400 crianças, entre 6 e 16 anos, receberam os materiais. Para comemorar o Dia da Criança, a BAESA entregou livros visando a estimular o hábito da leitura. Crianças e adolescentes receberam exemplares de obras literárias consagradas, como "Robin Hood", "Volta ao mundo em 80 dias", "Moby Dick" e "O Mágico de Oz".
Outra atividade voltada a estimular o hábito da leitura foi a presença da IGKombi em escolas de Capão Alto/SC e Anita Garibaldi/SC. O veículo, transformado em biblioteca itinerante, pertence ao Instituto Guga Küerten – IGK e conta com 1,6 mil livros de literatura infanto-juvenil. A idéia é justamente visitar escolas e realizar brincadeiras e rodas de leitura. Na Comunidade Rural Barra do Imigrante, implantada pela BAESA no município de Campo Belo do Sul/SC, foi implantada uma telessala de 1º e 2º graus, em parceira com a prefeitura municipal e o SESI de Lages/SC.
Em 2008, a BAESA, em parceria com a UNOESC, elaborou a cartilha "Economia Doméstica", voltada a orientar as famílias rurais sobre como controlar os gastos do dia a dia da casa. Elaborada com uma linguagem simples e acessível, a cartilha destaca aspectos básicos de economia doméstica, como evitar juros nas compras a prazo, usar racionalmente a água, economizar energia e aproveitar melhor os alimentos.
Outra ação relevante é o apoio ao projeto "Integração Comunitária de Inclusão Social", que prevê a capacitação de jovens carentes em informática. A BAESA repassou recursos do FIA para a Associação Comunitária Jardim Santa Mônica de Florianópolis/SC para a implantação do projeto.
O programa de Resgate e Preservação do Patrimônio Arqueológico concluiu seus trabalhos em 2008. A atividade de encerramento foi a distribuição de um kit a professores contendo folheto informativo, cartilha sobre arqueologia, cópia do vídeo "Arqueologia na Usina Hidrelétrica Barra Grande" e exemplar do livro "Oficinas de Educação Patrimonial na Usina Hidrelétrica Barra Grande". A intenção é que cada professor contemplado utilize o material em sala de aula, abordando temas como patrimônio, arqueologia e pré-história. A BAESA encaminhou ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) o relatório final do programa.

Comunicação Institucional

Grande parte das informações dispostas no presente Relatório de Administração foi divulgada nos meios de comunicação da região, com vistas a informar a população sobre o empreendimento. Em 2008 foram publicadas 541 matérias sobre a BAESA e/ou a Usina Hidrelétrica Barra Grande, além de 448 programas de rádio veiculados em três emissoras da região (são 112 programas veiculados quatro vezes por semana), e impressão de 2 mil exemplares de cada edição mensal do "Informativo Barra Grande", o jornal institucional da BAESA. Também em 2008 foram encaminhadas 27 edições do BAESA Online, a newsletter semanal da empresa.

Prêmios/Renovação da Licença de Operação

Em janeiro de 2008, o IBAMA emitiu a Renovação da Licença de Operação da Usina Hidrelétrica Barra Grande, com dois aspectos bem relevantes: o prazo de vigência de seis anos e o número de condicionantes, reduzido de 82 para 24.
Em 2008, a empresa obteve oito conquistas importantes:
- Troféu Fritz Müller, promovido pela Fatma – O órgão ambiental do Estado de SC;
- Prêmio Empresa Cidadã, pela ADVB-SC;
- Prêmio Sesi de Qualidade no Trabalho, pelo Sesi/SC;
- Prêmio Empreendedor José Paschoal Baggio, jornal Correio Lageano;
- Empresa Amiga da Criança, pela Fundação ABRINQ;
- Excelência em Gestão Sustentável, Civitas Responsabilidade Social;
- Prêmio Responsabilidade Social 2008, pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.
- Finalista do Prêmio Fundação Comitê de Gestão Empresarial (COGE) em duas categorias na área socioambiental.

Auditoria Externa

A BAESA informa que os únicos serviços prestados à Empresa pelos seus auditores independentes são os relacionados com os exames da auditoria independente das demonstrações contábeis.

Agradecimentos

Agradecemos os senhores Acionistas, Autoridades e Órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, fornecedores de bens e serviços, e nossos colaboradores pela confiança, dedicação e empenho, fatores determinantes para o alcance do objetivo de construir e operar esse grande empreendimento, repleto de desafios e oportunidades. À comunidade residente na região de abrangência da Usina, nossos agradecimentos pelo modo respeitoso e participativo com que recebeu um empreendimento de tal magnitude e pela manutenção de um diálogo constante e construtivo

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

ATIVO	2008	2007 (Nota 2)
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	33	110
Títulos e valores mobiliários (Nota 3)	90.741	112.021
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 4)	51.214	44.585
Tributos a recuperar e outros créditos	11.664	2.681
Despesas do exercício seguinte	353	649
	154.005	**160.046**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Outros créditos	48	1.037
Imobilizado (Nota 5)	1.341.178	1.374.196
Intangível (Nota 6)	230	279
	1.341.456	**1.375.512**
Total do ativo	**1.495.461**	**1.535.558**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2008	2007 (Nota 2)
Circulante		
Fornecedores (Nota 7)	5.149	3.922
Empréstimos e financiamentos (Nota 8)	85.363	81.149
Debêntures (Nota 9)	16.903	21.772
Gastos com emissão de debêntures	(103)	(103)
Salários, provisão e contribuições sociais	223	62
Tributos a pagar	3.310	12.590
Dividendos a pagar (Nota 12)	276	787
Encargos regulatórios (Nota 1 (b))	11.039	9.471
Obrigações sócio ambientais (Nota 11)	6.257	9.734
	128.417	**139.384**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 8)	688.760	724.565
Debêntures (Nota 9)	122.730	131.237
Gastos com emissão de debêntures	(685)	(787)
Provisão para contingências (Nota 10)	77	1.222
Obrigações sócio ambientais (Nota 11)	2.175	14.738
	813.057	**870.975**
Patrimônio líquido		
Capital social (Nota 12)	398.381	398.381
Reservas de lucros (Nota 12)	155.606	126.818
	553.987	**525.199**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.495.461**	**1.535.558**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2008	2007 (Nota 2)
Fluxos de caixa da atividade operacional		
Entradas:		
Recebimentos de clientes	315.753	341.497
Outras receitas	8.688	8.831
Receita de aplicações financeiras	10.142	10.438
	334.583	360.766
Saídas:		
Pagamentos a fornecedores e empregados	(55.874)	(65.195)
Pagamentos de encargos setoriais	(55.512)	(45.524)
	(113.386)	(110.719)
Caixa proveniente das operações	**223.197**	**250.047**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(31.077)	(36.139)
Impostos incidentes sobre a receita	(34.521)	(39.083)
	(65.598)	(75.222)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**157.599**	**174.825**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(679)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(679)**	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures	(177.490)	(194.485)
Dividendos pagos	(787)	(429)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(178.277)**	**(194.914)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(21.357)**	**(20.089)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**112.131**	**132.220**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**90.774**	**112.131**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações

	2008	2007 (Nota 2)
Receita operacional bruta		
Suprimento e fornecimento de energia elétrica (Notas 4 e 13)	322.382	334.464
Outras receitas	6.801	9.662
	329.183	**344.126**
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos incidentes sobre vendas - PIS, COFINS e ICMS	(40.977)	(41.385)
Receita operacional líquida	**288.206**	**302.741**
Custos do serviço de energia elétrica		
Compensação financeira para utilização de recursos hídricos	(11.962)	(14.369)
Energia elétrica comprada para revenda e encargos de conexão	(29.407)	(21.301)
Depreciação e amortização	(31.034)	(31.347)
Taxa de fiscalização	(1.061)	(1.621)
Pesquisa e desenvolvimento	(2.853)	(3.262)
Uso do Bem Público - UBP	(16.387)	(9.042)
	(92.704)	**(80.942)**
Lucro operacional bruto	**195.502**	**221.799**
Despesas operacionais		
Pessoal	(2.891)	(2.928)
Material	(379)	(272)
Serviços de terceiros	(24.198)	(26.220)
Seguros	(731)	(2.263)
Outras despesas	(1.828)	(3.762)
	(30.027)	**(35.445)**
Resultado do serviço	**165.475**	**186.354**
Resultado financeiro (Nota 14)		
Receitas financeiras	11.177	16.325
Despesas financeiras	(90.509)	(106.005)
Variações cambiais, líquidas	(42.574)	29.366
	(121.906)	**(60.314)**
Lucro operacional	**43.569**	**126.040**
Receitas não operacionais	**15**	**119**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**43.584**	**126.159**
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes (Nota 15)	(14.519)	(43.245)
Lucro líquido do exercício	**29.065**	**82.914**
Ações em circulação no final do exercício (em milhares) 398.381	**398.381**	
Lucro líquido por lote de mil ações - R$	72,96	208,13

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2006	**398.381**	**2.256**	**42.435**		**443.072**
Lucro líquido do exercício				82.914	82.914
Constituição de reserva legal (Nota 12)		4.146		(4.146)	
Constituição de reserva para retenção de lucros (Nota 12)			77.981	(77.981)	
Dividendos propostos (R$ 1,98 por lote de mil ações ordinárias) (Nota 12)				(787)	(787)
Em 31 de dezembro de 2007	**398.381**	**6.402**	**120.416**		**525.199**
Lucro líquido do exercício				29.065	29.065
Constituição de reserva legal (Nota 12)		1.453		(1.453)	
Constituição de reserva para retenção de lucros (Nota 12)			27.335	(27.335)	
Dividendos propostos (R$ 0,69 por lote de mil ações ordinárias) (Nota 12)				(277)	(277)
Em 31 de dezembro de 2008	**398.381**	**7.855**	**147.751**		**553.987**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2008	2007 (Nota 2)
Receitas		
Suprimento e fornecimento de energia elétrica	329.183	344.126
Outras receitas	15	101
	329.198	344.227
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos do serviço de energia elétrica	(61.669)	(49.594)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(26.816)	(31.944)
	(88.485)	**(81.538)**
Valor adicionado bruto	**240.713**	**262.689**
Depreciação e amortização	(31.034)	(31.347)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**209.679**	**231.342**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras e variações cambiais ativas	33.443	56.658
Valor adicionado total a distribuir	**243.122**	**288.000**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Salários e encargos	2.048	1.522
Benefícios	750	1.280
FGTS	93	126
	2.891	**2.928**
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	**41.305**	**67.119**
Estaduais	14.191	17.511
	55.496	**84.630**
Remuneração de capital de terceiros		
Juros e variações cambiais passivas	155.350	116.972
Aluguéis	320	575
Dividendos	277	787
Lucros retidos	28.788	82.108
	184.735	**200.442**
Valor adicionado distribuído	**243.122**	**288.000**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

(a) A Companhia
A BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA" ou "Companhia") tem como objeto social explorar, na qualidade de concessionária, o Aproveitamento Hidrelétrico de Barra Grande ("AHE Barra Grande"), localizado no Rio Pelotas, divisa dos municípios de Pinhal da Serra, no Estado do Rio Grande do Sul, e Anita Garibaldi, no Estado de Santa Catarina, submetendo-se, para tanto, às regras do Contrato de Concessão nº. 036/2001 - ANEEL e seus aditivos ("Contrato de Concessão") e às normas regulamentares aplicáveis.
A BAESA tem sede em Pinhal da Serra - RS, tendo sido constituída em 17 de setembro de 2001, sub-rogando-se nos direitos e nas obrigações do Grupo de Empresas Associadas de Barra Grande ("Consórcio GEAB"), decorrentes do Contrato de Concessão.
Em 19 de dezembro de 2002, o acervo líquido contábil do Consórcio GEAB foi incorporado ao patrimônio líquido da Companhia, com o propósito de abrigar o financiamento para a construção da Usina Hidrelétrica de Barra Grande ("UHE Barra Grande"), sob a forma de "Project Finance", com garantias corporativas proporcionais por parte dos acionistas durante a fase de construção e com garantias dos contratos de compra e venda de energia durante a fase de operação.
(b) Contrato de concessão
O Contrato de Concessão, assinado em 14 de maio de 2001, determina que a energia elétrica produzida no empreendimento seja utilizada ou comercializada pela Companhia, com vigor por prazo de 35 anos contados a partir dessa data. O Contrato de Concessão determina que seja pago, a título de uso do bem público (concessão onerosa), do 7º ao 35º ano de concessão, o valor anual original na data do contrato de R$ 8.001 (valor total original de R$ 232.029), atualizado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M (R$ 18.130 em 31 de dezembro de 2008). Conforme determinado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, os valores que vem sendo pagos mensalmente, a partir de julho de 2007, são contabilizados por competência como deduções da receita, diretamente no resultado de cada exercício (Encargo do Consumidor - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE). Em 31 de dezembro de 2008, o saldo atualizado da obrigação futura é de R$ 495.549. Em 31 de dezembro de 2008, o valor da obrigação registrada na rubrica Encargos Regulatórios era de R$ 1.418.
(c) UHE Barra Grande
O UHE Barra Grande tem potência instalada de 690 MW, em um conjunto de três máquinas, das quais a primeira entrou em operação comercial em 1º de novembro de 2005, a segunda em 2 de fevereiro de 2006 e a terceira em 1º de maio de 2006. O empreendimento possui as licenças e autorizações necessárias, seguindo as exigências requeridas pelos órgãos reguladores.
(d) Acordo de acionistas
Conforme o Acordo de Acionistas determinou-se que, após ter sido integralmente implantado o empreendimento e terem sido integralmente liquidadas todas as obrigações e financiamentos contraídos para a construção da UHE Barra Grande, poderão os acionistas deliberar por uma das seguintes opções:
- Manutenção da Companhia para realizar a operação e manutenção da UHE Barra Grande por prazo determinado ou indeterminado.
- Aquisição de todas as ações pela Companhia para seu cancelamento, com exceção das ações de propriedade do acionista Alcoa Alumínio S.A.
- Resgate das ações pela Companhia, com exceção daquelas de propriedade do acionista Alcoa Alumínio S.A., com a conseqüente e proporcional redução do capital social.
- Redução, pura e simples, do capital social da Companhia, proporcional à sua parte não titulada pela Alcoa Alumínio S.A., com restituição aos demais acionistas do valor das ações por eles respectivamente tituladas.

Adicionalmente, o Acordo de Acionistas estabelece que, na eventualidade de falência ou insolvência de qualquer acionista, os demais acionistas comprometem-se a aportar os valores necessários à compra dos créditos na Companhia e continuar a administrar a Companhia segundo os termos do referido Acordo.
(e) Estrutura de financiamento
De acordo com o Contrato de Concessão, os acionistas da BAESA assumiram certas responsabilidades específicas. A Companhia financiou a implantação do empreendimento. O financiamento foi baseado em uma estrutura de garantias corporativas proporcionais durante a fase de construção, podendo tais garantias corporativas serem substituídas por recebíveis dos contratos de compra e venda de energia durante a fase de operação, cujas características incluem os seguintes itens:
- Recursos dos acionistas da Companhia.
- Financiamento no mercado local por meio de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.
- Emissão pública de debêntures.

(f) Direitos de compra de energia
As vendas de energia são integralmente compartilhadas entre os acionistas da Companhia, de acordo com sua participação no capital social, ou a terceiros por eles indicados. O Acionista que determinar a

BAESA - ENERGÉTICA BARRA GRANDE S.A.

COMPANHIA ABERTA | CNPJ nº 04.781.143/0001-39

www.baesa.com.br

➔ CONTINUAÇÃO

(f) Intangíveis

Os gastos diretamente associados a softwares e licenças, identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que gerarão benefícios econômicos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados pelo prazo que corresponde ao período esperado de geração de benefícios, os quais estão em consonância com as regras específicas determinadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em cinco anos.

(g) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

(h) Empréstimos e financiamentos e debêntures

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

As debêntures não conversíveis têm seu reconhecimento de forma similar à dos empréstimos.

(i) Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

(j) Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor presente pela venda de energia elétrica. A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios relacionados com a energia elétrica são transferidos para o comprador.

(k) Reconhecimento de despesas

As despesas estão registradas com observância ao regime de competência do exercício.

(l) Lucro por ação

O lucro por ação é determinado considerando-se a quantidade de ações que compõem o capital social da Companhia nas datas dos balanços.

3 Títulos e valores mobiliários (aplicações financeiras)

As aplicações financeiras estão lastreadas por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, e são remuneradas a taxas que variam de 99% a 104,6% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo sido classificadas como "Destinadas à Negociação", mensuradas pelo valor justo através do resultado.

Instituição financeira	2008	2007
Banco do Brasil S.A.	45.031	
Banco HSBC S.A.	6.821	
Banco Pactual S.A.		43.440
Banco Real ABN Amro	17.262	
Banco Safra S.A.		32.467
Banco Votorantim S.A.		32.472
Bradesco S.A.	21.627	3.642
	90.741	**112.021**

4 Transações e saldos com partes relacionadas

A Companhia efetua o suprimento e fornecimento de energia elétrica para empresas relacionadas. Essas transações estão sumariadas no quadro a seguir:

	Suprimento e fornecimento de energia (i)		Contas a receber	
	2008	2007	2008	2007
Alcoa Alumínio S.A.	122.483	125.059	20.383	19.588
Camargo Corrêa Cimentos S.A.	33.929	31.074	4.870	3.852
Cia. Brasileira de Alumínio	51.335	49.165	9.185	99
CPFL Geração de Energia S.A.	87.053	103.683	12.566	17.743
DME Energética Ltda.	27.582	25.483	4.210	3.303
	322.382	**334.464**	**51.214**	**44.585**

(i) Vide Notas 13 e 19.

Não são esperadas perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo de contas a receber será realizado em um prazo que varia entre 45 dias e 75 dias. O saldo de contas a receber contempla somente os valores a receber pela venda de energia elétrica, não considerando quaisquer acréscimos financeiros ou juros.

A Companhia mantém um contrato de prestação de serviços na Usina com o COBG - Consórcio Operador Barra Grande, que tem a participação da CPFL Geração de Energia S. A. Tal contrato tem como objeto a prestação de serviços de administração, planejamento, engenharia de operação e manutenção (preventiva, preditiva e corretiva), execução e controle da operação e manutenção, necessários ao funcionamento regular, seguro e eficiente de todos os equipamentos, sistemas e estruturas permanentes da CENTRAL GERADORA, bem como as atividades de gestão ambiental e patrimonial do RESERVATÓRIO.

A Companhia pagará um valor mensal previamente acordado pelos serviços prestados pelo consórcio, sendo reajustado anualmente. Em 31 de dezembro de 2008 a Companhia mantém uma provisão a pagar para a CPFL Geração de Energia S. A. no montante de R$ 480 (R$ 435 em 31 de dezembro de 2007), referente à sua participação no consórcio. Durante o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a Companhia registrou custos com as mencionadas prestações de serviços no montante de R$ 9.669 (R$ 9.955 em 31 de dezembro de 2007).

5 Imobilizado

(a) Composição

	Taxas anuais de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	2008 Líquido	2007 Líquido
Terrenos	34.668	34.668	34.536		
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	949.771	(62.234)	887.537	907.247
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,2%	63.479	(4.192)	59.287	60.645
Máquinas e equipamentos	3%	391.843	(34.742)	357.101	369.277
Veículos	20%	460	(207)	253	345
Móveis e utensílios	10%	460	(51)	409	81
Imobilizado em serviço		1.440.681	(101.426)	1.339.255	1.372.131
Imobilizado em curso		1.923		1.923	2.065
		1.442.604	**(101.426)**	**1.341.178**	**1.374.196**

(b) Movimentação do ativo imobilizado

	2008 Valor líquido	Adições	Depreciação	Baixas	2007 Valor líquido
Terrenos	34.668	132			34.536
Reservatórios, barragens e adutoras	887.537		(19.710)		907.247
Edificações, obras civis e benfeitorias	59.287		(1.358)		60.645
Máquinas e equipamentos	357.101	53	(12.229)		369.277
Veículos	253		(92)		345
Móveis e utensílios	409	361	(33)		81
Imobilizado em serviço	1.339.255	546	(33.422)		1.372.131
Imobilizado em curso	1.923	568		(710)	2.065
Total	**1.341.178**	**1.114**	**(33.422)**	**(710)**	**1.374.196**

De acordo com o Contrato de Concessão, no prazo final da concessão todos os bens e instalações vinculados a UHE Barra Grande passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados em auditoria a ser efetuada pela ANEEL.

Conforme artigos nº 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações são vinculados aos serviços de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

6 Intangível

	Taxa de amortização - %	Custo	Depreciação acumulada	2008 Líquido	2007 Líquido
Intangíveis	20%	486	(256)	230	279

Do valor registrado na rubrica Intangível, R$ 303 referem-se a softwares.

7 Fornecedores

	2008	2007
Encargos de uso da rede elétrica	2.939	2.645
Desenvolvimento do Projeto Executivo		192
Obrigações com o Consórcio Operador	809	780
Gastos com meio ambiente	1.324	
Outros	77	305
	5.149	**3.922**

8 Empréstimos e financiamentos

Subcrédito	Encargos anuais	Vencimento	2008	2007
BNDES (A, B, C e D)	TJLP + 3,125%	Agosto de 2018	319.334	351.347
BNDES (E)	UMBNDES +3,125%	Outubro de 2018	168.023	138.869
BNDES suplementar (A e B)	TJLP + 4,125%	Agosto de 2018	286.766	315.498
			774.123	805.714
Parcela de curto prazo			(85.363)	(81.149)
Parcela de longo prazo			688.760	724.565

Sobre o principal da dívida decorrente dos subcréditos A, B, C e D incidem juros de 3,125% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, considerando que, quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder essa taxa será capitalizado com o saldo devedor, sendo liquidado na forma do principal, incidindo sobre essa parcela os mesmos encargos do financiamento do principal.

Sobre o principal da dívida decorrente do subcrédito E incidem juros à taxa de 3,125% ao ano acima da taxa variável reajustada trimestralmente com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira. Os juros vêm sendo calculados dia a dia de forma proporcional, tendo sido capitalizados no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de 2006, e exigíveis mensalmente, a partir de 15 de novembro de 2006, inclusive, com as parcelas de amortização do principal e no vencimento ou na liquidação do contrato. Ainda com relação ao subcrédito E, a Companhia obriga-se a pagar ao BNDES, a título de reembolso de despesa com imposto de renda, percentual que corresponde à taxa média ponderada de imposto de renda devido sobre os encargos remetidos pelo BNDES aos credores de recursos externos. O saldo devedor proveniente desse subcrédito será atualizado diariamente pela média ponderada das correções cambiais incidentes sobre os recursos captados pelo BNDES, em moeda estrangeira, sem vinculação a repasse.

Sobre o principal da dívida dos subcréditos suplementares A e B incidem juros de 4,125% ao ano, acima da TJLP, considerando que, quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder essa taxa será capitalizado com o saldo devedor, sendo liquidado na forma do principal, incidindo sobre essa parcela os mesmos encargos do financiamento do principal.

A amortização será feita em 144 parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida de cada subcrédito, dividido pelo número de prestações de amortização vincendas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de setembro de 2006 e a última em 15 de agosto de 2018, para todos os subcréditos, exceto para o subcrédito E, cuja primeira prestação venceu em 15 de novembro de 2006 e a última vencerá em 15 de outubro de 2018.

As parcelas de longo prazo têm os seguintes vencimentos:

	2008
2010	70.988
2011	70.988
2012	70.988
2013	70.988
2014	70.988
Após 2014	333.820
	688.760

Para garantir quaisquer obrigações decorrentes desse contrato foram penhorados, a favor do BNDES, as ações da Companhia e os direitos emergentes da concessão, compreendendo os direitos decorrentes da venda de energia a ser produzida pela Companhia.

Em atenção à Instrução Normativa CVM nº. 469, de 2 de maio de 2008, com relação ao Artigo 8º, que trata de ajustar a valor presente os elementos integrantes do ativo e passivo, não há efeito sobre os empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia, pois estes foram celebrados em condições usuais de mercado, sem taxas diferenciadas.

9 Debêntures

	Encargos anuais	Vencimento	2008	2007
1ª. Série	100% da taxa DI + 0,3% a.a.	Agosto de 2016	100.195	112.643
2ª. Série	100% da taxa DI + 0,4% a.a.	Agosto de 2016	39.438	40.366
			139.633	153.009
Parcela de curto prazo			(16.903)	(21.772)
Parcela de longo prazo			122.730	131.237

A Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, do tipo nominativo-escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, da espécie subordinada, com garantia de fiança não solidária prestada por alguns dos atuais acionistas da Companhia.

As debêntures foram emitidas em 1º de agosto de 2004 em duas séries de 9.000 debêntures cada uma, com valor nominal unitário de R$ 10.000,00 para ambas as séries. O valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2008 era de R$ 11.132,75 e R$ 12.7187,30 para a 1ª série e a 2ª série, respectivamente.

Na escritura pública de debêntures estão previstas certas condições restritivas, as quais requerem que a Companhia mantenha determinados índices financeiros que vêm sendo adequadamente atendidos.

Em 28 de junho de 2007 o Conselho de Administração aprovou a alteração das seguintes condições das debêntures da 1ª série, que passaram a vigorar a partir de 1º de agosto de 2007: a) Remuneração de 100% da taxa DI mais 0,3% a.a; e b) Prazo de vigência da remuneração de três anos, a partir de 1 de agosto de 2007. As demais condições das debêntures da 1ª série, incluindo a estrutura de garantia, permanecem inalteradas.

Em 8 de novembro de 2007, foi realizada Assembléia Geral de Debenturistas da 2ª série, onde foi deliberado: a) alterar a remuneração, de IGPM mais 10,3% a.a. para CDI mais 0,4 a.a.; b) alterar a repactuação, de 1º de agosto de 2011, para 1º de agosto de 2010; e c) alterar a amortização, de anual, para 1 de agosto de 2010, equivalente a 30% do valor nominal unitário em 1º de agosto de 2006. As demais características das debêntures da 2ª série, incluindo a estrutura de garantias, permanecem inalteradas. Aos titulares que aceitaram os termos e condições propostas, a Companhia pagou um prêmio de 1,1% calculado sobre o valor nominal unitário. Aos titulares que não aceitaram os novos termos e condições e desejaram sair do investimento foi concedido prêmio de 1,0% incidente sobre o volume das debêntures objeto do exercício do direito de venda. Durante a referida Assembléia a Companhia resgatou 900 debêntures mediante sorteio, sendo que o referido montante foi posteriormente cancelado.

10 Provisão para contingências

(a) Nas datas das demonstrações financeiras a Companhia apresentava os seguintes passivos relacionados a contingências:

	2008	2007
Linha de distribuição (i)	40	100
Trabalhistas	37	37
Outras provisões - Multa ANEEL (ii)		1.085
	77	**1.222**

(i) Refere-se a ações de proprietários cujas terras serviram de passagem para linha de distribuição para alimentação elétrica do canteiro de obras, honorários e custos advocatícios. Com base na opinião de seus consultores legais, a Administração entende que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas.

(ii) Refere-se à multa lavrada em descumprimento à determinação de comunicar em tempo hábil à ANEEL ocorrências nas instalações de geração de energia elétrica da Companhia ou em instalações associadas a estas. A Companhia interpôs recurso administrativo e em reunião realizada em 29 de janeiro de 2008 a ANEEL lavrou multa de R$ 23, que foi quitada em 12 de fevereiro de 2008, dando o processo por encerrado.

(b) A movimentação da provisão no exercício de 2008 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2007	**1.222**
Baixas por pagamento	(1.085)
Reversões	(60)
Saldo em 31 de dezembro de 2008	**77**

(c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:

	2008	2007
Cíveis (i)	495	477
Trabalhistas (ii)	342	440
	837	917

(i) Referem-se principalmente a ações indenizatórias por conta de áreas supostamente atingidas pelo reservatório e ações por danos ambientais diversos, as quais a Administração da Companhia e seus consultores legais entendem que a probabilidade de perda é mínima.

(ii) Referem-se a ações ajuizadas a fim de obter o pagamento de verbas trabalhistas decorrentes de rescisão de contrato de trabalho com a empregadora. A Companhia é colocada no pólo passivo a fim de que seja responsabilizada solidária ou subsidiariamente.

11 Obrigações sócio-ambientais

Tendo em vista a entrada total em operação, a Companhia tem constituído, em 31 de dezembro de 2008, contas a pagar de obrigações sócio-ambientais em contrapartida ao ativo imobilizado em serviço no montante de R$ 8.432 (R$ 24.472 em 31 de dezembro de 2007). Estas contas a pagar visam cobrir basicamente medidas compensatórias descritas na Licença de Operação expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

12 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o capital social é de R$ 398.381, totalmente subscrito e integralizado, e sua composição é como segue:

Acionistas	Quantidade de ações ordinárias	Percentual
Alcoa Alumínio S.A.	168.017.984	42,1752
Camargo Corrêa Cimentos S.A.	35.854.290	9,0000
Companhia Brasileira de Alumínio	59.757.150	15,0000
CPFL Geração de Energia S.A.	99.618.754	25,0059
DME Energética Ltda.	35.132.822	8,8189
	398.381.000	**100,0000**

(b) Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia constituiu reservas de lucros no montante de R$ 28.788, de acordo com a legislação societária, sendo R$ 1.453 destinados à rubrica "Reserva Legal" e R$ 27.335 à rubrica "Reserva para Retenção de Lucros", esta destinada à retenção de lucros para cobrir obrigações futuras decorrentes das operações de empréstimos e financiamentos e debêntures, a serem aprovadas em Assembléia Geral Ordinária em data ainda a ser definida.

(c) Dividendos propostos

Aos acionistas é assegurado o direito do recebimento de dividendo anual obrigatório no montante de 1% do lucro líquido do exercício, conforme estabelecido em Estatuto Social. Em 31 de dezembro de 2008 foram destinados R$ 276 para essa finalidade.

	2008	2007
Lucro líquido do exercício	29.065	82.914
Reserva legal - 5%	1.453	4.146
Base de cálculo de dividendos	27.612	78.768
Dividendos propostos - 1%	277	787
Retenção de lucros	**27.335**	**77.981**

(d) Remuneração global da administração

A Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2008 fixou remuneração global da administração no montante de R$ 950.

13 Suprimento e fornecimento de energia elétrica

	2008		2007	
	MWh (i)	R$ (ii)	MWh (i)	R$ (ii)
Alcoa Alumínio S.A.	1.376.157	122.483	1.366.432	125.059
Camargo Corrêa Cimentos S.A.	293.666	33.929	291.591	31.074
Companhia Brasileira de Alumínio	489.443	51.335	485.985	49.165
DME Energética Ltda.	287.757	27.582	285.178	25.483
CPFL Geração de Energia S.A.	822.564	87.053	809.960	103.683
	3.269.587	**322.382**	**3.239.146**	**334.464**

(i) Informação não auditada pelos auditores independentes.
(ii) Vide Nota 4.

14 Resultado financeiro

	2008	2007
Despesas financeiras		
Empréstimos e financiamentos	(72.490)	(82.303)
Debêntures	(17.435)	(20.235)
Outros	(584)	(3.467)
	(90.509)	**(106.005)**
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	11.175	16.219
Outras receitas	2	106
	11.177	**16.325**
Variação cambial (*)		
Ativa	22.267	40.333
Passiva	(64.841)	(10.967)
Variação cambial líquida	(42.574)	29.366
Resultado financeiro líquido	(121.906)	(60.314)

(*) A variação cambial demonstrada refere-se aos empréstimos obtidos do BNDES, conforme Nota 8.

15 Imposto de renda e contribuição social

A seguir reconciliação dos tributos e contribuições sociais no resultado:

	2008			2007		
	PJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Composição dos tributos no resultado						
Correntes	(10.604)	(3.915)	(14.519)	(31.741)	(11.504)	(43.245)
Reconciliação da despesa com impostos						
Resultado antes dos tributos	43.584	43.584		126.159	126.159	
Adições (exclusões)	(83)	(83)		1.119	1.119	
Base de cálculo	43.501	43.501		127.278	127.278	
Alíquota - %	25%	9%		25%	9%	
Total da despesa com impostos	(10.851)	(3.915)	(14.766)	(31.795)	(11.455)	(43.250)
Ajuste 4º trimestre do exercício anterior	(2)		(2)	(136)	(49)	(185)
Doações	249		249	190		190
	(10.604)	**(3.915)**	**(14.519)**	**(31.741)**	**(11.504)**	**(43.245)**

16 Instrumentos financeiros

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos e debêntures. Essas operações destinam-se a atender às suas necessidades relativas à maximização da rentabilidade dos recursos líquidos de caixa e à captação de recursos necessários para manutenção do capital de giro e suprimento do seu plano de investimentos.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(c) Empréstimos e financiamentos e debêntures

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em Reais se aproxima do valor de mercado.

(d) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

(e) Riscos com taxa de câmbio

Conforme descrito na Nota 8, a Companhia contratou dívidas decorrentes do Subcrédito E, cujo saldo devedor é atualizado mensalmente pela média ponderada das correções cambiais incidentes sobre os recursos captados pelo BNDES, em moeda estrangeira incluindo o Dólar Norte-Americano. Sobre estas operações não foram contratadas operações de "hedge" (proteção).

(f) Risco de crédito

Conforme descrito na Nota 4, a Companhia não espera perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas.

(g) Risco de preço de energia

A Companhia não sofre efeitos de oscilação de preço de energia em função de variáveis de mercado. O preço de venda deve ser suficiente para o pagamento dos custos operacionais, serviço da dívida, impostos e juros, chamado Preço de Referência, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

(h) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, swaps, opções, futuros, swaptions, swaps com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independente da forma como sejam contratados.

17 Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas contratadas, no montante de R$ 572.139, para as obras civis, montagem eletromecânica, equipamentos e sistema de transmissão integrado, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. O prêmio pago no exercício de 2008 foi de R$ 424.

18 Reestruturação societária

A Companhia publicou em 29 de setembro de 2006 fato relevante informando a intenção dos acionistas de realizar reestruturação societária através da cisão parcial dos ativos e passivos da Companhia.

Com a edição da Lei n º 11.488, de 15 de junho de 2007, que estendeu a acionistas da Companhia a redução de encargos nos custos de transmissão antes aplicáveis somente aos autoprodutores de energia, em 2 de junho de 2008 a Companhia publicou fato relevante, informando ao mercado que seus acionistas resolveram não mais realizar a antes pretendida reestruturação societária através da cisão parcial de seus ativos e passivos.

19 Contribuição das empresas acionistas para formação do resultado

O Acordo de Acionistas da Companhia dispõe que toda a produção da UHE Barra Grande é destinada aos sócios, que assim têm o direito e a obrigação de adquirir tal produção, proporcionalmente às suas participações no Capital Social da Companhia. O preço de venda deve ser suficiente para o pagamento dos custos operacionais, serviço da dívida, impostos e taxas, chamado Preço de Referência, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. No período compreendido entre 1º de novembro de 2005 a 30 de abril de 2008 foram praticados preços diferenciados no faturamento da energia vendida aos acionistas, diferentes prazos de pagamentos, incidência de impostos e outros fatores, ocasionando diferentes contribuições das empresas acionistas para formação do resultado da Companhia. Até 31 de dezembro de 2008, o acionista CPFL Geração de Energia S.A. contribuiu com R$42.444 acima do previsto, líquido de impostos e efeitos financeiros. Os acionistas Alcoa Alumínio S.A., Companhia Brasileira de Alumínio, Camargo Corrêa Cimentos S.A. e DME Energética Ltda. contribuíram com valores inferiores ao previstos, respectivamente R$19.343, R$18.833, R$2.362 e R$1.906, por conta da prática de preços inferiores ao de referência, impostos e taxas, prazos de pagamento e outros fatores.

Tais valores foram corrigidos pela variação do CDI até 31 de dezembro de 2008 e serão amortizados durante 36 meses a contar de janeiro de 2009, mediante aumento de preço para as empresas acionistas Alcoa Alumínio S.A., Companhia Brasileira de Alumínio, Camargo Corrêa Cimentos S.A. e DME Energética Ltda. e redução de preço para a acionista CPFL Geração de Energia S.A., incidindo a correção pela variação do CDI sobre o saldo devedor até a liquidação total.

O Conselho de Administração, em 17 de junho de 2008, aprovou os valores acima citados e a forma de compensação, que será realizada entre acionistas, e seus efeitos econômico-financeiros não afetarão o resultado e o caixa da Companhia.

Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas

BAESA - Energética Barra Grande S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da BAESA - Energética Barra Grande S.A. em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BAESA - Energética Barra Grande S.A. em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme mencionado na Nota 2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as demonstrações financeiras referentes ao exercício anterior, apresentadas para fins de comparação, consideraram os ajustes necessários, quando aplicáveis, segundo as disposições da NPC12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.

Porto Alegre, 22 de janeiro de 2009.

PRICEWATERHOUSECOOPERS

Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RS

Carlos Biedermann
Contador CRC 1RS029321/O-4

Conselho de Administração

RICARDO DE BARROS MORAES SAYÃO – *Presidente*
MIGUEL NORMANDO ABDALLA SAAD – *Vice-Presidente*
OTÁVIO CARNEIRO DE REZENDE
AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS
OTÁVIO FREITAS FERREIRA

Diretoria

CARLOS ALBERTO BEZERRA DE MIRANDA
Diretor-Superintendente e de Relações com Investidores
EDSON SCHIAVOTELO
Diretor de Sustentabilidade e de Relações Institucionais
MAURO SERGIO GASPAR
Contador - CRC SP 120914 S/RS

BRASIL

*Governo americano terá passivo de **600 mil pensionistas** se GM não superar crise*

MONTADORAS

Fritz tenta acelerar reestruturação para evitar a concordata da GM

Executivo diz que empresa tem de estar preparada se pedido de quebra for inevitável

BLOOMBERG NEWS
WASHINGTON

O presidente da General Motors, Fritz Henderson, defendeu ontem que a montadora e seus acionistas precisam agir com mais vigor para cumprir o prazo imposto para a sua reestruturação — dentro ou fora da falência.

"A companhia ainda precisa reunir nossos funcionários, fornecedores, revendedores, executivos, acionistas, funcionários aposentados, todos", defendeu Henderson em um programa do canal de televisão CNN.

"Nós precisamos avançar e eu acredito que, neste ponto, seria inapropriado da minha parte tentar adivinhar que caminho seria este", afirmou Henderson, 50. "Se chegarmos a conclusão que é necessário ir mais fundo e mais rápido, então nenhuma opção pode deixar de ser considerada."

Henderson ainda mostrou-se a favor de uma restruturação sem que a companhia decrete falência. Em uma entrevista na NBC, o executivo afirmou que o pedido de falência pode ser evitado.

"De qualquer modo seria prudente" estarmos preparados para todas as possibilidades, de modo que "possamos agir rapidamente", acrescentou.

A GM, maior montadora dos Estados Unidos, busca desenhar uma nova estratégia para tornar-se financeiramente viável, reduzindo suas dívidas e incrementando seu fluxo de caixa. Este resultado provavelmente será alcançado com o fechamento de mais postos de trabalho e de fábricas.

O governo federal dos EUA determinou que a montadora deve apresentar um plano de reestruturação até o dia 1° de junho para justificar a ajuda que tem recebido dos contribuintes, ajuda sem a qual a GM já teria entrado em colapso.

A senadora Debbie Stabenow, democrata por Michigan, afirmou que não defende o pedido de falência "como primeira, segunda ou terceira opções". As pensões pagas para os cerca de 600 mil aposentados poderiam se transformar em passivos para o governo federal "no pior dos cenários", destacou Debbie na CNN.

No domingo passado, Rick Wagoner deixou a presidência da GM após pressão do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, que defendeu um aprofundamento na reestruturação da GM para justificar a transferência de dinheiro público para uma empresa privada.

No Brasil, o presidente da GM, Jaime Ardila, afirmou que a crise na matriz não afeta os negócios da companhia. Ardila afirmou que a empresa mantém todos os seus investimentos, inclusive a construção da fábrica de motores em Santa Catarina, que já está em fase de tarraplenagem.

Para Ardila, os 40 dias dado pelo presidente Obama à GM, como forma de ultimato, são suficientes para que montadora faça sua reestruturação e evite uma falência judicial — o que agravaria ainda mais a situação da empresa, mas lhe daria fôlego para renegociar suas dívidas com credores.

Uma das críticas do governo dos EUA é que a GM concentrou sua produção em carros grandes, ficando dependente de só de um segmento do mercado.

INDÚSTRIA AEROESPACIAL

Israel Aerospace e Synergy se associam

REUTERS
TEL AVIV

A empresa estatal Israel Aerospace Industries (IAI) informou ontem que vai estabelecer uma joint venture no Brasil com o conglomerado Synergy Group, que, entre outras empresas na América Latina, controla a companhia aérea OceanAir .

O objetivo é apresentar a joint venture durante um evento aeroespacial e de defesa da América Latina, previsto para acontecer no Rio de Janeiro entre os dias 14 e 17 de abril.

O empreendimento conjunto irá desenvolver, integrar e auxiliar uma diversidade de produtos de defesa e aeroespaciais, além de fornecer serviços comerciais de aviação.

A nova empresa também vai coordenar o trabalho local para a IAI e outros programas de defesa, marítimos e aeroespaciais.

"A IAI acredita que os mercados civil e militar brasileiro são um objetivo estratégico", disse em comunicado Yair Shamir, chairman da IAI.

Vigilância inteligente

A joint venture oferecerá veículos aéreos não-tripulados, transportadores, modernização de aeronaves para missões e combate, além sistemas e radares de vigilância inteligente e de reconhecimento avançado.

A Synergy Group possui interesses em aviação, produção de petróleo e gás, geração de energia e construção. Ela emprega mais de 15 mil pessoas, principalmente no Brasil, Colômbia e Equador e controla a Avianca.

Além da OceanAir, o Synergy Group, de propriedade do empresário German Eframovich, controla a Avianca Linhas Aéreas, aérea colombiana . Uma das empresas que mais crescem na região, a Avianca tem planos de expansão também em vôos para o Brasil.

OUTRAS PÁGINAS

Cota racial resolve ou cria problema?

Época desta semana faz capa sobre cotas, as reservas na universidade para negros, índios ou pobres. Reporta sobre os problemas que cria, como o revelado pelo carioca Thiago Lugão, hoje engenheiro, que foi rebaixado na classificação de ingresso na universidade para dar lugar a um estudante das cotas. "A cota social é mais justa que a cota racial", afirma Lugão, que ganhou um processo na Justiça contra as cotas – sistema banido, por exemplo, nos Estados Unidos. O pesquisador Simon Schwartzman afirma que a cota racial é uma divisão artificial de uma sociedade miscigenada, baseada num problema (a escravidão), que ficou lá atrás. Para Célio Cunha, consultor da Unesco, o governo deve calibrar suas políticas até acertar as contas de seu passado.

Paulo Maluf e o furto de US$ 93 milhões

Veja tem manchete sobre "Transplantes", procedimento que mais influenciou e beneficiou especialidades médicas. Outro assunto é o efeito colateral da crise econômica na popularidade do presidente Lula: queda de 10 pontos percentuais na avaliação positiva de seu governo, de 71% em dezembro, a 62% em março. Outros exemplos de governos mostram que economia e popularidade apontam para a mesma direção. Veja reporta também sobre o ex-governador, deputado Paulo Maluf (PP-SP), considerado, aos olhos de promotores públicos, um clássico da corrupção. O promotor Sílvio Marques afirma que US$ 93 milhões foram furtados por ele. O dinheiro da Prefeitura de São Paulo passou por paraísos fiscais e acabou na Eucatex, empresa da família Maluf.

A parceria Sarney e Renan no Senado

Carta Capital dedica sua capa ao senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que personifica o velho lema "é dando que se recebe". Nem mesmo as denuncias que pipocaram nas últimas semanas, cuja responsabilidade foi atribuída unicamente ao parceiro e presidente do Senado, José Sarney, foram capazes de atingir Renan, embora os desmandos e distorções sejam na verdade resultado das gestões de ambos a partir de 1995. Os dois colocaram Agaciel Maia na direção-geral do Senado – Maia pediu demissão após a revelação de que deixou de registrar em seu nome uma mansão avaliada em R$ 5 milhões. Outro tema é o filme Intrigas de Estado, de Kevin Macdonald, sobre a importância do jornalismo impresso na vida contemporânea e o declínio dos jornais nos EUA.

Homem-caixa do "mensalão" quer ser deputado

IstoÉ trata de sexo precoce. Vídeo erótico com crianças veiculado na Internet provoca escândalo e alerta para os riscos da sexualidade precoce. O tema de política é o homem-caixa do escândalo do "mensalão", Delúbio Soares, que quer voltar ao PT como candidato a deputado. Dono de uma empresa de propaganda, ele teve influência, em dezembro, na liberação de um empréstimo de R$ 1,2 bilhão para o governo de Goiás. "Ninguém explica como o Delúbio consegue manter o padrão de vida", afirma o promotor Fernando Krebs. A revista tem reportagem com o marqueteiro do PT João Santana, que pretende fazer de Dilma Roussef uma candidata de "pavio longo". O apoio de Lula, segundo ele, garantirá pelo menos 30% dos votos de Dilma na arrancada da campanha.

José Aparecido Miguel
jmiguel@gazetamercantil.com.br

PERGUNTA GAZETA MERCANTIL

As recentes medidas do governo federal vão contribuir para o aquecimento da cadeia produtiva da construção civil?

Henry Borenstein, administrador de empresas, vice-presidente da Helbor Empreendimentos – "A cadeia produtiva da construção civil é extensa e complexa, mas responde rapidamente aos estímulos que recebe do mercado e da economia. É isso que se verá agora, após as recentes medidas do governo, com seu plano habitacional e com a redução e a isenção de alíquotas do IPI sobre matérias-primas do setor. A construção de imóveis envolve uma série de materiais e de profissionais especializados. Por isso, em escala industrial, essa produção é uma importante geradora de empregos. O aquecimento desta atividade também se reflete no planejamento de fornecedores estratégicos, para a entrega regular de grandes aquisições de aço, cimento, tijolos, pisos, tintas, entre outros itens. O crescimento do mercado imobiliário nacional nos últimos anos reflete o investimento que a iniciativa privada tem feito para prover soluções que atendam à demanda existente no País. Nesse cenário, as medidas do governo ampliam as possibilidades do setor ao estender para mais famílias o acesso à casa própria, com juros menores, novas linhas de financiamento e a opção de uso do FGTS para imóveis de até R$ 500 mil. Até o momento, as repercussões da crise internacional no Brasil não afetaram a venda de imóveis da Helbor. Nossa receita é simples: empreendimentos bem localizados, com projetos adequados, por um preço competitivo. Acreditamos que, com as novas medidas, nossas vendas continuarão aquecidas".

HENRY BORENSTEIN
Vice-presidente da Helbor

FRASE | VALE REPETIR

"Quando eu era sindicalista, eu culpava o governo; quando era da oposição, culpava o governo, quando virei governo, culpei a Europa e os EUA".

Lula, diante de problemas na economia, segundo relato do primeiro-ministro britânico Gordon Brown ao presidente dos Estados Unidos, Barack Obama.

DESTAQUES E VERSÕES

Crise: Stiglitz está muito pessimista — O ex-economista do Banco Mundial e ganhador do Prêmio Nobel, Joseph Stiglitz, comenta a pior recessão desde a Grande Depressão. "Eu estou muito pessimista. Os governos estão reduzindo as taxas de juros e impulsionando a economia com planos de estímulo econômico. Esta é a direção certa, mas não é suficiente. Temo que o efeito do plano americano de estímulo econômico não será nem metade do que o esperado". ***Der Spiegel, Alemanha.***

Combate à corrupção no Paraguai é lento — O presidente Fernando Lugo e sua equipe conseguirão mudar as coisas no Paraguai, o país mais corrupto da América Latina? Passaram-se sete meses e começam a se perguntar se Lugo poderá enfrentar o bloqueio do Parlamento e se conseguirá levar adiante sua reforma. "Creio que houve avanços (...), mas o processo de ir por dentro, limpar, lustrar, dar honra às instituições, é muito lento", avalia Lugo. ***El Pais, Espanha.***

França investe em tecnologia para os mais velhos — Para atrair novos clientes, fabricantes da área de informática, de materiais eletrônicos ou operadoras de telecomunicações se voltam para o mercado dos idosos. Esse segmento não para de crescer. Segundo o Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos, as pessoas com mais de 60 anos representarão, em 2050, quase um terço da população francesa. Os idosos ainda são sub-equipados em ferramentas de comunicação. ***Le Monde, França.***

DATAS DE CAPA DAS REVISTAS: VEJA, ISTOÉ E CARTA CAPITAL, 8 DE ABRIL; ÉPOCA, 6. DESTAQUES E VERSÕES SÃO DA SEMANA PASSADA.

caesb

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL
DO DISTRITO FEDERAL - CAESB

GDF

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS TP-013/2009-CAESB REPETIÇÃO

A COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB torna público que realizará a Tomada de Preços TP-013/2009-CAESB (REPETIÇÃO), processo nº 00092.008.086/2008, tipo de licitação: **menor preço, para aquisição de peças e acessórios para bombas de diafragma da marca GIROMATIC, por preço unitário por item cotado.**

Data de abertura da licitação: **06 de maio de 2009, às 15 horas e 30 minutos.**

O edital poderá ser adquirido na Assessoria de Licitações a partir do dia 07 de abril de 2009 no Centro de Gestão Águas Emendadas, localizado na Avenida Sibipiruna, Lotes 13, 15, 17, 19 e 21, Bloco "B" – Araguaia, térreo, Águas Claras, Distrito Federal, mediante o recolhimento prévio de R$ 15,00, na Tesouraria da CAESB, localizada no Bloco "F" – São Francisco no Centro de Gestão Águas Emendadas, no horário das 08h30min às 11h30min e das 14h às 17h. Outras informações poderão ser obtidas por meio do telefone (61) 3213-7122 e do fax (61) 3213-7340.

Brasília, 02 de abril de 2009
Jaques Irineu Marques
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
CAESB

caesb

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL
DO DISTRITO FEDERAL - CAESB

GDF

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS TP-010/2009-CAESB REPETIÇÃO

A COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB torna público que realizará a Tomada de Preços TP-010/2009-CAESB (REPETIÇÃO), processo nº 00092.008.078/2008, tipo de licitação: **menor preço, para aquisição de peças e acessórios para bombas de pistão da marca BOMAX, por preço unitário por item cotado.**

Data de abertura da licitação: **06 de maio de 2009, às 14 horas.**

O edital poderá ser adquirido na Assessoria de Licitações a partir do dia 07 de abril de 2009 no Centro de Gestão Águas Emendadas, localizado na Avenida Sibipiruna, Lotes 13, 15, 17, 19 e 21, Bloco "B" – Araguaia, térreo, Águas Claras, Distrito Federal, mediante o recolhimento prévio de R$ 15,00, na Tesouraria da CAESB, localizada no Bloco "F" – São Francisco no Centro de Gestão Águas Emendadas, no horário das 08h30min às 11h30min e das 14h às 17h. Outras informações poderão ser obtidas por meio do telefone (61) 3213-7122 e do fax (61) 3213-7340.

Brasília, 02 de abril de 2009
Jaques Irineu Marques
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
CAESB

FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO
AVISO DE LICITAÇÃO AMPLA

A FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO, doravante denominada FHE, sediada à Esplanada dos Ministérios, Edifício Anexo I ao Bloco "O", QG Marechal Bittencourt, 4º andar, em Brasília/DF, CEP 70050-906, em observância ao disposto na Lei 6.855/80 e ao seu Regulamento de Licitações e Contratos, aprovado pela Portaria nº 152 de 26 de março de 2007 do Comando do Exército, publicada no D.O.U. nº 65, edição de 04 de abril de 2007, torna público que fará realizar **LICITAÇÃO AMPLA,** nos seguintes termos.

OBJETO DA LICITAÇÃO

Aquisição de equipamentos e componentes para ampliação de Sistema de Telefonia IP e a prestação dos serviços de pré-instalação dos equipamentos e componentes fornecidos, para o edifício da futura Sede da FHE, situado no Setor Militar Urbano, em Brasília – DF, conforme as definições, especificações e condições constantes do Edital de Licitação Ampla Nº 002/2009-FHE.

REGIME: AMPLA
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias corridos
SESSÃO DE ABERTURA E HABILITAÇÃO: 28/04/2009 às 15 h
LOCAL: Esplanada dos Ministérios, Edifício Anexo I ao Bloco "O", QG Marechal Bittencourt, auditório do 2º andar, em Brasília/DF.
Informações: com a Comissão Permanente de Licitação, localizada na Esplanada dos Ministérios, Edifício Anexo I ao Bloco "O", QG Marechal Bittencourt, 4º andar - sala 429, ou por meio do fax (61) 3314-7620, das 9h às 11h45 e das 14h às 17h, em dia de expediente normal da FHE (segunda a sexta-feira) e ainda pelo e-mail licitacao.compras.servicos@fhe.org.br. Interessados em participar desta licitação poderão obter o edital e seus anexos na página eletrônica da FHE – www.fhe.org.br, menu "Editais".

Brasília, 02 de abril de 2009.

Luiz Ferrúcio Duarte Sampaio
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

CORREIOS

Ministério das Comunicações

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

AVISO DE LICITAÇÃO
Tomada de Preços

A Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana torna pública a abertura da Tomada de Preços no 9000001 (ENG) - GERAD/DR/SPM, cujo objeto é a contratação da obra de reforma do imóvel localizado na Estrada Tenente Marques, nº 5.500 – Térreo – Fazendinha – Santana de Parnaíba/SP, para instalação da Agência de Correios Comercial I Fazendinha (ACCI FAZENDINHA), conforme especificações técnicas e demais condições do edital de licitação e seus anexos. A vistoria prévia do local da obra, nos termos e condições dispostos do edital, é obrigatória, e poderá ser realizada até o dia 17/04/2009. A entrega simultânea, mediante protocolo na Comissão Permanente de Licitação, dos envelopes n.º 01 "Documentos de Habilitação" e n.º 02 "Proposta Econômica", por parte dos interessados previamente registrados no Sicaf , na forma de habilitação parcial, dar-se-á no dia 28/04/2009, no horário das 08:30h às 12:00h e das 13:30h às 16:30h. A primeira reunião pública de licitação dar-se-á no dia 29/04/2009, com início às 09:00h. A licitação será conduzida pela Comissão Permanente de Licitação da ECT/DR/SPM. O local para a entrega dos envelopes, e para a realização da reunião de licitação será na Rua Mergenthaler nº 592 - Bloco II – 13º andar - Vila Leopoldina - São Paulo/SP. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis para consulta no sítio eletrônico www.correios.com.br. Os interessados poderão ainda adquiri-los gravados em "CD-R", na Agência dos Correios "Cidade de São Paulo", sita na Rua Mergenthaler nº 568 – Vila Leopoldina, São Paulo/SP, no horário normal de funcionamento da agência, das 09:00h às 17:00h, de segunda a sexta-feira. Custo de aquisição do edital em "CD-R" R$ 10,00 (dez reais). Hélio Bun – Presidente da Comissão Permanente de Licitação da ECT/DR/SPM.

GUARARAPES CONFECÇÕES S.A.
Capital Aberto - CNPJ nº 08.402.943/0001-52
AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Srs. Acionistas da Guararapes Confecções S.A. que, em sua sede, na Rodovia RN 160, s/n, Km 3, Bloco A, 1º andar, Distrito Industrial de Natal, encontra-se à sua disposição, toda a documentação exigida pelo art. 133 da Lei nº 6.404/76, compreendendo o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2008, com suas demonstrações financeiras, notas explicativas, relatório da administração e parecer do Conselho Fiscal e Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a ser submetida à deliberação da Assembléia Geral Ordinária. Natal, 31 de março de 2009 - Nevaldo Rocha - presidente.

BANESTES
www.banestes.com.br

BANESTES S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ Nº 28.127.603/0001-78
NIRE 32300000703
Sociedade de Capital Aberto

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os acionistas do BANESTES S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo a se reunir em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 28 de abril de 2009, às 10 horas, na sede social, na Av. Princesa Isabel, nº 574, Edifício Palas Center, Bloco B, 9º andar, Centro, Vitória(ES), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1. Exame, discussão e votação do Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, acompanhados dos Pareceres do Conselho Fiscal e do Auditor Independente, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008;
2. Destinação do Lucro Líquido do exercício findo e distribuição de Dividendos, e a homologação dos valores pagos relativos a Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2008 e dos Dividendos Intermediários relativos ao 1º semestre de 2008;
3. Eleição de membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal para cumprirem mandato até a A.G.O. de 2010;
4. Homologação de eleições de membros do Conselho de Administração ocorridas nas RCAs de 22.12.2008 e 06.03.2009 e do remanejamento, do cargo de Conselheiro para o cargo de Presidente do Conselho de Administração, deliberado na RCA de 03.03.2009;
5. Eleição de membros do Conselho de Administração para cumprirem mandato até a A.G.O. de 2010. (O percentual mínimo de 5% do Capital Social votante é o necessário para requisição da adoção do voto múltiplo, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 165, de 11.12.1991, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 282, de 26.06.1998);
6. Fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria.

Comunicamos que se encontram à disposição dos acionistas, na sede social, os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas.

Vitória(ES), 30 de março de 2009

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Roberto da Cunha Penedo – Presidente
Constantino Colodetti, Jesse Gomes de Alvarenga,
Leandro Antônio da Silva Tavares, Neivaldo Bragato e
Sérgio Aboudib Ferreira Pinto - Conselheiros

INFORME POLÍTICO

Leandro Mazzini
leandro@jb.com.br

Michel Temer, o todo-poderoso

LUIZ CRUVINEL/AGÊNCIA CÂMARA

Comandante máximo do maior partido brasileiro, embora licenciado da presidência, e chefe da Câmara dos Deputados - por onde transitam donos de votos de todos os rincões e projetos importantes que mudam o rumo de um governo - o deputado federal Michel Temer começou discretamente sua campanha para ser o vice na chapa presidencial de Dilma Rousseff (PT) ao Planalto. Incumbiu líderes de seu grupo, principalmente os deputados Henrique Eduardo (RN) e Eduardo Cunha (RJ), de puxarem o clamor pela vez de o PMDB ser o coadjuvante com poder de dar rumo à campanha. Michel, já avalia o PT palaciano, é o único que pode agregar todo o fragmentado partido, para que boa parte não caia nas mãos de José Serra (PSDB). Michel vai a Juazeiro do Norte (CE) comemorar uma nova adesão ao partido. E posar de homem de fé na terra da romaria.

PORTA-VOZ

A campanha pró-Temer ficou escancarada. O líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves, declarou em Natal que o partido não tem mais dúvidas quanto ao melhor nome para vice de Dilma. "Não há nome melhor do que Michel Temer".

OBSTÁCULO

O maior adversário de Temer é o próprio PMDB. Na Bahia, terceiro maior colégio eleitoral do país, o ministro da Integração, Geddel Vieira Lima, também aparece cotado para vice.

TROCA-TROCA

Michel Temer assina a filiação hoje no PMDB do Ceará de um político famoso na região de Juazeiro, que deixou o PSDB. É Raimundo Macedo, o Raimundão Gente Fina, candidato a deputado federal em 2010.

TROCA-TROCA 2

O governador José Serra deve dar o braço a torcer e lançar Geraldo Alckmin à sua sucessão em São Paulo. A notícia chegou aos ouvidos de Temer.

ENTÃO TÁ

O que isso significa? Alckmin é adversário e quase inimigo de Orestes Quércia, o homem que manda no PMDB de São Paulo, e que pode sair ao Senado. No caso de Alckmin se candidatar à sucessão do Serra, Temer estará livre para apoiar Dilma Rousseff.

RESCALDOS

Ano passado, antes da campanha municipal, Alckmin foi a Quércia duas vezes pedir apoio e deu com a porta na cara. O peemedebista usou dos piores adjetivos. O tucano espera a hora da vingança.

FICAR OU NÃO FICAR?

O consultor jurídico do Ministério da Justiça Rafael Favetti pensa em deixar o cargo e voltar para a advocacia. Suas ligações permanecem estreitas com o ex-ministro do STF Sepúlveda Pertence, que agora mantém um concorrido escritório de advocacia em Brasília. Sua dúvida é se aguarda a desincompatibilização do ministro Tarso Genro, que sairá candidato em 2010 ao governo do Rio Grande do Sul.

USINA DO DARCY

O presidente Lula participa hoje da cerimônia de inauguração da terceira usina de biodiesel da Petrobras, em Montes Claros (MG), batizada como Usina de Biodiesel Darcy Ribeiro.

DR BASTOS & FARINHA

Ex-deputado federal, João Bastos Colaço Dias se apossou do pontal da bela praia de Maria Farinha, na cidade de Paulista (PE). Não contente com a mansão, invadiu a areia, domínio público, cercou a área e construiu heliporto gramado, piscina, casa de apoio e plantou coqueiros.

DR. BASTOS X MP

O Ministério Público, em ação civil pública, solicitou a remoção de toda a construção e das cercas. Ao todo, foram 22.100 m² de área invadida.

BRASIL

RUMO A 2010

Petistas querem Carvalho na presidência do PT

Várias esferas do partido se movimentam para eleger chefe de gabinete de Lula

JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

Gilberto Carvalho: principal trunfo é unificar as várias correntes

REUTERS
SÃO PAULO

Petistas de várias esferas do partido realizam um movimento para levar o chefe de gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho, ao comando do PT nas eleições internas que acontecem este ano.

A dificuldade, até agora, é convencer o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a dispensar o auxiliar estratégico, que o acompanha no governo desde o primeiro dia, em 2003.

O próximo presidente do PT terá como principal missão criar as bases para a candidatura da ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) à Presidência da República em 2010.

Consultado, Carvalho confirmou as pressões em torno de seu nome, mas disse que não lançaria uma candidatura sem o consentimento de Lula. "Estou no governo, a não ser que o presidente Lula altere sua opinião. Se acontecer de ele mudar de ideia, eu vou cumprir esta tarefa", disse Carvalho à Reuters.

O partido marcou para novembro a escolha do substituto do atual presidente, o deputado Ricardo Berzoini (SP), que está à frente da sigla desde 2005 e que pelas regras da legenda não pode se candidatar por estar em seu segundo mandato. O registro das chapas deve ser feito em julho.

"É consenso hoje que o melhor nome é o de Gilberto Carvalho. O problema é que Lula não quer dispensá-lo pelo seu papel de importância no governo", afirmou o ex-prefeito Edinho Silva, presidente do diretório PT paulista.

Conselheiro de Lula, o prefeito de São Bernardo do Campo, Luiz Marinho, afirma que tentará convencer o presidente a liberar o assessor. "Para presidir o PT só tem uma liderança hoje: chama-se Gilberto Carvalho", disse Marinho. "Temos que convencer o presidente Lula a liberar o quadro dirigente que tem toda a autoridade para unificar o partido", avaliou Marinho, para quem o governo está estruturado e pode passar sem o auxiliar palaciano.

O presidente do PT estadual acredita que Carvalho tem o apoio de tendências da legenda, além da Construindo um Novo Brasil — que reúne o próprio presidente Lula e toda a ala moderada do partido. Citou a Novo Rumo (de Marta Suplicy) e A Mensagem (de Tarso Genro) e disse que o Movimento PT estaria aberto a conversar. Unificar as correntes seria o principal trunfo de Carvalho, além da capacidade em realizar as articulações partidárias visando a eleição presidencial.

COISAS DA POLÍTICA

Rodrigo de Almeida*

O susto na classe média. E no governo

Noves fora a satisfação do governo com os resultados da popularíssima participação do presidente Lula na reunião do G-20, na semana passada, há uma perspectiva nebulosa em formação no horizonte para o Palácio do Planalto. Nesta semana saem números de um janeiro trágico para o bolso do brasileiro, segundo estudo do economista Marcelo Néri, da Fundação Getúlio Vargas. Coisa feia: naquele mês, calculou o professor, a crise devolveu mais de 560 mil pessoas às classes D e E nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife. Uma perda de 11% do crescimento que a classe C — a classe média popular — teve durante o governo Lula. Somando essa queda às perdas das classes A e B, a atrofia nas seis regiões metropolitanas pesquisadas chega a 765 mil.

A divisão de classes empregada por Néri se dá assim: a classe E tem rendimentos mensais de zero a R$ 800; a classe D, de R$ 800 a R$ 1,1 mil; a classe C vai de R$ 1,1 mil a R$ 4,8 mil; e as classes A e B, de R$ 4,8 mil em diante.

Para Néri, a reversão de janeiro é preocupante. Não há conclusões ainda sobre fevereiro, mas os dados prévios sugerem que tenha ficado no zero a zero. Esse possível alento, porém, não esmaece as cores da ameaça detectada em janeiro. Soou o alarme, portanto. Os dados de janeiro ajudam a explicar a recente queda na avaliação a Lula e a seu governo. Essa é a conclusão óbvia, fácil e imediata.

No médio e no longo prazos, no entanto, a situação parece mais complexa. Se os sinais de reversão não mudarem de curva nos próximos meses, a crise terá afetado o grande pulo do gato da gestão social de Lula. Ou, para dizer o mínimo, emagrecer uma considerável parcela dos ganhos econômicos e sociais dos últimos anos. A notícia é ruim para o governo, mas é péssima em especial para a enorme parcela da população que se viu elevada à condição de "classe média" — aquisição de um status que, na prática, significou maior renda, mais consumo, maior pluralismo e novos padrões de comportamento da sociedade brasileira.

Foi do próprio Marcelo Néri um dos mais celebrados estudos recentes sobre a mudança na estratificação de renda do país. Tanto o trabalho dele, A nova classe média, quanto um outro documento, Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano, produzido pelo Ipea, sustentaram o diagnóstico de que a migração de pessoas de classe de renda inferiores para classes de renda superiores alcançou taxas de grande magnitude. Até a publicação de ambos os estudos, havia a falsa ideia de que a emergência de uma nova classe média se dera via empobrecimento dos residentes históricos dessa faixa de renda. Os dois textos, no entanto, registraram, igualmente, o crescimento da renda e do número de pessoas situadas no topo da escala de ganhos. Em outras palavras, significa que a redução do número de pobres e miseráveis não se deu em virtude de forte redistribuição da pizza em favor dos mais carentes, mas resultou basicamente do inchaço da pizza.

Os dados de janeiro ajudam a explicar a recente queda na avaliação a Lula e a seu governo. Essa é a conclusão óbvia, fácil e imediata

A crise, porém, parece ter brecado tais ganhos. Os números informam que ela chegou primeiro às classes A e B, com perdas já detectadas continuamente entre setembro e janeiro. Agora é a vez da classe C. Se o baque continuará seu curso, não se sabe. Mas o governo que se cuide. Só o susto do início de 2009 já dá conta dos riscos. Principalmente porque mudanças nas classes de renda, ainda quando dramáticas, não equivalem automaticamente à mobilidade social. Se, em 2000, o mais conhecido dos torneiros mecânicos do ABC paulista, com formação escolar profissionalizante, recebesse 10 vezes mais do que recebia em 1980, teria progredido na escala estatística de renda. Mas continuaria a ser um torneiro mecânico de escolaridade profissionalizante na estratificação social. Os estudiosos exigem progresso no nível educacional e substituição do trabalho anterior por ocupação mais nobre. Analistas mais rígidos só reconhecem mudanças na estratificação social quando a subida de um corresponde a descida de outro do escalão superior.

Não foi pouca coisa o país conseguir retirar dezenas de milhões de pessoas do limbo social da indigência e da pobreza. Mas será tarefa igualmente pesada manter o compasso da mudança na estratificação de renda e, mais grave, dar o passo além: transformar para valer nossa estratificação social, numa equação que conjugue elevação da renda, aperfeiçoamento educacional e maior qualificação ocupacional.

*Jornalista

Ciro Gomes neutraliza a oposição em 2010

REUTERS
BRASÍLIA

A oposição é favorita na eleição presidencial de 2010 e uma segunda candidatura da base aliada poderia neutralizar essa liderança, declarou à Reuters o deputado Ciro Gomes (PSB-CE), cotado para a sucessão.

Parlamentar e ex-ministro da Integração Nacional do governo Luiz Inácio Lula da Silva, ele argumenta que um outro nome da coalizão, além da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, teria mais chances de provocar um segundo turno.

Ciro ora diz ser candidato, ora pondera que só a conjuntura pré-eleitoral determinará seu movimento. Mas quando fala em candidatura alternativa, inclui-se nesse provável escopo.

Não só ele como outros aliados explicam que, embora concorrentes num primeiro momento, as duas candidaturas poderiam convergir em torno de um adversário comum, o governador de São Paulo, José Serra (PSDB), hoje com mais de 40% das intenções de voto, segundo pesquisas recentes. "A oposição tende a um certo favoritismo, o que não quer dizer vitória de véspera", afirmou o deputado.

CIRO GOMES
Deputado federal

De acordo com a última pesquisa CNT/Sensus, Serra conta com 45,7 por cento das intenções de voto, ante 16,3% de Dilma. Contra Ciro, que obteve 14,9% da preferência do eleitorado, o tucano aparece com 43,1%. O levantamento não apurou um cenário em que os três disputem o primeiro turno.

Segundo Ciro Gomes, apesar da popularidade, Lula terá limites na transferência de votos para Dilma. Além disso, ele afirma que a crise econômica global poderá facilitar o discurso de partidos adversários contra a manutenção de um governo do PT, dependendo da eficácia das medidas tomadas para conter seus efeitos.

"Uma alternativa aliada é o principal elemento tático para impedir esse favoritismo. Isso garante o segundo turno e anuncia uma convergência com o candidato do Lula em segundo ou terceiro lugar", completou.

Para ele, o próprio Lula já teria se antecipado a essa análise. Fontes do meio político consideram a hipótese do presidente não maldizer, ao menos no discurso, a ideia de uma outra candidatura amiga. Um auxiliar palaciano, porém, negou qualquer simpatia.

"É uma forma de ajudar a robustecer a defesa do projeto e assegurar dois turnos, se for o caso", comentou o deputado Beto Albuquerque (RS), vice-líder do governo na Câmara e integrante da cúpula do PSB. "Acho que é fácil para o Palácio do Planalto enxergar que dois candidatos sintonizados com o governo é mais importante do que se ter um só e jogar o tudo ou nada no primeiro turno", acrescentou.

Governo neutralizante

A aproximação do PT com o PMDB também pode jogar a favor da tese de uma segunda via na base, pois partidos aliados menores têm ficado insatisfeitos com essa aproximação.

O ciúme dessas legendas da base pode contribuir para um racha interno em 2010.

Integrante do PSDB até 1996, Ciro filiou-se ao PPS e concorreu à Presidência em 1998, sendo o terceiro mais votado, e em 2002 (quarto lugar). Depois, filiou-se ao PSB. "Não tem essa de governismo neutralizante. Eu defendo o Lula por afinidade, mas não sou 100 por cento dependente do governo, como é o caso da Dilma", disse.

MEMÓRIA

Morre Márcio Moreira Alves

REUTERS
BRASÍLIA

Morreu na sexta-feira, no Rio de Janeiro, o ex-deputado federal Marcio Moreira Alves, um dos símbolos da oposição à ditadura militar.

Segundo a assessoria de imprensa do Hospital Samaritano, onde ele estava internado, a causa da morte foi falência múltipla dos órgãos. O corpo de Moreira Alves foi velado no sábado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, e depois cremado.

Em setembro de 1968, um discurso feito na Câmara por Moreira Alves causou uma crise entre o Legislativo e o Executivo. Em uma crítica à invasão da Universidade de Brasília (UnB) pelos militares, o então deputado conclamou a sociedade a boicotar o governo e o que chamou de "militarismo" ao não participar das comemorações do Dia da Independência.

Os militares, então, pediram autorização do Congresso para processar Moreira Alves, a qual foi negada pelos parlamentares. Dias depois, no dia 13 de dezembro de 1968, o governo editou o AI-5, o ato institucional mais duro desde o início do regime militar, em 1964.

Moreira Alves foi um dos primeiros deputados a serem cassados depois da publicação do AI-5.

DESAPARECIDOS POLÍTICOS

Ministério guarda onze esqueletos não identificados

As ossadas repousam em caixas de papelão em armários no Anexo da Justiça

VASCONCELO QUADROS
BRASÍLIA

Não é trocadilho e nem frase de efeito. O governo deixou um esqueleto no armário. Aliás, um não. São onze esqueletos que assombram o Anexo do Ministério da Justiça, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, desafiando os mortais a apontar uma solução para seus casos. A maioria das ossadas, dez, foi retirada do Cemitério da Xambioá (TO) em 1991, 1996 e 2001, sem que até hoje as autoridades tenham se esforçado para identificá-las ou, então, devolvê-las às sepulturas que há 19 anos continuam abertas.

As ossadas repousam em caixas de papelão guardadas num armário da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, que funciona no prédio do Ministério da Justiça, mas está sob a responsabilidade do ministro Paulo Vanucchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). Ao que tudo indica, segundo informações fornecidas à época por moradores da região, podem ser os restos mortais de guerrilheiros do PCdoB dados como desaparecidos em todas as listas divulgadas pelas entidades de direitos humanos há mais de 30 anos.

"Visitei o local e vi que até agora não fizeram nada que possa esclarecer se são ou não ossadas de guerrilheiros. Eles não querem resolver", diz o deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS). Como presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Câmara — cargo que deixou há um mês —, ele tentou, sem sucesso, obter informações sobre o mistério. Não encontrou na Esplanada nenhuma fonte interessada em esclarecer.

Antes de deixar a presidência da CDH, Pompeo recebeu um conjunto de documentos apontando para a probabilidade de que uma das ossadas poderia ser os restos do guerrilheiro Bérgson Gurjão Faria, ex-estudante de Química da Universidade Federal do Ceará e primeiro militante do PCdoB morto no Araguaia, no dia 8 de maio de 1972, 26 dias depois do início dos combates.

São relatórios, fotografias e depoimentos coletados desde que a ossada foi retirada do Cemitério de Xambioá, de uma ala onde moradores apontaram que existiriam os restos de vários guerrilheiros. Informações sobre a arcada dentária, formato do crânio, altura e até o sinal de uma pancada que ele levou na mastóide, ainda em Fortaleza em 1967, durante repressão a uma passeata de estudantes contra o regime militar, reforçam a hipótese de que pode se tratar do guerrilheiro.

JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

Restos mortais estão sob a responsabilidade do ministro Paulo Vanucchi, da SEDH

"Encaminhei a documentação para ser analisada por um perito no assunto. A avaliação preliminar é de que pode se tratar do Bérgson. Mas é cedo e aguardo um parecer mais embasado para tomar providências", diz o deputado. Os documentos foram entregues ao perito gaúcho Domingos Toqueto, que nos próximos dias dará o parecer.

Se apontar indícios de que pode mesmo se tratar do guerrilheiro, o parecer pode deixar em saia justa o ministro Paulo Vannuchi e as pessoas de sua confiança que dirigem a Comissão de Mortos e Desaparecidos. O episódio pode demonstrar o imobilismo do governo e a negligência com que o assunto vem sendo tratado.

"Eles sentaram em cima e nada fizeram", acusa o deputado. Embora integrante da base governista no Congresso Nacional, Pompeu de Matos, diz que não quer atrito com o Palácio do Planalto, mas que vai se empenhar na busca de uma solução. "É uma questão de dignidade humana e de respeito à história. Não sinto vontade política em nenhum setor do governo para esclarecer", diz o deputado. Se o parecer do perito confirmar a suspeita, o deputado Pompeu de Matos acha que CDH da Câmara deixará uma razoável contribuição à causa.

"Podemos abrir as portas para uma perícia completa, retirando do armário os outros esqueletos", diz o parlamentar. O deputado afirma que neste caso pedirá que a Polícia Federal entre no caso. A Polícia Federal tem policiais e peritos preparados para investigar e o mais avançado laboratório de análise forense do país. Até hoje a direção do órgão não recebeu qualquer pedido formal para atuar.

Mortos na guerrilha e enterrados em Xambioá

A história de Bérgson Gurjão Farias é uma das mais dramáticas da guerrilha. Ele e outros quatro ativistas do PCdoB caíram numa emboscada preparada pelos pára-quedistas no início do conflito. Ele enfrentou sozinho a tropa para garantir que seus companheiros escapassem ao cerco. Na troca de tiros, feriu o então capitão Álvaro de Souza Pinheiro — hoje general e um dos ideólogos das Forças Armadas —, mas acabou encurralado pela tropa.

Ferido, foi executado a golpes de baioneta, em episódio grotesco protagonizado pelos militares: varado de tiros, seu corpo foi levado para Xambioá e exibido em local público para amedrontar a população e outros militantes presos — entre eles o deputado José Genoíno Neto. Nessas época, os militares tinham ordens expressas do Comando Militar do Planalto de identificar os guerrilheiros mortos e enterrá-los em locais conhecidos. Assim, em 1972, os corpos deveriam ser levados para Xambioá e enterrados no único cemitério da cidade.

Foi de lá, em 1991, que o legista Fortunato Badan Palhares, da Universidade de Campinas (Unicamp), retirou e identificou, cinco anos depois, a professora Maria Lúcia Petit. "Usamos a antropologia e a antropometria, métodos 100% garantidos", diz o legista. A família de Maria Lúcia entregou a ficha odontológica, mas havia sinais evidentes de que era mesmo a militante do PCdoB: moradores viram ela ser enterrada com o corpo envolvido num pára-quedas e com a cartucheira que carregava ao ser morta na mata. Ao abrir a sepultura, esses foram os primeiros objetos encontrados pelo perito.

Do mesmo cemitério, em 1991, Palhares levou a ossada de um homem negro e alto, também apontada como guerrilheiro. As evidências indicam tratar-se do mais antigo militante de esquerda armada encontrado no Araguaia, o ex-marinheiro Francisco Manoel Chaves, conhecido por vários codinomes. Os ossos estão no Departamento de Medicina Legal da Universidade de São Paulo (USP) à espera de identificação.

Libertado no início dos anos 40, Chavez integrou o Comitê Central do PC (1943 a 1946). Após o golpe de 1964, perseguido, já havia ingressado no PCdoB, organização criada com o racha no Partidão, em 1962. Um dos primeiros ativistas a chegar ao Araguaia, foi morto em setembro de 1972, aos 62 anos, em episódio que também matou o comandante do grupo, José Toledo de Oliveira, e o casal de geólogos Antônio Carlos Monteiro Teixeira e Dinalva Oliveira Teixeira, a Dina, a mais famosa guerrilheira. Ferido, Antônio foi levado para a base militar em Marabá e nunca mais se ouviu falar dele. Dina foi a única que escapou.

Chaves e Oliveira teriam sido enterrados em Xambioá. Na fase branda da repressão no Araguaia (1972), quando ainda faziam prisioneiros, os militares mataram 11 guerrilheiros: Bérgson; Maria Lúcia Petit; Idalísio Soares Aranha Filho, o Aparício; Helenira Rezende de Souza Nazareth, a Fátima; Miguel Pereira dos Santos, o Cazuza; José Toledo de Oliveira, o Vitor; Antônio Carlos de Oliveira Teixeira, o Antônio da Dina; Francisco Manoel Chaves; Ciro Flávio Salazar, o Flávio; Manoel José Nurchis, o Gil; e o médico da guerrilha, João Carlos Haas Sobrinho. Embora haja uma ou outra diferença de informações, a maioria deles foi enterrada numa ala do Cemitério de Xambioá. De lá foram retirados os esqueletos guardados há anos no armário da SEDH em Brasília.

V.Q.

Não se sabe ainda quantas ossadas estão na Esplanada

Presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos, o advogado paulista Marco Antônio Barbosa não sabe quantas ossadas estão guardadas na Esplanada e nem que existe pelo menos a probabilidade de se tratar de guerrilheiros. "Qualquer identificação será muito bem recebida", diz. Ao contrário de Pompeu de Matos, ele acha que há disposição no governo para tentar elucidar as pendências sobre a Guerrilha do Araguaia. "Vejo vontade política no ministro Vannuchi e da Casa Civil", diz Barbosa, sem apontar caminhos. "Só o esclarecimento vai pacificar os espíritos", afirma.

Segundo o advogado, o governo contratou um laboratório de análise genética, uma filial paulista do americano Genomic Egenharia Molecular Ltda, para tentar identificar os militantes através do DNA. Até agora foram identificados dois ativistas ligados à guerrilha urbana, mas nenhum dos que atuaram no Araguaia. Passados 35 anos, há sérias dificuldades de se obter o DNA das ossadas. Barbosa admite, no entanto, que esse é o único método com que a SEDH trabalha na tentativa de identificação e — embora seja notório que a Polícia Federal dispõe de laboratório avançado — afirma que só o Genomic tem o conhecimento científico específico para esse tipo de identificação.

Há cerca de dois anos, por orientação do ministro Paulo Vannuchi, a Comissão de Mortos e Desaparecidos monta um banco de sangue para auxiliar na tentativa de identificação. Já foram colhidas dezenas de amostras de sangue de familiares de guerrilheiros e encaminhados ao Genomic. Caso seja possível retirar o DNA de alguma ossada, o laboratório já terá o sangue de um parente próximo para cruzar informações genéticas.

Em relação às ossadas retiradas do Cemitério de Xambioá, não existe ainda nenhum resultado conhecido. Ao se fixar no DNA como único método de identificação, a SEDH deixa de lado outras alternativas, como o confronto de dados antropológicos e antropométricos — usados por Palhares para o caso de Maria Lúcia Petit. Também abre mão de encabeçar um processo de investigação com dados levantados por pesquisadores ou divulgados nos últimos tempos, por militares que participaram do conflito e relatam os fatos com base em documentos que as Forças Armadas negam existir.

V.Q.

A SEMANA

Problemas financeiros dos municípios na agenda da União

LILIANA LAVORATTI
SÃO PAULO

Após ter brilhado entre os chefes de Estados mais importantes do mundo, na reunião do G20 (grupo das vinte maiores economias), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva retoma sua agenda no Brasil enfrentando um problema que já se acumula nos gabinetes dos governadores e dos prefeitos: a queda nas receitas das prefeituras, impactada pela forte retração da arrecadação federal, que constitui o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Cientes do seu peso político nas eleições presidenciais, os prefeitos mobilizam parlamentares e pressionam o Palácio do Planalto em várias atividades programadas para esta semana na Câmara, Senado e gabinetes do Executivo.

Apoiada pelos partidos da oposição — PSDB, DEM e PPS —, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) inicia o lobby amanhã cedo, quando a entidade promove no Senado um debate sobre os efeitos negativos da crise econômica nos repasses de recursos da União. A confederação sustenta que os recursos caíram 3% em janeiro, 5% em fevereiro e 14,5% em março, e que o FPM teria perdido, desde janeiro, R$ 2,1 bilhões. O fundo é formado por 22,5% da arrecadação de dois tributos federais — a do Imposto de Renda e a do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), prejudicado nos últimos meses não só pela redução na atividade econômica, mas também pela desoneração dada pelo governo à indústria automotiva, como medida anticrise. Como esse incentivo foi renovado por mais três meses e não se sabe ainda quanto tempo a recessão mundial vai durar, os prefeitos querem garantir algumas salvaguardas para os cofres municipais.

A CNM também quer debater com os prefeitos as dívidas dos municípios com o INSS e a crise econômica, que levou a cortes no orçamento das prefeituras, paralisação de obras e demissões, segundo a consultoria Santa Fé Idéias, de Brasília. Antes da crise, a Secretaria do Tesouro Nacional estimava um crescimento da ordem de 10,59% para o ano de 2009, nas transferências do FPM, ante 2008. Os municípios de menor porte dependem mais desses repasses do que os demais, que se apóiam nas receitas próprias e na parcela recebida do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Na opinião do diretor da ONG Transparência Municipal, François Bremaeker, o presidente da República pouco mais poderá fazer pelos prefeitos do que "olhar com carinho" para o problema financeiro que eles estão enfrentando por causa da redução dos valores que recebem da União por meio do FPM, como prometeu recentemente.

Ainda amanhã, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado debate a redução do FPM, em reunião que deve contar com a participação da secretária da Receita Federal, Lina Maria Vieira. Na Câmara, os prefeitos ganharam espaço no encontro mensal da Comissão de Finanças e Tributação com o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin. Normalmente, a reunião é dedicada a analisar a execução do Orçamento da União e o desempenho das transferências constitucionais, dentre as quais uma delas é o FPM.

Embora ainda não esteja na previsão oficial, o tema deverá ser tratado em algum evento da agenda do presidente Lula, que inaugura, hoje, a terceira usina de biodiesel da Petrobras, em Montes Claros (MG). O presidente tem compromissos até quinta-feira, quando discute com ministros as obras do PAC.

COMUNICADO

A Embratel S.A. informa aos seus clientes os novos valores homologados e promocionalmente praticados do Plano Alternativo de Serviço PAS 086 LD, na modalidade Longa Distância Nacional, para chamadas originadas em terminais móveis Pré-pagos da Operadora de Serviço Móvel Pessoal VIVO, com vigência a partir da 00h do dia 08/04/2009 para o estado do Paraná e da 00h do dia 15/04/2009, para as demais Unidades da Federação conforme tabela abaixo:

Destino das Chamadas	Tipo de Chamada	Horário	Valores Máximos Homologados em R$ por minuto		Valores promocionais em R$ por minuto		
			Sem Tributos	Com Tributos no RJ - PIS (0,65%), COFINS (3%) e ICMS (30%)	Sem Tributos AC, AM, AP, MT, PI, RR, MA, MS, PA e RO	Sem Tributos DF, ES, SC, SP, TO, RS, AL, BA, RN, SE, CE, PE, GO, PB, RJ, PR e MG	Com Tributos no RJ - PIS (0,65%), COFINS (3%) e ICMS (30%)
Chamadas Destinadas à Terminais Fixos	VC2	Normal	1,73805	2,61951	1,66342	1,66342	2,50703
		Reduzido	1,73805	2,61951	1,66342	1,66342	2,50703
	VC3	Normal	1,85392	2,79415	1,77432	1,77432	2,67418
		Reduzido	1,85392	2,79415	1,77432	1,77432	2,67418
Chamadas Destinadas à Terminais Móveis de outras Operadoras	VC2	Normal	2,20154	3,31807	2,10701	1,74946	2,63671
		Reduzido	2,20154	3,31807	2,10701	1,68057	2,53288
	VC3	Normal	2,31741	3,49270	2,21791	1,91627	2,88812
		Reduzido	2,31741	3,49270	2,21791	1,91627	2,88812
Chamadas Destinadas a Terminais Móveis da Mesma Operadora Situados em Termos de Autorização Distintos	VC2	Normal	2,20154	3,31807	2,10701	1,74946	2,63671
		Reduzido	2,20154	3,31807	2,10701	1,68057	2,53288
	VC3	Normal	2,31741	3,49270	2,21791	1,91627	2,88812
		Reduzido	2,31741	3,49270	2,21791	1,91627	2,88812
Chamadas Destinadas a Terminais Móveis da Mesma Operadora Situados Dentro de um Mesmo Termo de Autorização	VC2	Normal	1,73805	2,61951	1,66342	1,66342	2,50703
		Reduzido	1,73805	2,61951	1,66342	1,66342	2,50703
	VC3	Normal	1,85392	2,79415	1,77432	1,77432	2,67418
		Reduzido	1,85392	2,79415	1,77432	1,77432	2,67418

Valores promocionais válidos por prazo indeterminado. Qualquer alteração será previamente informada através de Comunicado Público.

Nova data-base para os valores máximos homologados: dezembro de 2008.

Aos valores das tarifas sem tributos, devem ser incluídos os impostos PIS (0,65%), COFINS (3%) e ICMS (25%) para os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Distrito Federal, Espírito Santo, Piauí, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Alagoas; ICMS (27%) para os estados de Rio Grande do Norte, Sergipe, Maranhão, Bahia e Ceará; ICMS (28%) para Pernambuco; ICMS (29%) para Mato Grosso do Sul, Goiás e Paraná; ICMS (30%) para Pará, e Paraíba; e ICMS (35%) Rondônia.

Modulação Horária:	NORMAL	REDUZIDO
Segunda à Sábado	07:00 às 20:59:59h	00:00:00 às 06:59:59h e 21:00:00 às 23:59:59h
Domingos e Feriados Nacionais	00:00:00h às 23:59:59h	

Mais informações podem ser obtidas na Central de Atendimento da Embratel, pelo telefone 103 21.

Embratel

DIREITO CORPORATIVO

*Empresas culpam altos funcionários por **prejuízos***

CRISE FINANCEIRA

Crescem ações trabalhistas de executivos

Demarest & Almeida recebe vinte processos em três meses; antes era um a cada três anos

FERNANDA BOMPAN
SÃO PAULO

Bonificações, gratificações, altas indenizações e verbas rescisórias fazem parte do novo perfil de processos judiciais que os escritórios de advocacia — que atuam na área trabalhista — passaram a receber nos últimos meses. Para especialistas, antes da crise financeira, estas ações eram requisitadas de forma esporádica, mas cresceram em paralelo com as demissões que atingem todos os níveis das empresas pelo mundo afora. O Demarest e Almeida Advogados, por exemplo, nos três últimos meses, foi procurado por 20 executivos com a intenção de recorrer à Justiça contra a quebra de contratos. "Era um a cada três anos que nos procurava, agora é quase frequente", diz o sócio da banca Antonio Carlos Vianna de Barros.

O advogado explica que o perfil da procura de altos executivos, na maioria diretores, são daqueles que não receberam seus benefícios e bonificações, garantidos tanto verbalmente quanto em contrato, depois de demitidos. "Tenho 30 anos de experiência e nunca vi uma demanda tão grande. É um exemplo de que a crise está afetando a todos, não somente a camada mais simples, que processava mais pelo não pagamento de horas extras, por exemplo", avalia Barros.

O advogado Augusto Rodrigues Jr, sócio do Rodrigues Jr. Advogados, verificou um aumento de 30% no volume de ações trabalhistas em seu escritório. Deste montante, o especialista afirma que 25% referem-se a executivos contra as empresas que os dispensaram e o restante de outros trabalhadores. "Tive, nos últimos dois dias, a consulta de duas pessoas com este perfil e vou receber mais uma."

Rodrigues Jr. comenta, ainda, que muitos funcionários do alto escalão estão pedindo também danos morais contra as companhias que os demitiram. "As empresas culpam os altos executivos pelos prejuízos. Muitas multinacionais no Brasil demitem seus diretores brasileiros com esta justificativa", comenta ao lembrar que este é um dos motivos do aumento de ações por estes profissionais.

Apesar do "caminho ser tortuoso", o especialista vê com bons olhos essa demanda diferenciada na área trabalhista. "Este tipo de processo pode deixar de ser exceção para se tornar uma rotina." Para Rodrigues Jr., antes da crise, esses executivos recebiam altas gratificações rescisórias e, por isso, era difícil entrarem com ações judiciais. No entanto, no atual cenário, nem mesmo os direitos trabalhistas estão sendo pagos. "Abriu-se uma porta, revelando que, com crise ou sem, todos podem ter direitos igualitários. É uma conquista de espaço, que veio para ficar."

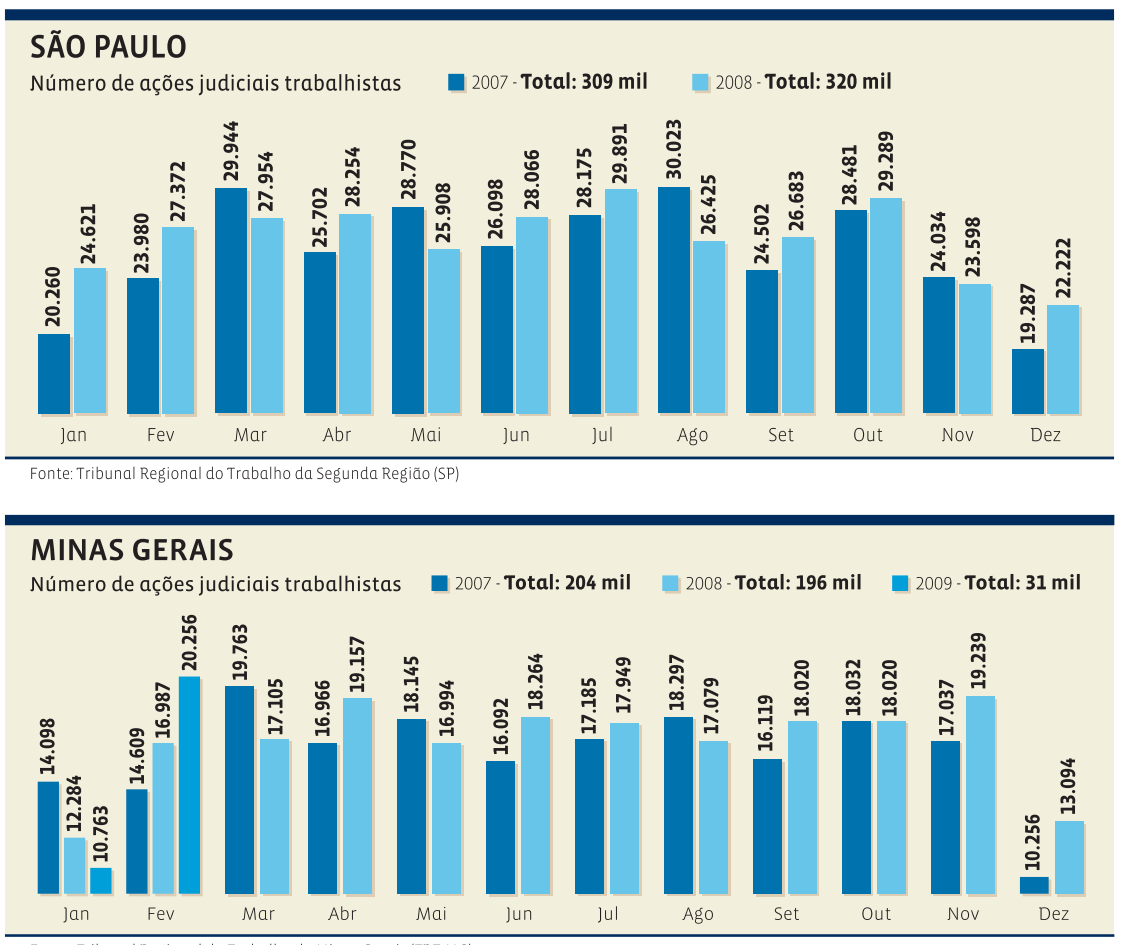
Ações trabalhistas

Mas não são apenas os processos de altos executivos que estão movimentando a Justiça do Trabalho. As ações trabalhistas, de um modo geral, também apresentaram crescimento. O advogado Stanley Martins Frasão, do Homero Costa Advogados, observou um aumento de 30% no número de processos, nos últimos 40 dias. "É um volume relevante. E nossa perspectiva é de que iremos receber mais 700 ações nos próximos dias", conta o advogado.

Apesar de não ter sentido uma diferença de demanda na banca, o especialista Paulo Sérgio João, sócio do Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr e Quiroga Advogados, conta que houve um aumento de 20% no número de ações distribuídas pelo Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), o que mostra que nos próximos meses os processos poderão ganhar mais visibilidade.

Tendência

Outras bancas também dizem acreditar que mais ações trabalhistas possam aparecer, especialmente, a partir de setembro. "Principalmente quando acabar o pagamento do seguro-desemprego e os demitidos não conseguirem uma recolocação", afirma Antônio Carlos Aguiar, do Peixoto e Cury . Ele concorda que há maior volume de defesas de empresas em processos trabalhistas, mas, diferentemente dos colegas, não considera o número significativo.



Fonte: Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região (SP)

Fonte: Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (TRT-MG)

INÊS RABELO

Frasão: "Volume de processos cresceu 30% nos últimos 40 dias"

"Os efeitos não são imediatos, os processos começarão com o tempo", estima o advogado Marcelo Gômara, do TozziniFreire. Mas ele não espera que o montante de processos seja expressivo. "Apesar de ilegal, muitas companhias antes de contratar consultam os tribunais para saber se o futuro empregado tem processos contra as antigas empresas. Isto pode dificultar a entrada de ações", acredita.

Consulta preventiva ajuda a evitar problemas na Justiça

FERNANDA BOMPAN | SÃO PAULO

Diante do cenário de crise, a consulta preventiva na área trabalhista também ganha destaque nos escritórios de advocacia brasileiros. O objetivo das empresas, dizem especialistas, é criar alternativas para evitar as demissões. O advogado Marcelo Gômara, do TozziniFreire Advogados, diz que percebeu uma progressão do interesse empresarial para solucionar prejuízos financeiros. "Neste novo cenário houve um aumento grande nas consultas utilizando uma engenharia de criatividade para os efeitos da crise", diz. O advogado Paulo Sérgio João, do Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr e Quiroga Advogados, também afirma que a banca teve um crescimento de 30% nos últimos três meses por consultas de empresas que visam estabelecer transparência institucional e evitar demissões.

Para os especialistas, a demanda traz à tona uma aspecto importante: o interesse do empresariado de entender a postura do Judiciário no que se refere às dispensas em massa. "Agora, é preciso negociar com os sindicatos antes de demitir", observa Gômara. Ele comenta que antes as consultas partiam de multinacionais que queriam compreender a legislação brasileira para oficializar os cortes. Agora, diz o advogado, até o empresário brasileiro quer saber o que fazer para não ser surpreendido com sentenças judiciais desfavoráveis, como as que aconteceram com a Embraer e a Usiminas. O especialista refere-se a concessão de liminar pelo Tribunal Regional do Trabalho de Campinas (SP), que suspendeu até o dia 13 de março as 4.273 demissões da Embraer, ocorridas em fevereiro. E também à uma decisão em caráter liminar do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (TRT-MG), que proibiu novas demissões na Usiminas.

OPERAÇÃO SATIAGRAHA

Tribunal mantém bens de Dantas bloqueados

ANDREZZA QUEIROGA E AGÊNCIA BRASIL
SÃO PAULO E BRASÍLIA

O Ministério da Justiça confirmou, na sexta-feira, o que a Justiça dos Estados Unidos já havia decidido no último dia 31, de manter, até maio, em caráter liminar, o bloqueio de US$ 500 milhões em depósitos de pessoas investigadas pela Operação Satiagraha.

No início de março, o juiz John Bates, da Corte Distrital de Colúmbia (EUA), desbloqueou as contas do banqueiro Daniel Dantas, que é acusado de uma série de crimes financeiros, como lavagem de dinheiro, e de outros investidores do Banco Opportunity, investigados pela Polícia Federal na operação. Na época, o governo brasileiro recorreu da decisão, por meio do Ministério Público Federal (MPF). Com o recurso, o desbloqueio ficou em suspenso. Na semana passada, a Justiça acolheu o pedido de liminar e prorrogou o bloqueio até maio, quando tanto o pedido de bloqueio dos bens quanto a decisão pelo desbloqueio devem ser julgados por um tribunal de segunda instância dos Estados Unidos.

O secretário nacional de Justiça, Romeu Tuma Junior, destacou que é importante terminar, até maio, o inquérito da Operação Satiagraha, bem como o Ministério Público deve apresentar denúncia contra os investigados. De acordo com ele, isso facilitaria a manutenção do bloqueio dos bens fora do Brasil.

DANIEL DANTAS
Banqueiro

No início do mês, um dos argumentos do juiz Bates foi o de que a Justiça americana só teria competência para manter os bens bloqueados se Dantas tivesse sido condenado definitivamente no Brasil.

Histórico

A Operação Satiagraha foi deflagrada em julho de 2008, quando foi desarticulada uma quadrilha acusada de cometer crimes financeiros. Na época foram expedidos 24 mandados de prisão, entre os quais levaram à prisão do banqueiro Daniel Dantas, do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta, e do investidor Naji Nahas. Todos foram, posteriormente libertados, já que o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, concedeu habeas corpus em favor deles. A estimativa é de que o Opportunity tenha movimentado cerca de US$ 2 bilhões no paraíso fiscal das Ilhas Cayman.

CONCORRÊNCIA

Para Badin, Senado vai aprovar nova lei

FERNANDA BOMPAN
SÃO PAULO

Depois da Páscoa, será realizada a primeira audiência pública com o objetivo de avaliar e aprovar o projeto de lei que prevê a reestruturação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC). A afirmação é do presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômico (Cade), Arthur Badin, feita em encontro promovido pela Câmara Oficial Espanhola de Comércio no Brasil, na última sexta-feira. Badin está confiante na aprovação do PL pelo Senado. "Em momentos de crise há uma maior sensibilidade em aceitar esses tipos de lei."

A advogada Sonia Maria Gianni Marques Döbler comenta que a grande preocupação dos empresários é com o acúmulo de processos administrativos e atos de concentração, principalmente em tempos de crise, quando aumentam as fusões e aquisições. "O principal ponto é saber se vão conseguir ter qualidade com celeridade de julgamento, considerando o quadro atual que existe no Cade", diz a advogada.

O presidente da autarquia afirma que o órgão está preparado para a demanda, já que o projeto prevê contratações. "Mesmo com relação à formação de cartéis, que podem surgir com a crise, há, hoje, tecnologia para julgar", explica Badin.

PADRÕES INTERNACIONAIS

Uruguai deixa lista negra de paraíso fiscal

AFP
PARIS

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OCDE), decidiu, sexta-feira, retirar o Uruguai da lista negra de paraísos fiscais, um dia depois de incluí-lo, junto com Malásia, Costa Rica e Filipinas depois da cúpula do G20 em Londres. "A OCDE deu as boas-vindas à decisão do Uruguai de adotar formalmente o padrão da entidade para o intercâmbio de informação fiscal", destacou a organização em comunicado. O presidente do Banco Central uruguaio, Mario Bergara, havia dito, na ocasião da inclusão do país na lista, que O país teria um sistema financeiro "sério".

O JORNAL DE ECONOMIA DO BRASIL DESDE 1920

GAZETA MERCANTIL

gzm.com.br

Publicada pela CBM — Companhia Brasileira de Multimidia
Rua Gomes de Carvalho, 1327 – 2º andar – Vila Olímpia – São Paulo-SP
CEP.: 04547-005 – Fone: **(11) 3508-0025 / (11) 3508-0027**
Informações Comerciais
Publicidade Comercial - Sede
Fone: (11) 3508-0026 / (11) 3508-0149 – Fax: (11) 3508-0364 comercial@gazetamercantil.com.br
Publicidade Legal - Sede
Fone: (11) 3508-0018 – Fax: (11) 3508-0364 legal@gazetamercantil.com.br
Publicidade Brasília Fone/Fax: (61) 3313-5851 / 3313-5867 comercialdf@gazetamercantil.com.br
Publicidade Rio de Janeiro Fone/Fax: (21) 2101-4751 / 2101-4761 comercialrj@gazetamercantil.com.br

Para venda de assinaturas e atendimento ao assinante **(11) 3014-2400**
De segunda a sexta das 7h às 18h. E-mail: relacionamento@gazetamercantil.com.br

REGIÕES	ANUAL	ANUAL PROMOCIONAL
Sul, Sudeste e Centro-Oeste	R$ 756,00	R$ 499,00
Norte e Nordeste	R$ 756,00	R$ 649,00

Direção Geral
Jackson Fullen
Marcello D'Angelo
E-mail: direcaogeral@gazetamercantil.com.br

Redação
Editores-Executivos
Costábile Nicoletta
costabile@gazetamercantil.com.br
Finanças Nelson Rocco
nrocco@gazetamercantil.com.br
Projetos Especiais e Suplementos Cinthia Rodrigues
crodrigues@gazetamercantil.com.br

Coordenação Editorial
Imagem João Bittar
jbittar@gazetamercantil.com.br
Opinião Klaus Kleber
kkleber@gazetamercantil.com.br
Primeira Página Gabriel de Salles
gsalles@gazetamercantil.com.br

Editores
Agronegócio Isabel Dias de Aguiar
isabelaguiar@gazetamercantil.com.br
Arte Sandro Mantovani
smantova@gazetamercantil.com.br
Brasil Jaime Soares de Assis
jsoares@gazetamercantil.com.br
Brasil Liliana Lavoratti
llavoratti@gazetamercantil.com.br
Comunicação Clayton Melo
cmelo@gazetamercantil.com.br
Direito Corporativo Gilmara Santos
gssantos@gazetamercantil.com.br
Editorial Leonardo Trevisan
ltrevisan@gazetamercantil.com.br
Indústria Rita Karan
rkaran@gazetamercantil.com.br
Infra-estrutura Ariverson Feltrin
afeltrin@gazetamercantil.com.br
Internacional Cláudia Bozzo
claudiab@gazetamercantil.com.br
InvestNews / Serviço on-line Silvana Orsini
sorsini@investnews.com.br
Mercado de Capitais Vinicius Pinheiro
vpinheiro@gazetamercantil.com.br
Mercado Imobiliário Lourdes Rodrigues
lrodrigues@gazetamercantil.com.br
Suplementos Especiais Luiz Silveira
lsilveira@gazetamercantil.com.br
TI & Telecom Thaís Costa
thcosta@gazetamercantil.com.br
Vida Executiva Marcelo Monteiro
mmonteiro@gazetamercantil.com.br

Fotografia
Daniel Teixeira, Genésio, Leonardo Soares, Priscila Pompeu (coordenadora), Rodrigo Capote e Romualdo Ribeiro
fotografia@gazetamercantil.com.br

Ilustradores
Fábio Cruz, Gian Paolo La Barbera

Correspondentes
Belo Horizonte Durval Guimarães
durval@gazetamercantil.com.br
Caxias do Sul Guilherme Arruda
garruda@gazetamercantil.com.br
Curitiba Norberto Staviski
staviski@gazetamercantil.com.br
Florianópolis Juliana Wilke
jwilke@gazetamercantil.com.br
Porto Alegre Caio Cigana
ccigana@gazetamercantil.com.br
Recife Etiene Ramos
eramos @gazetamercantil.com.br

Ribeirão Preto Edson Álvares da Costa
ealvares@gazetamercantil.com.br
São José dos Campos Julio Ottoboni
jottoboni@gazetamercantil.com.br
Sucursal Brasília
Rivadavia Severo (coordenador)
rsevero@gazetamercantil.com.br
Ayr Aliski
ayr.aliski@gazetamercantil.com.br
Vivigne Monteiro
vmonteiro@gazetamercantil.com.br

Sucursal Rio de Janeiro
Sabrina Lorenzi
sabrinalorenzi@gazetamercantil.com.br

Departamento Comercial
Diretora Comercial Legal Regina Valladares
rvalladares@gazetamercantil.com.br
Diretor Comercial Publicidade
Mario Estellita
mestellita@gazetamercantil.com.br
Diretor Comercial Mercado de Capitais
Marco Panza
mpanza@gazetamercantil.com.br

Escritórios de Publicidade Regionais
CE/PI/MA Campioni e Lopes Comumunicação e Marketing S/C Ltda.
flopes@gazetamercantil.com.br
(0xx85) 3224-3044
AM Departamento Comercial
(xx11) 2126-5089
AC/RO/AP/RR/PA Top 2 Comunicação e Marketing S/C Ltda.
top2@amazon.com.br
(0xx91) 3224.9136 / 8853.8377
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP
Nogueira & Fonseca Serv. de Publ. Ltda.
gzmsaojose@terra.com.br
(0xx12) 3943-6021 / (0xx12) 3923-8402
PR GRP - Prestação de Serviços Publicitários
handrade@gazetamercantil.com.br
(0xx41) 3023-8238
SC Planús Promoções e Merchandising Ltda.
comercial@planusmerchan.com.br
(0xx48) 3223-0088 / 9121-8002
RS L.A Assessoria e Propaganda Ltda.
lalmeida@gazetamercantil.com.br
(0xx51) 3381-6940 / 9199 -9302
PE/PB/AL/RN Dígito Comunicação
digito@digitocomunicacao.com.br
(0xx81) 3223-8350 / 8611-1626 / 3077-1664
MG MC Publicidade Representação e Marketing Ltda.
gazetamercantil@terra.com.br
(0xx31) 3347-2223
BA Pentágono Marketing Promoções
(0xx71) 3414-9423 / 8826-1116 / 9969-2235
Fax (0xx71) 3414-9421
s.queiroz@uol.com.br
SE Pedro Amarante
(0xx79) 3246-4139 / 9949-7763
pedroamarante@gabinetedemidia.com.br
GO/MT/MS/TO Promix Cuidados Artísticos Ltda
ratassio@gazetamercantil.com.br
(0xx62) 3565-1811
ES Dicape Representações e Serviços Ltda.
didimo.effgen@uol.com.br
(0xx27) 3229-1986

Demais Localidades – (11) 3508-0130

Inserção
insercao@gazetamercantil.com.br
Fone: (11) 3508-0161 / 0157 / 0159

EM DIA COM O PLANETA. carbono neutro

MERCADOS EMERGENTES

Rivadavia Severo*

Lula é mesmo o cara como diz Obama?

O leitor é daqueles que não engole o sapo barbudo ou acha que estamos diante da deidade mais importante da história republicana?

O presidente Lula está surfando na onda da popularidade ou vai se afogar na "marolinha" da crise financeira internacional. Se gostamos ou não do homem, pouco importa, o fato é que o mundo está mudando e o Brasil será parte importante na nova ordem global.

A decisão do G20 (grupo das principais economias desenvolvidas e emergentes do planeta) de eleger os dirigentes máximos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (Bird) entre os representantes de todos os países sócios e não somente entre os pares norte-americanos e europeus é um sinal de que estamos diante de uma nova ordem mundial.

A sociedade internacional unipolar dominada pelos Estados Unidos que se instaurou depois da derrocada soviética, começa a virar pó, como virou o mundo bipolar inaugurado em 1949, com a Guerra Fria.

Estamos entrando em uma era de governança global multipolar, como foi o mundo desde o Congresso de Viena de 1815 que redistribuiu o poder mundial depois das guerras napoleônicas, até meados do século passado.

Nesse novo mapa, o Brasil entra no jogo. Somos a quarta maior população do planeta, o quinto território e a décima economia. Estamos no time dos grandes.

Se a popularidade do presidente está em 84%, 74% ou 64%, pouco importa. Aliás, 64 já vai longe. Desde lá, passamos pelos militares, Sarney, Collor e Itamar, até chegarmos a Fernando Henrique e Lula. E hoje surfamos na onda da democracia.

Somos governados por coalizões de centro-direita, comandada pelo PSDB, e de centro-esquerda, dirigida pelo PT, que nos colocaram na roda da democracia mundial. E isso faz a diferença.

Os céticos de carteirinha que não acreditavam que a reunião do G20 pudesse dar em algo terão que engolir a amarga saliva da descrença. Os países desenvolvidos economicamente que dominam as instituições de Bretton Woods tiveram que abrir espaço para os emergentes da Ásia, da África e da América Latina.

É nessa nova ordem mundial, que começou a ser desenhada em Londres, que o futuro presidente da República vai pilotar o País. Não importa se vai ser o Serra, a Dilma ou o Aécio. Um deles estará à frente de um país que vai jogar na primeira divisão mundial. Já não temos o complexo de vira-lata como tão bem nos retratou Nelson Rodrigues. Se Lula é o cara ou não, como disse o presidente dos EUA, Barack Obama, se você o adora ou não o engole, pouco importa. Agora o Brasil entrou no jogo. E temos que saber o que fazer com a bola.

*Coordenador da sucursal de Brasília da Gazeta Mercantil

NOVO SOCIALISMO

Venezuela e Irã criam banco

Com sede em Teerã, instituição servirá aos planos socialistas dos dois governos

REUTERS E AFP
TEERÃ E CARACAS

O Irã e a Venezuela abriram um banco conjunto na sexta-feira para desenvolver projetos econômicos, anunciou a televisão estatal iraniana. Com sede em Teerã, o banco Irã-Venezuela, inaugurado pelos presidentes Mahmoud Ahmadinejad e Hugo Chávez, em visita a Teerã, tem capital inicial de US$ 200 milhões, metade de cada país. "O capital será aumentado para US$ 1,2 bilhão, com meta de apoiar projetos econômicos, industriais e de extração mineral conjuntos, além de acelerar os projetos que já estão em curso", disse a televisão estatal.

Chávez, que chegou a Teerã na semana passada em visita oficial, acusa os EUA e a Grã-Bretanha de serem os "maiores culpados" pela crise econômica internacional, devido ao modelo financeiro que impuseram. "Os valores do capitalismo estão em crise, e o capitalismo precisa acabar", disse Chávez na cerimônia de abertura do banco, de acordo com a TV. Para o presidente iraniano, "o que ocorreu hoje representa a forte disposição de construir um novo mundo."

"Precisamos empreender um caminho de transição para um novo modelo que chamamos de socialismo," acrescentou Chávez e Ahmadinejad, ambos ex-oficiais militares conhecidos por seu discurso antiamericano, vêm fortalecendo os laços econômicos e políticos entre seus países. Esta é a sétima viagem que Chávez faz ao Irã desde a eleição de Ahmadinejad, em 2005.

Chávez criticou a cúpula do G20 em Londres, dizendo que o Fundo Monetário Internacional (FMI) precisa ser eliminado, informou a agência oficial de notícias IRNA. "Irã e Venezuela devem ser o modelo de um tipo de relacionamento fraterno e construtivo para outros países no mundo", teria dito Ahmadinejad, segundo a TV estatal.

A mídia iraniana divulgou ainda que Irã e Venezuela assinarão um memorando para construir duas refinarias de óleo, uma em cada país. Quarto maior exportador mundial, o Irã não tem capacidade de refino para produzir gasolina suficiente para consumo interno.

Chávez x Obama

Chávez disse que espera "zerar" as relações com os Estados Unidos este mês na Cúpula das Américas, depois de quase uma década de tensões entre Caracas e Washington. O líder venezuelano vem há meses oferecendo sinais ambíguos sobre a chegada de Barack Obama à presidência dos EUA, algumas vezes elogiando seu governo enquanto em outras faz pouco caso dele. "Esperamos que a cúpula em Trinidad e Tobago sirva para zerar as relações entre os EUA e a Venezuela. Quero usar o botão reset", disse Chávez.

MIRAFLORES PALACE/REUTERS

Chávez e Ahmadinejad em Teerã, em frente ao banco que financiará "a construção de um novo mundo"

DNIT
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES

Ministério dos Transportes
BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO
Edital n.º 142/2009-00 – Concorrência Pública

O objeto da presente licitação é a seleção de empresas especializadas para execução dos Serviços de Elaboração de Projeto Básico e Executivo de Engenharia para Obras de Restauração de Rodovias do tipo CREMA-2ª Etapa na Rodovia BR-319/AM. Trecho: Polícia Rodoviária Federal (Manaus) – Divisa AM/RO; Subtrecho: Fim da Travessia Rio Amazonas (Careiro) – Igarapé Atu; Segmento: Km. 13,0 – Km. 198,2; Extensão: 185,2 Km; Lote Único.
EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser adquirido a partir de 07/04/2009 no DNIT – Coordenação Geral de Cadastro e Licitações no endereço: SAN, Quadra 03, Bloco "A" – Mezanino Sul – Brasília/DF – Fone: (0xx61) 3315-4892 ou através do site: www.dnit.gov.br.
ENTREGA DAS PROPOSTAS: Dia 26/05/2009 às 09h30 min, na sala de licitações da CGCL no Ed. Sede do DNIT, no endereço indicado acima.

Brasília, 03 de abril de 2009
José da Silva Tiago
Coordenador Geral de Cadastro e Licitações

CASA PRÓPRIA

Programa da ONU contra favelas inclui a Argentina

REUTERS
NAIROBI

Um programa da ONU para interromper o ciclo de pobreza oferecerá pequenos empréstimos para aquisição da casa própria a moradores de favelas em seis países, após acordos firmados na semana passada .

O projeto foi lançado durante um encontro em Nairobi, quando a agência de habitação da ONU informou que instituições financeiras na Argentina, Bangladesh, Quênia, Nepal, Tanzânia e Uganda receberiam empréstimos com a finalidade de fornecer uma moradia às pessoas que vivem em favelas.

Origem dos recursos

Com recursos da Espanha, Reino de Bahrain (estado independente situado na região do Golfo Pérsico) e Fundação Rockefeller o projeto Experimental Reimbursable Seeding Operations emprestará dinheiro para bancos locais que será repassado para habitantes pobres de centros urbanos.

"Este projeto foi pensado para ajudar os pobres", afirmou a jornalistas Anna Tibaijuka, chefe da agência. "A agência de habitação da ONU está estabelecendo uma parceria com bancos para impedir que as pessoas caíam na pobreza."

Ela disse que o esquema concederia empréstimos a juros baixos em moedas locais para proteger contra a exposição ao câmbio estrangeiro.

Novas moradias serão construídas em oito favelas no Nepal dentro do projeto, o que se espera que ajude pelo menos 6,7 mil pessoas naquele local.

O primeiro passo

"Se pudermos ajudar as pessoas a dar o primeiro passo, vão completar o processo por si mesmas", disse o porta-voz da Habitat for Humanity do Nepal, Aruna Paul Simittrarachchi.

O programa das Nações Unidas tem um orçamento total de US$ 5 milhões dos quais US$ 3,6 milhões estão disponíveis para serem emprestados a nações em desenvolvimentos com U$ 1,4 milhão para a administração, quadro de funcionários e honorários advocatícios.

Chesf Eletrobrás
Ministério de Minas e Energia
BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF
AVISO DE VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA
Leilão Público

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF vem a público informar que realizará no dia 13/04/2009 um processo de leilão público para venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre. O edital e toda a documentação referente ao processo estão disponibilizados no *site* da CHESF (www.chesf.gov.br). Informações adicionais poderão ser obtidas através dos telefones (81) 3229-3700 ou (81) 3229-3701.

GOVERNO DE SERGIPE
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA NACIONAL Nº 007/2009 – DESO

A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO, Sociedade de Economia Mista Estadual, torna público para conhecimento das firmas interessadas que fará realizar às 9 horas do dia 06 de maio de 2009, na sala da Comissão Permanente de Licitações, sediada na Rua Campo do Brito, 331, nesta capital, a CONCORRÊNCIA PÚBLICA NACIONAL nº 007/2009 – DESO, que tem como objeto: a execução das obras e serviços para implantação dos Sistemas de Esgotamentos Sanitários das seguintes Sub-Bacias em Aracaju/SE: 1.1 Sub-Bacia CM 1-Coroa do Meio/ 1.2 Sub-Bacia 5/18 – Atalaia/ 1.3 Sub-Bacia 2/18 – Farolândia/ 1.4 Sub-Bacia 4/17 – Farolândia/ 1.5 Sub-Bacia 7/17 – Farolândia/ 1.6 Sub-Bacia 2/17 – Farolândia/ 1.7 Sub-Bacia 6/17 – Farolândia/ 1.8 Sub-Bacia 16 -Poxim/ 1.9 Sub-Bacia 2/4 – Grageru/ 1.10 Sub-Bacia 1/15 – Jardins/ 1.11 Sub-Bacia 2.15 -Jardins/ 1.12 Reforma EE-4/ 1.13 Reforma EE-5, pelo tipo de licitação menor preço global, segundo o regime de execução de empreitada por preço unitário.
Fonte de Recursos: PAC/GOVERNO FEDERAL/GOVERNO DO ESTADO/PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU.
O Edital completo e demais informações poderão ser obtidos no endereço acima mencionado, no horário das 8h às 12h, mediante o recolhimento da importância de R$ 100,00 (cem reais), valor este que se limita ao custo efetivo de reprodução gráfica da documentação fornecida.

Aracaju, 02 de Abril de 2009.

PEDRO GILMAR DE GÓIS
Presidente da CPL-DESO

DESO
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE

COMUNICADO

A Claro S.A., nova denominação da BCP S.A. e da Americel S.A., Prestadora de Serviço Móvel Pessoal, comunica que o Serviço Claro Navegador não estará mais disponível para utilização a partir de 1º.05.2009. Todas as assinaturas deste Serviço serão automaticamente canceladas nesta data.

CLARO
São Paulo, 6 de abril de 2009.

Claro
www.claro.com.br ou ligue 1052

INVESTIR NO RDB PANAMERICANO TEM MAIS DO QUE A GARANTIA DO FGC. TEM A SEGURANÇA E SOLIDEZ DO GRUPO SILVIO SANTOS.

O RDB PanAmericano oferece a você dupla garantia: a do Fundo Garantidor de Crédito* (FGC) nas aplicações de até R$ 20 milhões e a de uma instituição financeira que faz parte de um dos maiores grupos empresariais do país, o Grupo Silvio Santos. Além de toda esta solidez, segurança e garantias, o PanAmericano oferece uma equipe de profissionais altamente especializados, orientando você sobre a excelente rentabilidade do RDB PanAmericano. E ainda acompanham de perto o dia-a-dia de suas aplicações, dando muito mais tranquilidade para você.

Ligue: 0800 775 8585 e agende a visita de um de nossos gerentes.

*Válido para conta individual com apenas um CPF ou CNPJ. Prazo mínimo de 6 meses e máximo de 5 anos.

PanAmericano
SE É IMPORTANTE PARA VOCÊ, É IMPORTANTE PARA NÓS.

www.panamericano.com.br | BPNM4 NÍVEL 1 BOVESPA BRASIL

A Gazeta Mercantil deu um grande salto para continuar em primeiro lugar.

LOVEBRAND/TTPM

Para manter a liderança, é preciso inovar sempre.
Por isso, o maior jornal de economia e negócios
traz um novo projeto gráfico com mais cores,
fotos, ilustrações e novos conteúdos,
como a editoria de mercado imobiliário,
a coluna Cesar Giobbi, matérias simultâneas
do The New York Times, entrevistas com
presidentes sobre estratégia empresarial,
o caderno Fim de Semana e muito mais.

Toda a credibilidade e tradição de 88 anos
de história, junto com a inovação e o pioneirismo
que fazem da Gazeta Mercantil
o jornal de economia do País.

GAZETA MERCANTIL

O JORNAL DE ECONOMIA DO BRASIL DESDE 1920

PANORAMA GLOBAL

Stéphane Garelli*

Pode ser a hora de consultar o Plano B

Em janeiro de 2009, já era oficial: a recessão está aqui. Depois do "estamos, não estamos" dos seis meses anteriores, o lado positivo é que agora qualquer dúvida se dissipou, é hora de arriscar prever o futuro para que possam ser feitos planos de contingência.

Quanto tempo nos levará para sairmos disso e em que tipo de mundo vamos entrar do outro lado da recessão? Quais serão as propostas de Obama? Que influência temos no que ocorre na economia americana? As empresas colocarão mais ênfase nos mercados asiáticos? A China e a Índia serão as salvadoras dos mercados emergentes? Qual será o desempenho das moedas nos próximos seis a doze meses?

Essas são só algumas das questões que reverberam pelo mundo atualmente — e as únicas respostas certas são que ninguém ganha dinheiro numa recessão e ninguém gosta disso, ambas das quais criaram muita motivação geral para encontrar uma solução.

Estrada para recuperação

O verdadeiro sinal para saber se saímos ou não do buraco negro virá dos sinais da recuperação econômica americana. Não se pode esperar que ninguém, no entanto, nem mesmo Obama, faça milagres. Ele herdou um déficit orçamentário para este ano de US 1,2 trilhão — ou 8% do Produto Interno Bruto (PIB). A dívida nacional é de mais de dez trilhões de dólares, e cresce em US$ 3,2 bilhões por dia. As necessidades de captação de recursos dos EUA no próximo ano serão de US$ 2 trilhões — um cenário nada alegre.

O dólar sofreu sucessivos golpes, a libra cambaleia, mas o euro, por outro lado, é ainda uma história de sucesso com uma série de países, como a Suécia, a Dinamarca, os países bálticos e a Islândia pensando em se juntar ao grupo.

Enquanto os planos de ajuda financeira são usados como bilhetes de loteria, o sucesso ou o fracasso de qualquer plano de recuperação nos EUA e na Europa dependerá de saber se as pessoas vão receber as doações e economizar ou se vão promover uma farra de compras que pode reativar a economia. Na Europa e nos EUA, sociedades "que têm tudo", o estímulo para gastar só pode surgir com o advento da inovação tecnológica "preciso ter isso". As economias em desenvolvimento, como a China e a Índia, por outro lado, têm sorte de ter uma classe média nova e trabalhadora que está ansiosa para comprar.

A diferença na mentalidade de consumidor produziu uma grande mudança na ênfase empresarial para a Ásia e os países emergentes, com US$ 6 trilhões em reservas cambiais permanecendo exatamente onde estão em vez de serem repatriados para empresas financeiras ou bancos nos combalidos países do Ocidente.

Outra consequência da presente crise tem sido o aumento do poder dos políticos. Isso produziu considerável inquietação, particularmente nos EUA e é provável que gere alta súbita de regulamentos.

Como as crises são por definição acompanhadas por uma atitude de procurar o culpado, elas sem dúvida chegam com um risco pronunciado de capacidade excessiva de destruição. No esquema mais amplo, no entanto, na sequência do presente desastre, o aumento da regulamentação e da governança corporativa no setor bancário contará com o apoio da opinião pública.

Teste de realidade — nem todos estão quebrados

Cautela no futuro

Muitas empresas estão encarando o futuro com cautela, mas com um grau de otimismo que aparece nos planos A e B dos orçamentos para 2009 — nos quais o Plano A incorpora cortes de gastos e nenhum aumento salarial até meados de 2009, quando se a situação não melhorar, o Plano B (alta do desemprego e cortes salariais) será executado. Qualquer que seja a situação — todos devem ter o Plano B nos bolsos de trás pronto para ser implementado se a situação não for de tendência de alta em meados do anos.

Ao contrário ao que se possa pensar de modo sensato, ainda há muitas empresas em boa forma. O que é absolutamente crucial agora é que o fluxo de capital do setor bancário para as empresas continue no curso — especialmente para as empresas médias e pequenas — que podem soçobrar sem os fluxos financeiros garantidos.

Quanto tempo levaremos para sairmos disso e em que tipo de mundo vamos entrar do outro lado da recessão?

Luz no fim do túnel

Às vezes, a recessão produz elementos positivos. As pessoas reinventam a si mesmas e os meios de produção. Surgem idéias audaciosas e o admirável novo mundo que virá depois do buraco negro provavelmente apresentará uma série de novas oportunidades de emprego. A motivação para fazer os consumidores consumirem e as empresas investirem será a nova tecnologia. Parte dessa nova tecnologia é formada por tecnologia limpa e, portanto, de meio ambiente limpo.

A segunda grande oportunidade num mundo onde as pessoas se aposentam aos 65 anos e depois vivem mais 30 anos, será qualquer coisa relacionada ao envelhecimento — sejam atividades, produtos, investimentos ou dietas. A terceira está relacionada a desenvolver um modelo de negócios para os países mais pobres. As pessoas que passam a fazer parte da economia mundial quase inevitavelmente não podem comprar um computador pessoal de US$ 3 mil e necessitam de uma opção de US$ 100 — algo como a Tata está fazendo com os carros na Índia.

Diversos fatores são importantes para se continuar em atividade. O primeiro é assegurar que os orçamentos para este ano sejam sólidos como rocha. O segundo é que o investimento continue sendo feito judiciosamente, e o terceiro que os relacionamentos com os clientes sejam mantidos. E quando os pedidos começarem a crescer, quando os contratos de terceirização forem assinados, quando os níveis de estoque diminuírem, haverá luz no final do túnel.

***Diretor do Centro de Competitividade Mundial do IMD.**

ARMAS NUCLEARES

Obama diz em Praga que míssil norte-coreano foi uma provocação

Reunião do Conselho de Segurança da ONU encerrou ontem sem solução para o caso

BLOOMBERG NEWS, REUTERS E AFP
PRAGA, TÓQUIO, SEUL E NOVA YORK

O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, prometeu ontem defender o fim das armas nucleares em todo o mundo, horas depois da Coreia do Norte ter lançado um foguete em direção ao Japão, o que provocou protestos internacionais e levou o Conselho de Segurança das Nações Unidas a marcar uma reunião de emergência no próprio domingo.

"Como fomos a única potência nuclear a fazer uso de uma bomba atômica, os Estados Unidos têm a responsabilidade moral de agir", afirmou Obama diante de uma multidão na praça Hradcany em Praga, capital da República Checa. "Nós não conseguiremos levar este objetivo adiante sozinhos, mas podemos liderar os esforços neste sentido", completou.

Para os Estados Unidos, os norte-coreanos testaram o míssil Taepodong-2, ato qualificado pelo presidente americano de "uma clara violação da resolução 1718 do Conselho de Segurança, que proíbe expressamente a Coreia do Norte de realizar atividades relacionadas a mísseis balísticos". A mídia oficial do regime comunista norte-coreano afirmou que um satélite havia sido colocado em órbita após o lançamento do foguete, às 11h30 de ontem (horário local; 23h30 de sábado pelo horário de Brasília) e que ele circulou o planeta transmitindo músicas revolucionárias. No entanto, os Estados Unidos e a Coréia do Sul disseram que nada havia entrado em órbita e que a primeira fase do míssil teria caído no Mar do Japão e o restante, no oceano Pacífico, sem atingir o território japonês.

Ontem, o fim de três horas de discussões a portas fechadas, o Conselho de Segurança das Nações Unidas concluiu a reunião sem chegar a um acordo sobre um texto condenando o lançamento de um míssil, mas decidiu prosseguir com as negociações, segundo fontes diplomáticas. "Os membros do Conselho de Segurança concordaram em prosseguir com as consultas sobre que ações tomar", disse o embaixador do México, Claude Heller, que preside o órgão no mês de abril.

DE 2006, A RESOLUÇÃO
1.718
exigia o fim das provas nucleares e tiros de mísseis

A representante americana na ONU, Susan Rice, disse que o encontro era uma oportunidade para se obter um acordo sobre uma "forte ação coletiva" para responder ao disparo do míssil, que EUA, Japão e União Européia consideraram um "ato de provocação". Antes da reunião, a França também reprovou "fortemente" o disparo e seu embaixador na ONU, Jean Maurice Ripert, disse esperar do Conselho uma condenação unânime a "esta provocação e violação da lei internacional".

A resolução 1718, adotada em outubro de 2006, após os disparos de mísseis no dia 5 de julho e do teste nuclear realizado em 9 de outubro do mesmo ano, exigia o fim das provas nucleares e dos tiros de mísseis balísticos, e proibia o fornecimento de material ligado a estes programas e a outras armas.

Em Praga, Obama classificou o disparo de "provocação" e disse que este "é o momento de dar uma resposta internacional forte". "A Coreia do Norte deve saber que o caminho da segurança e do respeito nunca será percorrido por meio de ameaças e armas ilegais", afirmou. Obama se comprometeu a reduzir o arsenal norte-americano implementando o tratado contra testes e buscando penalidades duras para os países que quebrarem as regras da não-proliferação. "Os Estados Unidos vão dar passos concretos em direção a um mundo sem armas nucleares", afirmou ele para um público de 20 mil pessoas.

RECESSÃO

Desemprego é o mais elevado em 25 anos nos Estados Unidos

BLOOMBERG NEWS
WASHINGTON

A taxa de desemprego dos Estados Unidos saltou em março para seu patamar mais elevado desde 1983, uma vez que a economia fechou 663 mil postos de trabalho, ameaçando manter a restrição dos gastos por meses e retardar qualquer recuperação possível. A taxa de desemprego dos Estados Unidos aumentou de 8,1% em fevereiro para 8,5% em março, segundo revelou relatório divulgado pelo Departamento do Trabalho em Washington. As cifras coincidiram com as previsões de 80 economistas consultados pela Bloomberg.

As empresas do país fecharam um total de cerca de 5,1 milhões de postos de trabalho desde o início da recessão, sua maior queda do pós-guerra. Segundo a mediana dos economistas ouvidos pela Bloomberg News, o número de vagas fechadas alcançaria 660 mil em março. As projeções da taxa de desemprego variaram de 8,2% a 8,7%.

"A esperança e as expectativas são de que as coisas fiquem um pouco menos tenebrosas no segundo trimestre, quando os vários esforços de incentivo forem absorvidos" pela economia, disse Ethan Harris, co-diretor de pesquisa econômica para os EUA do Barclays Capital. de Nova York, que já trabalhou no Federal Reserve (Fed).

A crise do mercado de trabalho dificultará a tarefa do presidente dos EUA, Barack Obama, de cumprir sua promessa de salvar ou criar 3,5 milhões de empregos. O vice-presidente do Fed, Donald Kohn, disse na sexta-feira que tanto o governo Obama quanto o BC americano precisam continuar "flexíveis e abertos" à possibilidade de adotar novas medidas para pôr fim ao que tende a se tornar a recessão mais longa desde a Grande Depressão, iniciada em 1929.

Os fechamentos de vagas se disseminaram da indústria ao setor de serviços. As correções excluíram 86 mil pessoas das folhas de pagamento em janeiro, enquanto a queda do número de vagas de fevereiro, de 651 mil trabalhadores, não foi corrigida. A última vez em que o índice de desemprego ficou em 8,5% foi em novembro de 1983, quando a economia americana se recuperava da recessão de 81-82 que empurrou a taxa de desocupação para quase 11%.

O relatório de sexta-feira mostrou que os quadros de funcionários das fábricas caíram em 161 mil pessoas, depois de eliminar 169 mil no mês anterior. A queda incluiu a perda de 17,5 mil postos de trabalho na indústria automobilística e de autopeças. A retração poderá se intensificar se a General Motors Corp. for obrigada a pedir concordata.

REGISTRO

HSBC VENDE AÇÕES

O HSBC, maior banco da Europa, levantou cerca de US$ 17,7 bilhões com a venda de 97% de suas novas ações com direito preferencial de subscrição (quando os acionistas têm preferência de compra a um valor reduzido), maior oferta deste tipo já realizada na história do Reino Unido. O banco vendeu cada título por 254 centavos de libra esterlina, preço 41% abaixo do valor de fechamento registrado no dia 3 de abril em Londres. Este dinheiro servirá para ampliar seu capital e financiar aquisições, seguindo a estratégia da instituição para a expansão em mercados emergentes.

CRISE

Americanos compartilham casas de veraneio

Venda de imóveis aos pedaços é a saída para reduzir despesas como a hipoteca e o seguro

AMY GUNDERSON
THE NEW YORK TIMES
NOVA YORK

Com a economia em turbulência e o boom imobiliário tornando-se uma vaga lembrança, algumas pessoas agora esperam vender suas casas de férias.

Bem, pelo menos partes dela.

A propriedade compartilhada — um conceito que ganhou popularidade durante o auge do mercado imobiliário quando empresas como a Ritz-Carlton e a Fairmont ofereceram aos compradores uma opção que era um avanço da multipropriedade — chegou para os proprietário individuais de imóveis.

Não é novidade associar-se com um amigo para comprar uma casa na praia ou uma cabana num resort de esqui, naturalmente, mas esses proprietários estão tentando reduzir o custo dos pagamentos de hipotecas, seguros, impostos e manutenção, enquanto exploram o valor líquido da casa vendendo participações múltiplas na propriedade.

Os vendedores podem ser motivados por diversos fatores, disse Paula Gold-Nocella, corretora e fundadora da Global Quarters, que se dedica ao marketing e venda de propriedades compartilhadas.

"Eles querem manter a propriedade e ter acesso ao valor líquido, mas o refinanciamento pode não ser uma opção", ela disse. "Alguns gostariam de reduzir a dívida. Muitas vezes eles não usam tanto a casa como pensam, então por que não ter parte do dinheiro de volta para seus bolsos?"

Quando adotam o modelo de propriedade compartilhada, os proprietários tiram uma página das empresas de hospitalidade, que venderam participações nas casas com acessórios de luxo, semanas múltiplas de uso e — diferentemente de algumas multipropriedades — escrituras.

Em Hermano Beach, Flórida, Jason Felts tem sua casa de quatro dormitórios de frente para um campo de golfe, completa com uma rampa para barcos, à venda no mercado por US$ 849 mil, para a propriedade integral, ou por quase US$ 150 mil cada uma das sete frações. Ele prefere vendê-la como uma propriedade compartilhada, disse.

"Num mundo perfeito, venderíamos seis frações e manteríamos uma", disse Felts, que possui a casa desde 2005 e a anuncia no seu website, www.gulfowner.com. "Nós gostamos de ir para a casa e adoraríamos ficar com ela, mas nessa economia é difícil justificar isso. Nós gostaríamos de ganhar algum dinheiro da casa."

Mesmo os proprietários que não estão financeiramente apertados pensam em fazer vendas de frações como opção.

"Eles estão mais interessados no custo de vida", disse Andy Sirkin, um advogado que divide seu tempo entre São Francisco e Paris, e presta consultoria sobre estruturação do imóvel para propriedade compartilhada por meio de sua consultora, a Sirkin Paul Associates. "Eles podem examinar o orçamento e pensarem: 'Temos de cortar em alguma parte'. Isso pode ser relativamente indolor."

No verão de 2007, Daljit S. Hundal, que mora no norte de Virginia, comprou uma casa de quatro dormitórios completa com quarto de caseiro, a 365 metros acima do Oceano Pacífico em Dominical, na Costa Rica. Sua intenção era visitar a propriedade de seis hectares, adjacente a uma reserva de vida natural, seis ou sete vezes por ano, oferecê-la para a família e os amigos passarem férias, e eventualmente mudar para o país.

Agora Hundal, depois de concluir que não usa tanto a casa como originalmente pretendia, pensa em vender uma participação de 49% na propriedade, dividida em três frações, para compartilhar o uso e o custo de propriedade da casa entre um pequeno grupo de estranhos.

"Certamente os tempos mudaram", disse Hundal, observando que seu credor hipotecário na Costa Rica não oferece uma linha de crédito imobiliário pela casa.

"Se eu não tivesse perdido tanto dinheiro na Bolsa, não a estaria oferecendo para propriedade compartilhada. Eu só convidaria a família e os amigos para pegarem um avião e se hospedarem nela."

Dificuldades

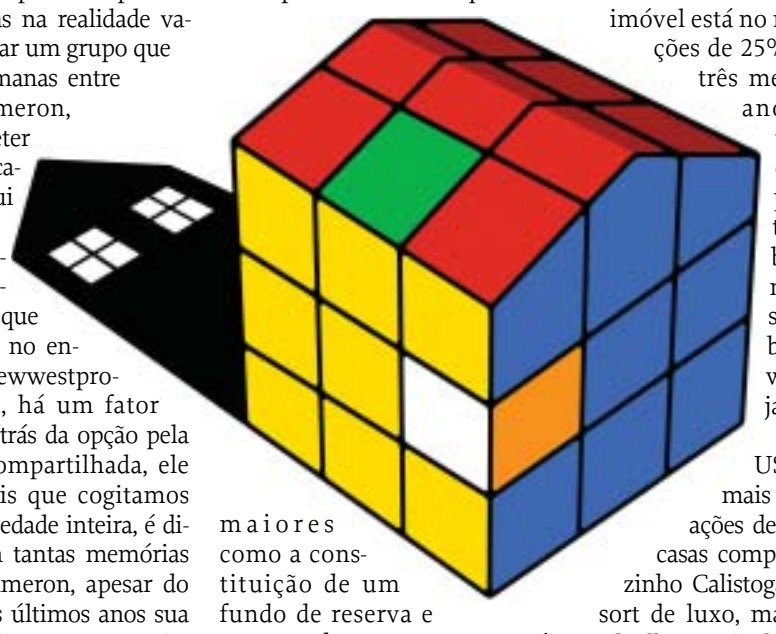
A preparação para vender a fração de uma casa não é tão fácil quanto colocar a casa inteira no mercado para venda integral. Por um motivo, pode ser difícil obter o seguro de um fornecedor existente, então os vendedores pode ter de procurar uma nova apólice. Há também leis municipais, estaduais e, no caso de países estrangeiros, nacionais para cumprir quando se fraciona uma propriedade para venda. As regras de associação de proprietários podem afetar a venda, enquanto as leis estaduais que cobrem as multipropriedades podem exigir que um proprietário registre com o estado e inclusive submeta toda a propaganda pela propriedade para aprovação. Como resultado, um proprietário provavelmente vai procurar evitar as regras de multipropriedade limitando o número de frações.

CHIP LITHERLAND/THE NEW YORK TIMES

Jason Felts colocou a casa em Hermano Beach, na Flórida, à venda por US$ 849 mil ou quase US$ 150 mil cada uma das sete frações

Em Big Island, no Havaí, Brian Cameron dividiu sua casa de férias em Kona em frações de um sexto que inclui um mínimo de 60 dias de uso para evitar cair nas regras de multipropriedade do estado. "Temos de comprar tempos de dois meses, mas na realidade vamos tentar juntar um grupo que pode trocar semanas entre ele", disse Cameron, que pretende reter uma fração da casa, que ele possui há dez anos.

Além do desejo de extrair liquidez da casa, que está anunciada no endereço www.newwestpropertiesllc.com, há um fator emocional por trás da opção pela propriedade compartilhada, ele disse. "Por mais que cogitamos vender a propriedade inteira, é difícil partir com tantas memórias boas", disse Cameron, apesar do fato de que nos últimos anos sua família fez cada vez menos viagens para o Havaí da casa deles em Santa Rosa, na Califórnia. "Nós amamos a casa e queremos passar temporadas nela."



Utilizando os serviços de consultoria de Sirkin, Cameron preparou a casa para ser vendida em frações com preços de US$ 325 mil a US$ 50 mil.

Ele agora tem um documento de 55 páginas que cobre detalhes básicos como serviços de limpeza e quando trocar o sofá por outro até questões maiores como a constituição de um fundo de reserva e regras sobre como os proprietários podem vender suas frações. Além disso, ele optou por oferecer financiamento para os compradores.

Em algumas áreas, os vendedores de frações estão competindo contra desenvolvimentos maiores de propriedades compartilhadas. Bruce Chadbourne construiu uma casa de três dormitórios, com uma casa de hóspedes de um dormitório, em Calistoga, na Califórnia, no extremo norte de Napa Valley. O imóvel está no mercado em frações de 25% que garantem três meses de uso por ano. A casa, que também está disponível para propriedade integral, é também anunciada no website de seu agente imobiliário, www.homesbyjacqueline.com.

As frações, a US$ 675 mil, são mais caras do que as ações de um décimo das casas compartilhadas do vizinho Calistoga Ranch, um resort de luxo, mas as frações de Chadbourne incluem mais uso garantido. Chadbourne admite que não pode oferecer todos os acessórios do resort, naturalmente, mas ele pode oferecer aos compradores confortos similares. "Não tenho um restaurante", ele disse, "mas posso oferecer serviço de chef e arranjar degustações de vinho".

Os proprietários de frações em casas individuais insistem que uma participação partilhada pode ser ideal para a propriedade de longo prazo. Ed e Ginger Booker, de Greensboro, na Carolina do Norte, possuem parte de uma casa veraneio em Fort Fisher, de Kure Beach, na Carolina do Norte, há duas décadas. "Construímos uma casa de frente para o oceano em 1988 e a chamamos de cota de participação do capital", disse Booker. "Trouxemos a família e amigos para comprar frações". Booker detém duas frações de 1/13 da casa, enquanto sua esposa é proprietária de uma fração de 1/13 do imóvel.

Com o passar dos anos, o uso da casa tem sido regido pelas regras compiladas por Brooker. "Eu redigi um manual operacional que oferece, em excruciantes detalhes, todas as regras e mesmo os detalhes sobre a cor das fibras do tapete", disse Booker. "É a bíblia, de certa forma."

Agora os Booker vendem suas três frações por US$ 154,9 no site www.beachfractional.net.

BROWNIE HARRIS/THE NEW YORK TIMES

Ed e Ginger Booker, de Greensboro, Carolina do Norte dividem propriedade com amigos e familiares

Modelo de venda fracionada se espalha pelo globo

KEVIN BRASS/THE NEW YORK TIMES
NOVA YORK

Não há mistério porque a empresa de desenvolvimento imobiliário espanhola Taylor Woodrow está oferecendo propriedades compartilhadas depois de anos evitando esses planos. Mais de um milhão de casas novas permanecem vazias e não vendidas na Espanha, conforme estimativas do setor.

"Todos têm de estudar as alternativas", disse Richard Jackson, gerente regional de vendas da incorporadora espanhola.

Embora comum nos Estados Unidos, as vendas de frações são uma raridade no restante do mundo. Mas tem havido uma série de atividades relacionadas a programas de propriedades compartilhadas nos últimos meses, já que o declínio imobiliário global tem forçado as incorporadoras a procurar novas formas de vender casas de veraneio.

A Oceanico Group, da Irlanda, a David Lloyd Resorts, da Grã-Bretanha, o GrupoPinar, na Espanha, o Zorgvliet Group, na África do Sul, e a Vertuz Development, na Tailândia, são algumas das incorporadoras que preparam programas de propriedades compartilhadas.

A Taylor Woodrow começará a oferecer frações em 16 resorts na Espanha nos próximos meses, informou Jackson. "Se uma pessoa tem um apartamento avaliado em € 250 mil, é mais provável encontrar, nesse clima, quatro compradores com 25% desse valor do que um com € 250 mil", acrescentou.

Alguns executivos do setor disseram que os consumidores estavam prontos a aceitar a propriedade compartilhada como alternativa para a propriedade plena de uma casa de veraneio. "Dentro de 10 anos, o mercado de propriedades compartilhadas será maior na Europa do que nos EUA", disse Peter Kempf, presidente das operações europeias da DCP Internacional, uma consultora com sede em Illinois que vende clubes residenciais privados.

A britânica Fractional Ownership Consultancy, com sede em Guernsey, em Channel Islands, no Cannal da Mancha, prevê adicionar projetos no próximo ano no Egito, Marrocos, Cabo Verde e Brasil, disse o presidente da Fractional, Les Milton. "A realidade é que o mercado de propriedade na Europa é horrível", disse Milton, "E as incorporadoras têm de procurar uma opção de venda em vez de só vender a propriedade integral."

Fora da América do Norte, as vendas de propriedades compartilhadas têm sido lentas nos últimos anos, em parte porque as reclamações de publicidade enganosa em projetos de multipropriedade deixaram os consumidores e construtores desconfiados da propriedade compartilhada, dizem executivos do setor.

Os planos variam, mas os compradores de multipropriedades normalmente compram só o uso de uma unidade por um período de tempo enquanto as propriedades compartilhadas oferecem uma fração de propriedade, incluindo de lucro ou perda se a unidade for algum dia vendida. Os donos de propriedades compartilhadas também normalmente dividem os custos de manutenção.